UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

CLÁUDIA OZON CALDO

**TEXTO JURÍDICO E PROCEDIMENTOS DE REFORMULAÇÃO
DISCURSIVA**

SÃO PAULO

2013

CLÁUDIA OZON CALDO

**TEXTO JURÍDICO E PROCEDIMENTOS DE REFORMULAÇÃO
DISCURSIVA**

Tese apresentada ao
Departamento de Letras
Modernas da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de
São Paulo, para obtenção do
título de Doutor em Letras.

Versão corrigida

Área de Concentração:

Estudos Linguísticos, Literários e
Tradutológicos em Francês

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Tokiko Ishihara

São Paulo

2013

OZON CALDO, Cláudia. TEXTO JURÍDICO E PROCEDIMENTOS DE REFORMULAÇÃO DISCURSIVA. Tese apresentada ao Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A todos aqueles que acreditaram e me auxiliaram a realizar este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós Adolpho e Augusta (in *memoriam*), que desde pequena me incentivaram nos estudos.

Aos meus pais, Gustavo e Cléa, pelo exemplo de vida que me proporcionaram.

À minha filha Ana Laura, que soube compreender a importância de minhas escolhas.

Aos amigos que incentivaram minha pesquisa.

À minha orientadora, Tokiko Ishihara, que sempre me incentivou, mostrou os caminhos a serem, seguidos, acreditou no desafio proposto e fez despontar a minha capacidade.

Ao professor Paulo Sérgio Domingues, que sempre participou das minhas descobertas e se dispôs a colaborar.

A todos os meus professores da pós-graduação, que me apontaram percursos e permitiram importantes trocas intelectuais.

Aos funcionários da Universidade de São Paulo.

**La science consiste à passer d'un
étonnement à un autre.**

Aristote

RESUMO

Este trabalho realizado na Área de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos de Francês do Departamento de Letras Modernas da FFLCH/USP se situa na intersecção do Direito e das Ciências da Linguagem, numa perspectiva multi e interdisciplinar, do discurso jurídico.

O corpus, formado por textos jurídicos em língua francesa e portuguesa (brasileira), tem como objeto de estudo o discurso jurídico. Nele conceitos de direito foram, ao longo do tempo, modificados e integrados às práticas sociais. O método comparativo foi o escolhido para melhor examinar as transformações.

No primeiro texto, escolhido pela sua importância histórica, a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789), surgem os conceitos de “homem”, “igualdade” e “liberdade”. Esses mesmos conceitos reaparecem na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948), em que direitos mais explicitados conferem maior proteção ao homem. O terceiro documento, a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) detalha no seu artigo 5º todos os direitos conferidos ao homem do século XX, conceitos que ressurgem implícitos na lei sobre a Informatização dos Processos Judiciais (Brasil, lei 11.419/2006).

A partir da observação desses documentos levanta-se a hipótese de que os conceitos apresentados de “homem”, “liberdade”, “igualdade” e de “justiça” não são os mesmos presentes no primeiro documento, o que evidencia uma evolução sócio-histórico-linguístico-discursiva. A reformulação ocasiona, inclusive, um apagamento de conceito. Dessa forma o liame que une os documentos é resultante de um processo.

As noções de polifonia e de dialogismo emprestados da Análise do Discurso são desenvolvidos a partir dos estudos bakhtinianos e dos procedimentos argumentativos da retórica renovada por Perelman, bem como das reformulações discursivas implicadas.

No primeiro capítulo os documentos são contextualizados historicamente, a fim de que se possa entender seu surgimento. O segundo, teórico, verifica a presença da Teoria da Enunciação e dos conceitos de auditório, *ethos* e *logos*, integrantes da Teoria da Argumentação. Do ponto de vista linguístico-discursivo o que se valoriza são as reformulações como ferramentas dessas alterações. Ressalta-se que tais transformações tecem-se a partir das relações entre a Língua e o Direito. Os conceitos de “transplant”, “circulation juridique” e “empréstimo” propostos pelo Direito Comparado consideram as diferenças entre as línguas e as culturas francesa e brasileira. O terceiro capítulo trata do discurso jurídico e de uma proposta de classificação dos diferentes textos em subgêneros a partir de seu objetivo e local de produção.

O resultado das análises revela que o decurso do tempo provoca a evolução dos conceitos de “homem”, “liberdade”, “igualdade” e “justiça”, a ponto de sua existência material no texto escrito permitir seu apagamento, passando de concreta à abstrata, já que implicitamente é o conteúdo que justifica a proposição e a publicação da lei Informatização dos Processos Judiciais.

PALAVRAS-CHAVE : classificação dos textos jurídicos, discurso jurídico, enunciação, *ethos*, reformulação.

ABSTRACT

This following thesis, developed in the French Linguistic, Literary and Translation area of the Modern Language Department FFLCH / USP lies in the intersection of Law and Language Sciences.

The corpus composed of legal texts in French and Portuguese (Brazilian) has as its object of study of the legal discourse in which the concepts of law, over time, have been modified and integrated with social practices. The comparative method was chosen to better examine these transformations.

The first text, chosen for its historical significance, the Declaration of Rights of Man and of the Citizen (1789, France), bring to the light the concepts of "man", "equality" and "freedom". These same concepts reappear in the Universal Declaration of Human Rights (UN, 1948), in which most rights specified give greater protection to the man. The third document, the Constitution of the Federative Republic of Brazil (Brazil, 1988) explains, in its 5th article, all rights granted to man of the 20th century, concepts which reappear implicit in the Law on the Informatized System of the Judicial Process (Brazil, law 11,419/2006).

The observation of these documents raises the hypothesis that the concepts presented "man", "freedom", "equality" and "justice" are not the same in the first document, which highlights a socio-historical-linguistic evolution-discursive. The reformulation causes, also, an erase of concept. In this way the link that connects the documents is the result of a process. The concepts of polyphony and dialogism borrowed from Discourse Analysis are developed from Bakthin's studies and procedures of argumentative renewed Rhetoric by Perelman, as well as discursives involved.

In the first chapter documents are historically contextualized in order to permit their understanding and emergence. In the second chapter, theoretical, the Enunciation Theory and the concepts of dialogism and polyphony are noted in texts as well as the concepts of the Auditorium, *ethos* and *logos* from the

Theory of Argumentation. In the aspect of Linguistically-discursive cases the reformulations are the tools of these changes. It should be noted that such transformations weave from relations between the Language and the Law. The concepts of "transplant", "circulation juridique" and "borrowing" proposed by the Comparative Law consider the differences between the French and Brazilian languages and cultures. The third chapter treat the legal discourse and propose a classification for texts in different sub-genres from its goal and production site.

The result of the analysis prove that the course of time causes the evolution of the concepts of "man", "freedom", "equality" and "justice", to the point that it may even result in the erasure of his material existence in the written text, ranging from concret to abstract, since its content appears implicitly in the proposition and the publication of Law on the Informatized System of the Judicial Process.

KEYWORDS: classification of legal texts, legal discourse, enunciation, *ethos*, reformulation.

RÉSUMÉ

Cette étude réalisée dans la chaire d'Études Linguistiques, Littéraires et Traduction en Français du Département de Lettres Modernes FFLCH / USP se situe dans l'intersection du Droit et de Sciences du Langage, dans une perspective multi et interdisciplinaire du discours juridique.

Le corpus composé par des textes juridiques en langue française et portugaise (brésilienne) a comme objet d'étude le discours juridique où les concepts de droit, au fil du temps, ont été modifiés et intégrés aux pratiques sociales. La méthode comparative a été choisie pour mieux examiner ces transformations.

Le premier texte, d'une grande importance historique, la Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen (France 1789), révèle les concepts de «l'homme», «égalité» et «liberté». Ces mêmes concepts réapparaissent dans la Déclaration Universelle des Droits de l'Homme (ONU, 1948), dans laquelle des droits plus explicites confèrent une plus grande protection à l'homme. Le troisième document, la Constitution de la République Fédérative du Brésil (Brésil, 1988) détaille dans son article 5, tous les droits accordés à l'homme du XX^e siècle, concepts qui deviennent implicites dans la loi sur l'Informatisation des Procédures Judiciaires (Brésil, Lei 11.419 / 2006).

À partir de l'observation de ces documents on soulève l'hypothèse selon laquelle les concepts «homme», «liberté», «égalité» et «justice» ne sont pas les mêmes présentés dans le premier document, ce qui témoigne une évolution socio-historique-linguistique-discursive. La reformulation provoque encore l'effacement du concept. Ainsi le lien qui relie ces documents est le résultat d'un processus.

Les notions de polyphonie et de dialogisme empruntés de l'Analyse du Discours sont développés à partir des études bakhtiniennes et des procédures

argumentatives de la Rhétorique renouvelée par Perelman et aussi des reformulations discursives impliquées.

Dans le premier chapitre les documents sont examinés dans leurs contextes historiques afin de pouvoir comprendre leur parution. Dans le deuxième, théorique, on vérifie la présence de la Théorie de l'Argumentation dans les textes et des concepts d'auditoire, d'*ethos* et de *logos* de la Théorie de l'Argumentation. Du point de vue linguistique-discursif les reformulations sont les outils qui permettent ces changements. Il faut remarquer que ces transformations tissent les rapports entre la langue et le droit. Les concepts de "transplant", "circulation juridique" et "emprunt" proposés par le Droit Comparé prennent en compte les différences entre les langues et les cultures française et brésilienne. Le troisième chapitre s'occupe du discours juridique et propose une classification de textes dans différents sous-genres d'après leur but et leur lieu de production.

Le résultat de l'analyse révèle que le passage du temps provoque l'évolution des concepts d'«homme», de «liberté», d'«égalité» et de «justice» et peut même aboutir dans leur effacement au sein du texte écrit, allant du concret à l'abstrait, puisque son contenu apparaît implicitement dans la proposition et dans la publication de la loi de l'Informatisation des Procédures Judiciaires.

MOTS-CLÉS: classification des textes juridiques, discours juridique, énonciation, *ethos*, reformulation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	20
CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	35
2. 1. Texto jurídico e teoria da enunciação.....	35
2.2. Dialogismo e polifonia nos textos jurídicos.....	40
2.3. Retórica e a Teoria da argumentação.....	58
2.3.1. A formação do <i>ethos</i>	61
2.3.2. O papel do local	67
2.3.3. O auditório.....	72
2.3.4. O <i>ethos</i> e o <i>logos</i>	75
2.4. A reformulação na língua e no discurso jurídico.....	83
2.4.1. Do ponto de vista linguístico.....	84
2.4.2. A reformulação no direito: empréstimo, “transplant”, “circulation”.....	87
2.4.3. Línguas diferentes, culturas diferentes.....	94
2.4.4. Reformulação e mecanismos de substituição.....	97
CAPÍTULO 3: O DISCURSO JURÍDICO.....	100
3.1. Definição.....	100
3.2. Classificação dos textos jurídicos no Direito	104
3.3. Contexto: o sistema jurídico brasileiro.....	109

3.4. Metodologia das análises: textos de lei.....	110
3.5. Análise dos textos de lei.....	111
3.5.1. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.....	111
3.5.2. Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.....	119
3.5.3. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	133
3.5.4. Lei 11.419/2006.....	145
3.6. Análise de outros textos: voto, justificação e nota oficial.....	157
3.6.1. Voto do Deputado José Roberto Batochio.....	157
3.6.2. Justificação do Projeto de Lei 5828/2001 - Deputada Luiza Erundina	163
3.6.3. Nota oficial	169
3.7. Resultado das análises.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS.....	193
ANEXOS.....	204

INTRODUÇÃO

Esta tese se situa na intersecção de duas grandes áreas do conhecimento, o Direito e as Ciências da Linguagem e o breve olhar para a História cumpre aqui apenas uma função heurística. Os eixos teórico-metodológicos foram escolhidos em função da natureza interdisciplinar, se não multidisciplinar deste estudo.

O tema transversal escolhido pela autora se explica pela sua dupla formação – Direito e Letras-Francês e pela sua experiência durante o período de docência. Nessa trajetória a observação do discurso de especialidade pelos textos de lei em línguas francesa e portuguesa revelou semelhanças e diferenças que aparentemente não eram somente de estrutura formal e cultural, mas de ordem linguística e discursiva.

O texto que primeiro foi selecionado para a composição do corpus foi o que aparece em último lugar, o texto da lei 11.419/2006 (Lei da Informatização do Processo Judicial). Tal texto aparentemente não traz nenhuma referência ao texto ao qual está intrinsecamente ligado, o primeiro texto do corpus, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão francesa de 1789. Todavia a lei 11.419/2006 assegura direitos decorrentes daqueles previstos na Declaração de 1789.

Essa observação levou à necessidade de se verificar, em um estudo mais detalhado, qual o percurso dos princípios de “igualdade, liberdade e fraternidade” do texto em francês de caráter interno (a Declaração de 1789) até a lei brasileira atual (11.419/2006), que autoriza a informatização dos processos judiciais.

Tais princípios surgem de forma rudimentar após a Revolução Francesa, reaparecem no panorama internacional pela Declaração Universal de Direitos do Homem de 1948, ressurgem na Constituição brasileira de 1988 e acabam por ecoar no escopo da lei 11.419/2006.

Para a realização do estudo apresentado julgou-se necessário analisar, além dos textos de lei acima mencionados, outros textos a eles relacionados, ou seja, o voto do deputado responsável pela aprovação da lei 11.419/2006 na

Câmara dos Deputados, a justificação do Projeto de Lei e uma Nota Oficial publicada pela Associação de Juízes Federais.

A tese tem por isso como objeto o estudo das reformulações linguísticas e discursivas como fator estruturador do discurso jurídico, numa tentativa de mostrar como se dá o encontro do eu e do outro. Os tipos variados de empréstimos se mostram por meio de um mesmo léxico, ou de construções gramaticais equivalentes, mas diferentes. Revelam, num primeiro momento e dentro de uma mesma língua, alterações linguísticas e de sentido. Em outro momento, essas alterações ultrapassam fronteiras e se transpõem de uma língua para a outra, isto é, da língua francesa para a portuguesa, de uma cultura para outra e assim o direito francês e o direito brasileiro se conjugam: o primeiro imprime seus traços no segundo.

Os objetivos principais dessa pesquisa, que percorre 217 anos de história são, sobretudo, o de verificar a transposição e a reformulação do princípio de Direito à justiça, além de averiguar se o termo evolui ou apenas se modifica quando se transpõe de uma cultura para outra.

Isto implica também analisar de que forma os termos ou expressões são retomados a partir de um discurso pré-existente, verificar quais os deslocamentos e alterações de sentidos produzidos e averiguar as respectivas consequências relativas à forma e ao conteúdo nos textos.

O objetivo específico da pesquisa é mostrar, pela análise dos textos escolhidos, como se estabelecem as relações entre esses diferentes textos, quais são os procedimentos de reformulação presentes e de que forma o direito à justiça se manifesta no escopo da nova lei.

A dificuldade encontrada para se descrever e caracterizar o discurso jurídico foi o que determinou a escolha desse objeto de estudo, já que os vários trabalhos existentes sobre a linguagem jurídica tratam, sobretudo, das relações do texto jurídico com a Semântica. Alguns deles analisam o discurso sob o ponto de vista de sua produção e recepção e suas conseqüentes implicações sociais, políticas, econômicas, históricas ou ideológicas. Outros, na área aplicada de língua, tratam da questão como discurso de especialidade.

O que se pretende mostrar desse modo é uma visão do discurso jurídico, sincrônica e diacrônica, por meio de uma análise dos textos que

considere a linha do tempo em relação aos termos empregados, sua evolução e os sentidos no uso do mesmo termo, em uma única ou em duas línguas.

A análise dessas questões considerou um estudo das características formais desses textos, o que permitiu a classificação do gênero jurídico em subgêneros. Permitiu também tratar da transposição de conceitos de direito de uma língua para outra, apreciando ainda questões culturais.

O referencial teórico adotado para estudar esses questionamentos se apóia nos estudos realizados por Bakhtin relativos à caracterização do gênero do discurso, cujo objetivo é determinar a especificidade do discurso jurídico e sustentar a caracterização de seus subgêneros.

O arcabouço teórico se apóia também nos conceitos de polifonia e dialogismo realizados por Bakhtin e desenvolvidos por Charaudeau, Maingueneau e Arrivé.

O estudo destes conceitos conduz à origem da produção textual que aparece como decorrente de práticas sociais habituais, conforme aponta Bourdieu. Por muitas vezes os textos são consequentes da atividade jurídica profissional, questões essas abordadas pela linguística jurídica nos estudos de Damette e Cornu.

Coadjuvante ao referencial bakhtiniano e dos outros acima citados, escolheu-se aprofundar o que Maingueneau esboçou nos estudos realizados em textos de comunicação em relação ao *ethos* e ao *logos* dos textos. Para tanto o fundamento teórico escolhido foi o apresentado por Perelman em sua Teoria da Argumentação, sobretudo em relação aos fundamentos da formação do *ethos*. Associados a esta perspectiva estão os estudos de Plantin e Amossy sobre a argumentação.

Em relação às concepções sobre o universo jurídico o trabalho se fundamenta a partir dos estudos de base sobre o Direito, apresentados por Kelsen, Bobbio, Perelman e Alves. As origens da Declaração dos Direitos do Homem foram abordadas a partir das obras de Jellineck, Del Vecchio e Verdoodt. Para precisar a evolução e repercussão desses direitos no Direito internacional e nacional adotaram-se os estudos realizados por Casella, Dollinger, Cretella e Wise.

A metodologia adotada neste trabalho foi a da comparação dos textos do corpus, com o objetivo de identificar as categorias presentes, dentro de um mesmo gênero, o jurídico. As semelhanças e contrastes entre os textos que compõem o corpus também são abordadas, a fim de se diferenciar o aspecto formal de cada um e proceder a uma caracterização do discurso jurídico textual.

A constituição do corpus se fez a partir de uma lei bastante inovadora em relação às práticas jurídicas e que tem, na sua base, mesmo que não se identifique ao primeiro olhar, um dos princípios estabelecidos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: o Direito à justiça. A ela foram acrescentados outros textos, de forma retroativa e não necessariamente de lei, mas ligados à sua origem e que são representativos dessa característica unívoca. Convém ressaltar que a análise será realizada a partir do documento mais antigo.

Paralelamente observou-se que no sistema jurídico brasileiro a Constituição Federal vigente de 1988 autoriza e é a base para a publicação da lei 11.419/2006. O artigo 5º dessa constituição, por sua vez, baseia-se no que estabelece a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (DDHC) de 1789, elaborada na França, logo após a Revolução francesa. E a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DDUH) de 1948, que o Brasil assina como tratado internacional (em 1948), também se inspira na DDHC francesa. Esse é o liame que será apontado no conjunto principal de documentos que integram o corpus.

O primeiro texto escolhido, o da lei 11.419 de 19 de dezembro de 2006, conhecido como a lei de Informatização Judicial, originou-se de uma proposta de projeto de lei apresentada em 2001 e foi votado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Durante o período de sua votação a proposta recebeu críticas, positivas e negativas, mas finalmente obteve sua aprovação. A ele foram acrescentados os outros textos de modo que integram o corpus os seguintes textos:

I- Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (DDHC)

II- Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 (DUDH), em língua francesa

III- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF88): Preâmbulo e artigo 5º

IV- Lei 11.419/2006 sobre a informatização do processo judicial (LIPJ)

Textos relativos à lei 11.419/2006:

- a) Apresentação (do projeto de lei)
- b) Parecer e voto do Deputado José Roberto Batochio de 22.5.2002
- c) Justificação do Projeto de Lei nº 5828/2001 – Deputada Luiza Erundina
- d) Nota Oficial de 19.6.02
- e) Notícia de 6.8.02
- f) Carta Aberta IJURIS

Cumpramos observar que a pesquisa dos documentos foi feita ao longo do período de estudos e que nem sempre o acesso dos websites permaneceu vigente. Isso explica que muitos tenham a data de 12/2012, data em que foram revisados todos os acessos.

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Os textos apresentados no corpus deste trabalho têm uma importância muito grande, não só na História brasileira, mas também na História mundial, pois modificam os paradigmas do Direito. São textos que afetam as realidades francesa, brasileira e internacional, pois dirigem, orientam e alteram o percurso do país ou dos países envolvidos. O objetivo deste panorama é contextualizar a análise que se fará deles posteriormente. Serão apresentadas, de forma abreviada, as histórias das origens dos seguintes documentos:

- I. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (DDHC);
- II. Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 (DUDH);
- III. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF88);
- IV. Lei 11.419/2006 sobre a Informatização do Processo Judicial e seus documentos anexos (LIPJ):
 - a. Apresentação;
 - b. Voto e parecer do Deputado José Roberto Batochio;
 - c. Justificação do Projeto de Lei 5828/2201 - Deputada Luiza Erundina;
 - d. Nota Oficial de 19.6.2002;
 - e. Notícia de 6.8.2002;
 - f. Carta Aberta IJURIS.

I. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789

A declaração é um documento que foi produzido logo após a queda da Bastilha na França revolucionária e seu escopo inicial era o de assegurar que

não seria mais possível que um governo absolutista tomasse o poder e que as garantias individuais dos cidadãos franceses fossem respeitadas.

Em 27 de julho de 1789 foram abertos os debates na Assembleia Nacional para a elaboração de tal documento. Para a maioria dos deputados o documento era necessário como preliminar de uma Constituição e vários foram os projetos que tentaram realizá-lo. Nas sessões subsequentes a grande questão era se a declaração de tais direitos não traria de modo reverso um abuso de seu exercício, dado seu caráter apaziguador dos ânimos exaltados pelas manifestações turbulentas da população.

Visto o calor dos debates e uma falta de consenso, em 18 de agosto a Assembleia decidiu que um comitê analisaria os projetos apresentados por La Fayette, Sieyès e o “sexto gabinete” e foi a síntese do que foi apresentado como a Declaração final em 26 de agosto de 1789, que passou para a História. A imagem que a Assembleia projeta é a de um grupo preocupado com a estabilidade e que procura um consenso para a solução dos problemas.

Ora, o projeto apresentado por La Fayette era calcado na Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1776. La Fayette chegou até mesmo a ler na sessão de 11 de julho, conforme nos relata Jellinek (1902), o documento estadunidense traduzido por Thomas Jefferson.

A declaração de Independência dos Estados Unidos era, por sua vez, o reflexo e a síntese de várias cartas de direitos de suas colônias, antes da união federativa que as reuniu. Seu conteúdo visava estabelecer um estado de direito em relação à organização e ao funcionamento administrativo do território garantindo liberdades que lhes eram fundamentais, sobretudo a liberdade de consciência e a religiosa.

Como bem mostrou Jellinek (1902) em sua obra, os estadunidenses já tinham a vivência prática dos problemas de administração e da vida comunitária, precisando apenas cristalizar no texto escrito a organização e a preservação de suas instituições e de seus indivíduos.

Neste ponto a Declaração de Direitos francesa lhe é fundamentalmente oposta. Os franceses primeiro estabeleceram os direitos que julgavam necessários para um bom funcionamento do novo governo que acabara de se constituir, para depois organizar suas instituições.

II. Declaração universal dos Direitos do Homem de 1948 – em língua francesa

O segundo documento que integra esta análise, a DUDH, encontra-se publicado nos sites da ONU¹, na versão em francês. Foi produzido a fim de assegurar que atrocidades tais como as acontecidas nas duas Grandes Guerras Mundiais, a de 1914 e a de 1939, não pudessem mais ocorrer. Seu objetivo era proteger os direitos dos cidadãos como indivíduos de nacionalidades diferentes integrantes de uma comunidade universal-internacional.

Esse documento, “une feuille de route garantissant les droits de chaque personne, en tout lieu et en tout temps”, teve seu texto final redigido por René Cassin, eminente jurista francês, e foi apresentado em Genebra, sendo adotado pela resolução 217 A (III) da ONU em 10 de dezembro de 1948, reunida em Paris, com oito votos de abstenção e sem nenhuma contestação.

A DUDH inspirou pactos, convenções e tratados sobre os direitos do homem. Pode-se dizer que todos os programas da ONU hoje são baseados em seus princípios. Como primeiro documento do reconhecimento universal das liberdades e dos direitos fundamentais inerentes de todo ser humano, livre e igual em direitos, independentemente da nacionalidade, residência, sexo, etnia, cor, religião, língua ou qualquer outra diferença - seu objetivo é promover a justiça “pour chacun d’entre nous”.

¹ <http://www.un.org/fr/documents/udhr/index.shtml> . Acesso em: 22.12.2012.

Sua importância se deve ao fato desse documento enunciar as obrigações de cada Estado e seu dever de respeitar os princípios ali estabelecidos, até o ponto de, se necessário, não intervir e não restringir o exercício dos direitos do homem.²

Resultado de quase dois anos de trabalhos de uma comissão formada por 8 dos 18 membros participantes, de diferentes horizontes políticos, culturais e religiosos, teve como presidente dos trabalhos de discussão, Eleanor Roosevelt, viúva do presidente estadunidense, que assumiu esta tarefa após a morte de seu marido.

Os princípios enunciados na declaração (de universalidade, interdependência, indivisibilidade, igualdade e não-discriminação) atribuíram aos 50 Estados signatários em 1948 obrigações que exprimem de forma concreta a universalidade e internacionalidade da DUDH, o que se constata pelo fato de 80% dos países atualmente a adotarem, assegurando direitos a cada homem sob sua proteção, por meio de legislação que integre os tratados aos seus sistemas jurídicos internos.

Existe uma versão desse texto no site da ONU em língua portuguesa. Mas não há referência sobre a data de publicação ou da tradução da respectiva versão. Foram encontradas diferenças no emprego de determinados termos e por não ser possível determinar seu motivo, optou-se pela versão em francês, que foi a primeira a ser publicada³, além do fato de ser a língua nativa do responsável por sua redação, René Cassin.

² Os documentos em língua portuguesa vão sempre usar o termo “direitos humanos”. Entretanto preferiu-se, neste trabalho, adotar a expressão “direitos do homem”, pois ao se usar um único adjetivo (humanos) há, em nosso entender, uma alteração de sentido, a expressão deixa de ser composta por coordenação e passa a ser apenas adjetivada. O adjetivo usado associado ao substantivo, é bem verdade, integra-se a ele, mas por outro lado perde o impacto da justaposição, apaga a palavra homem, que é o sujeito e o objeto central dos direitos. Cumpre notar que em língua francesa o termo foi mantido (“droits de l’homme”) e que se poderia ter optado por “droits humains”, o que não ocorreu, preferindo manter-se a expressão tal qual foi adotada em sua origem.

³ É possível que na tradução em língua portuguesa o momento histórico diferente tenha resultado em escolhas diferenciadas em relação aos termos empregados. Mas a primeira versão em língua francesa vem cotejada pela versão em língua inglesa e o emprego de vários termos e expressões também não é o mesmo. Tal problemática deverá ser tratada em estudos posteriores ao dessa tese.

III. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Preâmbulo e artigo 5º

A fim de entender o extrato desse documento faz-se necessário situá-lo historicamente. Segundo Cretella (1994) as quatro Declarações Revolucionárias Francesas influem na Constituição Política do Império do Brasil de 1824. São elas:

- a) A de 17 artigos e mais conhecida, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pois seus artigos constam no Prólogo da Constituição de 1791 e na de 1958 também. Foi votada pela Assembleia Constituinte francesa em 27 de agosto de 1789;
- b) A Declaração girondina de 1793, votada pela Convenção;
- c) A Declaração Montanhosa de 1793, que deveria preceder a constituição, mas que acabou não sendo votada;
- d) A Declaração do Ano III, que precede a Constituição de 5 Frutidor (do mesmo ano), votada também pela Convenção.

No Brasil, os cem constituintes da Assembleia Constituinte de 1823, convocada em 19 de junho de 1822, pelo Príncipe Regente, antes de proclamada a Independência do Brasil, receberam grande influencia de Antonio Carlos de Andrada e Silva⁴, nomeado seu relator. Quatro meses depois, por desentendimentos entre os brasileiros e portugueses adotivos, infelizmente, a Assembleia foi dissolvida por sua Alteza Real, que criou em seguida um Conselho de Estado para elaborar um novo projeto de constituição.

⁴ “A Constituição do Império do Brasil de 1824, teve a sua elaboração encomendada pelo Imperador Dom Pedro I. Primeira constituição brasileira, foi marcada pela influência das constituições europeias. A Assembleia Nacional Constituinte, reunida para sua criação, era composta por um total de 90 membros eleitos na qual destacavam-se os proprietários rurais, bacharéis em leis, além de militares, médicos e funcionários públicos. O anteprojeto constitucional foi elaborado por uma comissão composta por seis deputados sob a liderança de Antônio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva. O anteprojeto foi marcado pela manutenção do sistema escravista e pela divisão dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário. A primeira carta constitucional do Brasil foi outorgada, já que D. Pedro I, não aceitando ter poderes limitados, dissolveu a Assembleia Constituinte.” In <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8528>. Acesso em: 22.12.2012

Esta constituição foi considerada por alguns comentaristas como a mais bela e perfeita do século XIX. Foi influenciada pelo jurista, pensador e filósofo positivista Benjamin Constant. Ela assegura vários dos direitos que ainda ecoam na Constituição de 1988, já que também a plena liberdade de consciência, crença e culto, coibiu a perseguição religiosa e aboliu os açoites, a tortura e demais penas cruéis.

O excerto utilizado neste trabalho faz parte da oitava constituição brasileira, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a qual vigora até hoje. Após um período em que houve uma sequência de Atos Institucionais e uma disposição de se restaurar um estado democrático, o presidente João Baptista Figueiredo, eleito indiretamente, aprova algumas Emendas Constitucionais, entre elas a EC nº.15, restabelecendo a eleição direta para Governadores dos Estados e Senadores. Eleito o presidente seguinte Tancredo Neves, em 1984, devido ao seu falecimento, quem toma posse é seu vice, José Sarney, que dá início à Nova República e convoca, através de novas Emendas Constitucionais,

“os Membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a reunirem-se, unicameralmente, no dia 1º. De fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional, devendo o Presidente do Supremo Tribunal Federal instalar a Assembleia e dirigir a sessão de eleição de seu Presidente, sendo, afinal, a Constituição promulgada, no fim dos trabalhos, depois da aprovação de seu Texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros colegiados.”⁵

A Assembleia Nacional Constituinte, cuja missão específica era a de elaborar a nova constituição, foi formada após a eleição de Deputados e Senadores; foi criada uma Comissão de Estudos Constitucionais, um grupo de “notáveis”, nomes conhecidos e representativos da sociedade brasileira, que deveriam se reunir para debater e apresentar sugestões. Instalada em 20 de agosto de forma solene a Comissão deu início aos trabalhos. Entretanto tal

⁵ Arts. 1º. 2º. e 3º. Da EC no. 12; aspas do autor.

qual ocorrera na primeira constituição brasileira, a imperial, não se chegou a um consenso, com artigos de impossível aceitação.

Foram então convocadas eleições e, por fim, tal qual determinava a EC nº. 26/85, os 559 membros eleitos das duas casas se reuniram unicameralmente em 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional, sob a direção do Presidente do Supremo Federal, Professor e Ministro José Carlos Moreira Alves. O Senador Humberto Lucena foi eleito Presidente do Senado e teve o Deputado Ulysses Guimarães como Presidente da Constituinte no seu primeiro dia. Finalmente, aos 5 de outubro de 1988, o Brasil teve promulgada a sua Oitava Constituição.

Este terceiro documento foi produzido logo após o fim do período de governo militar. Seu escopo, além de organizar o Estado e as relações entre os indivíduos que dele fazem parte, era, sobretudo, o de resguardar as instituições e o cidadão brasileiros. Dessa forma, seus artigos têm como objetivo principal não permitir mais a instalação no poder de um governo de força e autoritário e assegurar o respeito das garantias individuais do cidadão, tais como sua liberdade e a igualdade entre os indivíduos.

Os trechos selecionados são o Preâmbulo, o caput do artigo 5º e seu inciso LXVIII. O Preâmbulo, texto que antecede o texto propriamente dito da Constituição, e que auxilia o intérprete a entender melhor o pensamento do constituinte (*mens legislatoris*), funciona como um acessório do texto principal, pois como deve ser, afirma princípios. É uma síntese do pensamento dominante conforme ensina Cavalcanti⁶, mostrando seu conteúdo ideológico e seus propósitos.⁷

⁶CAVALCANTI, Temístocles Brandão. **A Constituição Federal comentada**. 3ª. Ed, 1956, V. I, p.14 apud CRETELLA, 1994.

⁷ Cretella analisa termo a termo do Preâmbulo ao longo de 23 páginas, ressaltando sua categoria gramatical e seu sentido dentro do texto.

Conforme expõe Cretella (1994), Mangabeira, político brasileiro, explica que a igualdade consiste “em *considerar desigualmente condições desiguais*, de modo a abrandar, tanto quanto possível, pelo direito, as diferenças sociais e por ele promover a harmonia social, o equilíbrio dos interesses e da sorte das classes. A concepção individualista do direito desaparece ante a sua socialização, como instrumento de justiça social, solidariedade humana e felicidade coletiva⁸.”

Cretella (1994) trata especialmente do excerto “*TODOS são iguais*”, explicando que este todos se refere a ““*todos os seres humanos*”, “*todos os homens e mulheres*”, “*todos os brasileiros*”, em pé de igualdade, são iguais “perante a lei”.

“Por quê? Porque os homens nascem livres e iguais *em direitos*. “As distinções sociais não podem ser baseadas a não ser na utilidade comum” (art. 1º da Declaração dos direitos do homem e do cidadão, de 3 de setembro de 1791)⁹”.

As distinções, porventura existentes, seriam as de “sexo”, “raça”, “cor”, “religião”, ou “credo religioso”, “trabalho”, “convicções políticas”, “filosóficas”, “origem”, “idade”, como se encontram enumeradas no art. 3º, III, que, a final, acrescenta “outras formas de discriminação”, que equivale a “sem distinção de qualquer natureza”. Precedendo a “fraternidade” a Revolução Francesa colocou a “igualdade”, lado a lado com a “liberdade”. Com efeito, não só a monarquia francesa, como as monarquias de todo o mundo, inclusive a brasileira, oriunda da lusitana, eram baseadas em classes sociais, bem estratificadas, resultando daí tratamento jurídico diverso, desigual, prevalecendo os privilégios e prerrogativas, que foi desfeito pelas Repúblicas, responsáveis pelo princípio de isonomia, como prerrogativa do homem livre e igual perante a lei. “O princípio de isonomia oferece, na sua aplicação à vida, inúmeras e sérias dificuldades. De fato, conduziria a inomináveis injustiças se importasse em tratamento igual para os que se acham em desigualdade de situações. A injustiça que reclama tratamento igual para os iguais pressupõe tratamento desigual para os desiguais. Ora a necessidade de desigualar os homens em certos momentos, para estabelecer,

⁸ MANGABEIRA, João. **Em torno da Constituição**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 261, apud CRETELLA, 1994.

⁹ A data apresentada por Cretella difere da data que consta no site do governo francês: <http://www.textes.justice.gouv.fr/textes-fondamentaux-10086/droits-de-lhomme-et-libertes-fondamentales-10087/declaration-des-droits-de-lhomme-et-du-citoyen-de-1789-10116.html>. Acesso em 22.12.2012

no plano do fundamental, a sua igualdade, cria problemas delicados que nem sempre a razão humana resolve adequadamente”.¹⁰

Cretella também discorre sobre o direito à igualdade, tratando deste item sob a ótica daquele que pretende ingressar nos quadros de agentes do Estado:

“é a aplicação, no plano do serviço público, dos princípios estabelecidos pela Declaração dos direitos do homem para todos os cidadãos, como pretendendo participar das atividades exercidas pelo Estado, como também regulando a situação do usuário beneficiário do serviço público.”

Entretanto termina dizendo o seguinte:

“O princípio da igualdade, sob a forma de proposição mandamental, pode ser assim expresso: “Os administrados que preenchem os requisitos prescritos nas leis e regulamentos tem o direito subjetivo público de exigir o mesmo tratamento por parte do Estado.”.”

O inciso LXXVIII foi acrescido pela Emenda Constitucional nº. 45 de 9 de dezembro de 2004. Trata como ensina Alexandre de Moraes (2011):

“A EC no. 45/04 (Reforma do Judiciário) assegurou a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

(...)

“Os processos administrativos e judiciais devem garantir todos os direitos às partes, sem, contudo, esquecer a necessidade de desburocratização de seus procedimentos e na busca de qualidade e máxima eficácia de suas decisões.

Na tentativa de alcançar esses objetivos, a EC no. 45/04 trouxe diversos mecanismos de celeridade, transparência e controle de qualidade da atividade jurisdicional.”

(...)

“O sistema processual judiciário necessita de alterações infraconstitucionais, que privilegiem a solução dos conflitos, a distribuição de Justiça e maior segurança jurídica, afastando-se tecnicismos exagerados.”

¹⁰ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves . **Comentários à Constituição Brasileira**. Volume III. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1986, p.581 apud CRETILLA, 1994.

IV. Lei 11.419/2006 sobre a informatização do processo judicial

A lei 11.419/2006 é uma lei federal que regula as práticas relativas às novas tecnologias, ligadas à informática, e que podem ser utilizadas no Poder Judiciário. O objetivo da lei é o de acelerar os procedimentos judiciais, de regular, ao mesmo tempo em que torna homogênea e permite a modernização das práticas já existentes no Poder Judiciário.

O texto da Lei 11.419/2006 vem assinado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Justiça, ambos representantes do Poder Executivo. O Poder Executivo, conforme define o artigo 76 CF/88, é exercido pelo Presidente da República e seus Ministros de Estado. O presidente da República tem competências privativas definidas pelo artigo 84, entre elas a de iniciar o processo legislativo, sancionar, promulgar e fazer publicar leis e expedir decretos e regulamentos para que as leis possam ser promulgadas, além de vetar projetos de lei, de forma parcial ou total¹¹.

O Poder Executivo, dito federal, age diretamente, através de seus Ministérios, na execução de programas ou prestação de serviço público ou indiretamente, através de empresas públicas. Também exerce o controle do Poder Judiciário, pois nomeia os ministros dos diferentes Tribunais Superiores e o controle do Legislativo, pois participa da elaboração de leis, sancionando ou vetando projetos.

O Ministério da Justiça, dentre os diversos Ministérios e respectivas

¹¹ Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

Autarquias que compõem o Governo Federal, é o mais antigo, criado em 3 de julho de 1822, pelo Príncipe Regente D. Pedro, com nome de Secretaria de Estado de Negócios da Justiça. Seus ministros auxiliam o Presidente da República no exercício do Poder Executivo.

Aos Ministros de Estado, de acordo com o artigo 87, cabe, entre outras, a função de referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República, exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal de sua área de administração e praticar atos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da República.

Textos de IV.a até IV.f

Os textos seguintes, de IV.a até IV.f, integrantes deste trabalho, serão utilizados como fonte para que se possa contextualizar e justificar o texto da Lei 11.419/2006 da informatização judicial e somente alguns deles serão analisados. Encontram-se numa cartilha que foi elaborada pela Associação dos Juízes Federais do Brasil e que foi distribuída aos parlamentares por ocasião da votação final em que a mesma lei foi aprovada. O nome dos textos foi mantido tal qual figuravam na cartilha.

IV.a. Apresentação (do projeto de lei)

Este texto é apresentado pela AJUFE, na pessoa de seu presidente, o juiz federal Paulo Sérgio Domingues. Segundo seu Estatuto, esta Associação é uma entidade de âmbito nacional que congrega os magistrados da Justiça Federal, tendo sido criada como sociedade civil sem fins lucrativos, não sendo filiada a quaisquer outras entidades nacionais de representação de juízes.

A AJUFE tem, entre outros, objetivos relativos à defesa dos interesses gerais e regionais da magistratura brasileira, visando colaborar com o fortalecimento do Poder Judiciário e de seus integrantes, bem como o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito, observando os direitos humanos.

Também está entre seus objetivos promover reuniões e simpósios para o estudo e debate de questões institucionais e de interesse funcional dos magistrados, além de publicar ou patrocinar a publicação de trabalhos e obras de interesse dos magistrados, mantendo, para tanto, revista de divulgação de trabalhos de cunho científico, na área jurídica.

O juiz que preside a AJUFE fala como pessoa, mas, sobretudo como representante de um grupo de juízes associados que têm os mesmos objetivos constituídos.

IV.b. Voto com o parecer do Deputado José Roberto Batochio (22.5.2002)

Apresentado o texto do anteprojeto à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o Deputado Relator, José Roberto Batochio, deve emitir um parecer e dar seu voto em relação ao anteprojeto. O Deputado, assim como o juiz presidente da AJUFE, também exerce a função de representante, conforme consta na própria página de internet.¹²

Uma de suas principais atividades é, assim, a elaboração de leis, e a fiscalização contábil, financeira, de orçamento e patrimônio da União e dos órgãos da Administração direta e indireta.

¹² “O Poder Legislativo cumpre papel imprescindível perante a sociedade do País, visto que desempenha três funções primordiais para a consolidação da democracia: representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Nesse contexto, a Câmara dos Deputados, autêntica representante do povo brasileiro, exerce atividades que viabilizam a realização dos anseios da população, mediante discussão e aprovação de propostas referentes às áreas econômicas e sociais, como educação, saúde, transporte, habitação, entre outras.”

IV.c. Justificação do Projeto de Lei 5828/2201 - Deputada Luiza Erundina

O texto que acompanha o texto do Projeto de Lei 5828/2001 é datado de 19.6.2002. Neste documento o nome da Deputada Luiza Erundina figura na justificativa que acompanha o projeto que será transformado em lei.

IV.d. Nota oficial

A nota oficial de 19.6.2002, uma manifestação da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) teve como propósito responder a uma crítica efetuada pela Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo. A AJUFE foi a primeira entidade a apresentar uma proposta de lei (a lei de informatização do processo judicial) à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, a partir da mudança constitucional implantada em 2001.

A proposta de lei foi aceita pela Câmara dos Deputados e transformada em projeto de lei. Durante sua tramitação para discussão do projeto, várias foram as manifestações a seu favor e apenas uma - a da OAB/SP criticava a proposta. A Nota Oficial é a resposta da AJUFE a essa crítica.

IV.e. Notícia de 6.8.2002

Esta notícia, publicada em 6.8.2002 pela Revista Consultor Jurídico, é um boletim eletrônico na Internet para consulta e informação do público interessado em geral, mas também do público do universo jurídico especializado.

Conforme consta em seu site a revista eletrônica¹³, criada em 1997,

¹³ http://www.conjur.com.br/a/quem_somos. Acesso em 20.11.2012

é uma publicação independente sobre direito e justiça que se propõe a ser fonte de informação e pesquisa no trabalho, no estudo e na compreensão de seus direitos.

Seu banco de dados dispõe de cerca de 70.000 arquivos, que são acessados por quase um milhão de leitores a cada mês. De seu auditório-leitor fazem parte advogados, juízes, estudantes, jornalistas, professores, integrantes do Ministério Público, empresários, bem como pessoas do público em geral.

Editada por jornalistas conta com colaboradores do mundo jurídico informando seu auditório sobre os principais acontecimentos que interferem na vida do cidadão.

IV.f. Carta Aberta IJURIS

A Carta Aberta do IJURIS vem assinada por Hugo César Hoeschi e Tânia Cristina D'Agostini Bueno, pesquisadores do Instituto que foi fundado com a denominação de Instituto de Inteligência Jurídica e Sistemas – IJURIS, a fim de constituir uma sociedade civil sem fins lucrativos. Seu objetivo é realizar pesquisas avançadas e desenvolvimentos científicos e tecnológicos. É credenciado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

Em fevereiro de 2008 realizou modificação em seu nome social e passou a chamar-se Instituto de Governo Eletrônico, Inteligências e Sistemas – i3G, evidenciando a missão do Instituto (3G significa Inteligências para Governo, isto é, Inteligência Artificial, Inteligência de Governo e Inteligência Social) a fim de deixar transparente a sinergia de conhecimentos cujo objetivo é o fortalecimento da cidadania.

O Instituto também mantém convênios de Cooperação Técnica e Científica com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina – EGC/UFSC e de Cooperação Internacional para Investigação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico com a Universidade Politécnica de Madrid e a Universidad de FASTA da Argentina, ambos firmados em 2008.

Os documentos analisados no capítulo 3 desse trabalho são os de números I a IV e os de números IV.b, IV.c e IV.d. Os outros documentos interessam pelo seu contexto e teor, que são relevantes para esclarecer o liame entre a Língua, a cultura e o Direito.

CAPITULO 2 : FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Textos jurídicos e a Teoria da Enunciação: enunciado, enunciador e contexto da enunciação

Antes de examinar como a Teoria da Enunciação se aplica aos textos jurídicos é importante definir o que se entende por discurso na perspectiva da Análise do Discurso. A definição proposta por Maingueneau (2002), e que é consenso, apresenta o discurso como uma organização situada além da frase, pois ele “mobiliza estruturas de uma *outra ordem* que as da frase”, e isto permite verificar a quais regras de organização ele se submeteu.

Segundo este autor, o discurso é orientado, visa a um objetivo e se desenvolve de forma linear no tempo, sendo regido por determinadas condições que podem ser alteradas caso seja produzido por um ou mais enunciadores ou aborde diferentes formas de ação do seu enunciador (prometer, afirmar, estabelecer, por exemplo).

Isto significa que o discurso é contextualizado, ou seja, só tem sentido em um determinado contexto. Além disso, um mesmo discurso produzido em contextos diferentes deveria implicar em consequências diferentes, como se verá na análise da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH)¹⁴.

O discurso “só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU, que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais” e “ao mesmo tempo indica que atitude está tomando em relação àquilo que diz e em relação ao seu co-enunciador”.

¹⁴ A DUDH, enquanto documento internacional, deve ser entendida da mesma forma por todos os países que a assinaram.

Ainda considera Maingueneau (2002) que o discurso é regido por normas, pois “cada ato de linguagem implica normas particulares” de modo que uma pergunta, por exemplo, pressupõe a existência de uma resposta, mesmo que ela não se manifeste. Por fim, o autor situa a existência do discurso em um “universo de outros discursos”, pois um enunciado se relaciona a outros, como será examinado nos itens referentes ao dialogismo e à polifonia.

Sob a perspectiva que expõe Maingueneau é possível, então, se falar em discurso jurídico, pois tudo o que se refere a ele é característico de um contexto de produção particular, sendo orientado e regido por normas específicas, e ainda que aparentemente uma lei não possua um enunciador explícito, este está presente no ato da enunciação. O discurso jurídico se serve de uma linguagem específica, própria ao Direito, a fim de enunciar, de maneira particular e que interessa ao universo jurídico, naquilo que pretende, como explica Cornu (2005:210):

Dans le discours juridique, comme dans tout discours, l'instrument de la communication demeure la langue naturelle. Mais ici la langue porteuse incorpore un langage spécilisé. Elle utilise (non pas nécessairement on l'a vu, mais fort souvent) des termes et des tournures spécifiquement juridiques.¹⁵

Cornu (2005) adverte que atribuir um caráter jurídico ao discurso não pode se limitar a uma simples constatação do uso de um determinado vocabulário técnico, do estilo empregado no discurso (arcaísmo nas construções, por exemplo), de um pertencimento a uma classe profissional ou da prática de atividades ligadas ao universo jurídico.

Segundo o autor, esses elementos conferem características e especificidade ao discurso, mas a elas devem-se acrescentar o fato de que o discurso jurídico propriamente dito é formado “porque ele estabelece ou diz o direito”, tal como, por exemplo, uma lei. Cornu considera que também integra o discurso jurídico tudo o que “contribui para a realização do direito”, tal como um laudo pericial.

¹⁵ “No discurso juridico, como em todo discurso, o instrumento da comunicação permanece a língua natural. Mas aqui a língua que traz (a regra juridica) incorpora uma linguagem especializada. Ela utiliza (nao que se tenha necessariamente observado, mas muito frequentemente) termos e construções especificamente juridicos ». (Trad. Nossa)

Bakhtin (1984) trata da esfera no discurso, explicando que o contexto que envolve a produção de um determinado gênero é o que determina sua orientação ideológica e, portanto, seu sentido. Isto quer dizer que, em se tratando do discurso jurídico, o uso de um vocabulário específico (jurídico), em certo lugar e momento histórico, ou seja, em uma determinada esfera, produz um discurso peculiar.

Cornu não contempla, entretanto, outros discursos como integrantes do jurídico e que, por pertencerem a esse universo, não podem ser desconsiderados. Fazem parte, assim, do discurso jurídico igualmente os textos teóricos, os artigos acadêmicos, os textos jornalísticos que vulgarizam o conteúdo jurídico, e até mesmo o projeto de lei, que antecede a lei. Todos esses textos tratam do Direito, como quer Cornu, e devem portanto ser integrados ao do discurso jurídico, resguardadas algumas peculiaridades, pois pertencem a um desdobramento de gênero.

De acordo com a Teoria da enunciação e de acordo com Maingueneau¹⁶, a enunciação é um termo da filosofia que foi, pelo uso sistemático, ganhando novos contornos e que constitui o que hoje se pode chamar a ponte entre a língua e o mundo, na medida em que os fatos estão representados em um enunciado.

A concepção de enunciação se encaminha para uma concepção discursiva ou para uma concepção linguística, dependendo da tônica dada a determinados eventos. De acordo com Charaudeau (1992), a concepção linguística é aquela que toma a enunciação como sendo o conjunto de procedimentos « qui explicitent les différents types de relations de l'acte énonciatif, à travers les processus de Modalisation de l'énoncé » e que permitem « expliciter ce que sont les positions du sujet parlant par rapport à son interlocuteur »¹⁷. A concepção discursiva é aquela cujo enfoque está voltado

¹⁶ CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dictionnaire d'Analyse du Discours. Paris : Seuil, 2002

¹⁷ “que explicitam os diferentes tipos de relações do ato enunciativo, pelo processo de Modalização do enunciado” e que permitem “explicitar o que são os posicionamentos do sujeito falante em relação a seu interlocutor”. (Trad. Nossa)

para os procedimentos “qui contribuent à mettre en scène les modes d’organisation du discours”¹⁸, tais como o narrativo ou argumentativo.

A enunciação trata do discurso considerando um nível local e um nível global, níveis esses que interagem constantemente. Segundo Charaudeau (2002) o nível local permite caracterizar os gêneros do discurso pelas marcas encontradas nas reformulações ou nas modalidades, por exemplo. O nível global trata de questões que abordam o funcionamento individual da língua e seu desenvolvimento dentro do discurso, como a cena da enunciação, a situação de comunicação ou os gêneros do discurso.

Arrivé, Gadet e Galmiche (1986) propõem, como definição de enunciação o ato pelo qual um locutor faz funcionar a língua, em uma determinada situação. Neste ato entram em ação não apenas o locutor, mas também o alocutário, que recebe o enunciado.

Segundo Maingueneau (2002:56-57) o enunciado é “a marca verbal do acontecimento do que é a enunciação”, ou melhor, seu resultado ou produto, uma “sequência verbal que forma uma unidade de comunicação completa *no âmbito de um determinado gênero de discurso*”¹⁹.

No presente trabalho será tomada, no seu sentido amplo, a concepção proposta por Maingueneau, sendo o locutor denominado enunciador. Já o alocutário será tratado como enunciatário, pois o corpus desse trabalho é dotado de textos escritos de origem jurídica. Escolheu-se então usar enunciador e enunciatário, pois a relação entre ambos é de polo ativo (enunciador) e polo passivo (enunciatário). Isso se justifica porque um texto escrito é produzido antes pelo enunciador, e o enunciatário só entra em contato com o texto produzido num momento posterior. Ainda é necessário observar que, se o texto for uma lei ou um tratado, por exemplo, os enunciadores submetem as respectivas sociedades às disposições por eles estabelecidas.

¹⁸ “que contribuem para por em cena os modos de organização do discurso”. (Trad. Nossa)

¹⁹ Grifo do autor

O interesse especial pelo enunciador neste trabalho deve-se, sobretudo, ao fato de se determinar nos textos estudados, ou melhor, nos enunciados tomados como parte do corpus, quem é de fato o enunciador, como ele se constitui como sujeito, quais operações de reformulação são por ele promovidas, na medida em que o discurso é alterado e refeito. Este processo revela como o enunciador se apresenta, como ele promove seu próprio apagamento, se necessário, a fim de alcançar sua pretensão.

Tratar do enunciado implica, portanto, tratar do enunciador e da subjetividade, considerando diversos status que ele pode adquirir enquanto sujeito que organiza o enunciado ou o dizer: um sujeito que exprime seu ponto de vista e que se coloca diante do outro (enunciatário) numa troca linguística. O sujeito, nessa perspectiva, se constrói enquanto produz seu enunciado e de acordo com um objetivo, que também pode ser alterado durante sua produção. Uma análise mais aprofundada do enunciador, em relação ao seu *ethos*, será tratada mais adiante.

A linguagem, atividade que se realiza entre dois protagonistas (enunciador e enunciatário) revela, segundo Maingueneau (2002), não somente a posição do primeiro em relação ao segundo, mas também a própria situação de enunciação, a situação do enunciado, a sua relação com o mundo e com os enunciados anteriores ou posteriores, a sua inscrição numa determinada cultura, trazendo à tona, de certa forma, aquilo que já foi dito anteriormente, mas que não é mais o mesmo, porque se renova ao mesmo tempo em que se reformula.

Como ato individual de utilização da língua, a enunciação é um evento único, resultado do ato de um enunciador e de um enunciatário específicos, numa determinada situação e estes, mesmo estando ocultos no enunciado, tornam-no possível. Conforme esclarece Arrivé (1986), essa troca linguística coloca em funcionamento a língua em uma situação.

Na condição de evento situado no tempo e no espaço, o fato de se produzir um enunciado, denota a existência de um conteúdo estável, mesmo que seja possível uma multiplicidade de eventos enunciativos anteriores para a

realização do enunciado. Os rastros deixados pelo enunciado nos atos de sua produção constroem assim o sentido dado pelos protagonistas, numa dada situação.

No discurso jurídico o enunciado é o portador de algumas características importantes deste gênero específico. Além de um vocabulário técnico, existe uma composição que é formular para os textos escritos, sendo que o enunciado deve prescrever regras de conduta no caso de uma lei ou um tratado. O enunciador desses textos não é uma pessoa que se possa determinar, pois em geral o enunciado é o resultado da decisão de uma assembleia, ou seja, de um grupo de pessoas, que se reúnem com o objetivo de elaborar tal texto, em um determinado momento histórico e para um determinado fim. O texto de lei ou de um tratado é assim o resultado da expressão da vontade de um grupo e mesmo que venha assinado por um sujeito, este é apenas um representante a quem foi atribuída tal função. Tal contexto de produção revela a força ilocutória do enunciado, ou seja, a intenção de quem o produz.

As circunstâncias de enunciação são representadas por elementos que integram o sentido do enunciado. Esses elementos se reportam, às vezes, a outros elementos, os referentes. Esse mecanismo revela também as intenções do enunciado, dando sentido ao texto, o que justifica que sejam estudados mais adiante, no item que trata das reformulações e nas análises dos textos.

2.2.O dialogismo e a polifonia nos textos jurídicos

Após terem sido examinados o enunciado e alguns aspectos relevantes em relação ao enunciador e ao enunciatário, esta parte do capítulo pretende analisar as relações entre os diferentes textos a partir das propostas teóricas de Bakhtin que tratam do dialogismo e da polifonia.

Bakhtin (2003:261) trata da produção da linguagem, oral e escrita, como parte da atividade humana. Dentro dessas atividades, que são de diferentes domínios, ele situa o enunciado em relação a sua utilização:

“enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional”.

Os elementos que Bakhtin (2003:261) trata como conteúdo temático, estilo e construção composicional se fundem, para ele, de forma inseparável no *todo* que constitui o enunciado, e cada um deles está marcado pela especificidade de uma esfera de troca. Todo enunciado tomado separadamente é, bem entendido, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, que determinam os diferentes gêneros do discurso.

Isto implica dizer que toda a produção que se faz em torno da lei pode ser definida como sendo do gênero jurídico, pois produz ocorrências de troca numa esfera específica. Os enunciados aí produzidos são relativamente estáveis ainda que bastante diversos entre si e é justamente esse aspecto que justifica porque é possível analisar textos jurídicos de origens diferentes, tais como uma declaração francesa, uma nacional ou uma internacional: todos os documentos pertencem ao gênero jurídico, portanto à mesma esfera, e mesmo sendo elaborados em um contexto de produção diferente, possuem formas composicionais mais ou menos estáveis.

Bakhtin (1984:270) explica que a língua escrita se altera de forma continua, assim como seu estilo, e que tal fato é reflexo das mudanças que ocorrem na vida social. Isto pode ser verificado pela observação dos gêneros do discurso e dos enunciados que são, segundo ele “les courroies de transmission qui mènent de l’histoire de la société à l’histoire de la langue”²⁰.

²⁰ “as correias de transmissão que conduzem a história da sociedade para a história da língua”. (Trad. Nossa)

Esse é um aspecto bastante relevante nos textos jurídicos e remete ao fato de que todo enunciado, de alguma forma, se refere a um enunciado que já foi anteriormente produzido. Esse aspecto confere ao enunciado, por conseguinte, uma dupla relação dialógica, ou seja, exprime a relação que o enunciado tem com enunciados anteriores produzidos sobre o mesmo objeto e com os possíveis enunciados que possam ser produzidos a partir do enunciado que se toma para análise, levando em consideração o destinatário que irá recebê-lo e a forma como ele será recebido, compreendido, respondido.

Cabe aqui uma distinção entre o dialogismo e a intertextualidade. Enquanto o dialogismo mostra referências nem sempre diretas de um texto ou de um enunciado em outro texto ou enunciado, a intertextualidade é um fenômeno mais restrito.

Fiorin (2006) explica que na intertextualidade a referência ao texto ou enunciado é feita de forma direta. Esse procedimento ocorre por explícita citação do primeiro dentro da redação do segundo, como se fossem duas vozes dentro de um mesmo texto. Nesse caso o segundo texto existe fora do primeiro, como texto independente. A interdiscursividade pode inclusive ocorrer na retomada do mesmo enunciado, ainda que sua redação seja diferente, podendo até se manifestar pela negação ou oposição do segundo enunciado em relação ao primeiro.

A intertextualidade é, portanto, uma operação que coloca em relação dois ou mais discursos e que vem construída como se fosse um “jeu de citations plus ou moins caché”²¹, conforme sintetiza Charaudeau (1992).

Para os textos analisados no corpus o que se verifica são relações dialógicas e não de intertextualidade, pois não há a ocorrência de citação direta, de retomadas de redação de enunciados ou negação dos mesmos em relação a um enunciado primeiro.

O que se verifica é uma extensão, um desenvolvimento de alguns termos ou mesmo princípios. O homem que aparece na DDHC é um homem

²¹ “um jogo de citações mais ou menos velado”. (Trad. Nossa)

mais limitado em seus direitos, protegido apenas pela Assembleia nacional francesa enquanto o homem da DDUH é um homem protegido pela Organização das Nações Unidas. Assim também os direitos de igualdade, liberdade e justiça são ampliados, remodelados, estendidos. Apesar do uso do termo ser absolutamente o mesmo (homem, direito, liberdade), o conceito não é o mesmo e isso pode ser verificado pela construção de cada enunciado e uma análise mais detalhada mostrará no texto adiante essa evolução. Cada conceito, entretanto, dialoga com o conceito anterior, pois é um desenvolvimento do conceito que o precede, um aperfeiçoamento e um alargamento do conceito anterior a ele.

Essa retomada de conceito implica, também, num resgate histórico da memória coletiva, pois a declaração francesa ou a universal não são documentos que surgem como uma novidade em termos jurídicos. Elas foram inspiradas em outros documentos anteriores, de outras culturas até. Remontando ao Iluminismo pode-se encontrar na DDHC ideais que se transpõem nos conceitos revolucionários que definem e envolvem o homem e a lei, por exemplo.

Tomemos, assim, o que diz Montesquieu (1748) acerca do “Espírito das Leis” e suas ideias relativas à origem das leis e de sua natureza. Para ele o homem precisa ter suas próprias leis assim como a divindade e os animais²² e a lei advém da relação que se estabelece entre o homem e os outros seres iguais ou diferentes dele.²³

Os homens são governados pela razão humana e um dos frutos que produz são as leis políticas e civis, e são elas que governam os homens. As leis devem ser adequadas ao povo para a qual foram feitas e somente por acaso podem servir para outra nação, já que são adaptadas às especificidades

²² « Les lois, dans la signification la plus étendue, sont les rapports nécessaires qui dérivent de la nature des choses, et dans ce sens, tous les êtres ont leurs lois : la Divinité a ses lois, le monde matériel a ses lois, les intelligences supérieures à l'homme ont leurs lois, les bêtes ont leurs lois, l'homme a ses lois. » Livre I, p. 100

²³ « Il y a donc une raison primitive; et les lois sont les rapports qui se trouvent entre elle et les différents êtres, et les rapports de ces divers êtres entre eux. », Livre I, p. 100

de cada povo (tal como o clima, a religião), a aspectos particulares das relações políticas, econômicas, sociais e até mesmo à vontade do legislador.²⁴

Portanto, para Montesquieu a lei é o reflexo da sociedade que a produz e a aplica. Mas o filósofo alerta que não se pode, de forma alguma, esquecer a virtude que contem as leis pelo fato de refletirem os costumes e as máximas antigas da sociedade que as estabeleceu.

Neste sentido uma lei nova apenas altera a anterior fazendo correções e ajustes no que já estava antes estabelecido.²⁵ e não renega assim totalmente

²⁴ « La loi, en général, est la raison humaine 20, en tant qu'elle gouverne tous les peuples de la terre; et les lois politiques et civiles de chaque nation ne doivent être que les cas particuliers où s'applique cette raison humaine.

Elles doivent être tellement propres au peuple pour lequel elles sont faites, que c'est un très grand hasard si celles d'une nation peuvent convenir à une autre.

Il faut qu'elles se rapportent à la nature et au principe du gouvernement qui est établi ou qu'on veut établir, soit qu'elles le forment comme font les lois politiques, soit qu'elles le maintiennent, comme font les lois civiles.

Elles doivent être relatives au physique du pays ; au climat glacé, brûlant ou tempéré ; à la qualité du terrain, à sa situation, à sa grandeur ; au genre de vie des peuples, laboureurs, chasseurs ou pasteurs. Elles doivent se rapporter au degré de liberté que la constitution peut souffrir ; à la religion des habitants, à leurs inclinations, à leurs richesses, à leur nombre, à leur commerce, à leurs mœurs, à leurs manières. Enfin elles ont des rapports entre elles ; elles en ont avec leur origine, avec l'objet du législateur, avec l'ordre des choses sur lesquelles elles sont établies. C'est dans toutes ces vues qu'il faut les considérer. » , Livre I, p 106.

« C'est encore une loi fondamentale de la démocratie, que le peuple seul fasse des lois 31. Il y a pourtant mille occasions où il est nécessaire que le sénat puisse statuer; il es même souvent à propos d'essayer une loi avant de rétablir. », Livre II, p. 113

« On avait vu jusqu'ici la nation donner des marques d'impatience et de légèreté sur le choix, ou sur la conduite de ses maîtres ; on l'avait vue régler les différends de ses maîtres entre eux, et leur imposer la nécessité de la paix. Mais, ce qu'on n'avait pas encore vu, la nation le fit pour lors : elle jeta les yeux sur sa situation actuelle ; elle examina ses lois de sang-froid ; elle pourvut à leur insuffisance ; elle arrêta la violence ; elle régla le pouvoir. » Livre XXXI ch II p.338

« L'édit de Clotaire redressa tous les griefs. Personne ne put plus être condamné sans être entendu ; les parents durent toujours succéder selon l'ordre établi par la loi ; toutes préceptions pour épouser des filles, des veuves ou des religieuses, furent nulles, et on punit sévèrement ceux qui les obtinrent et en firent usage. » Livre XXXI ch II p.339

²⁵ « Il y a beaucoup à gagner, en fait de mœurs, à garder les coutumes anciennes. Comme les peuples corrompus font rarement de grandes choses ; qu'ils n'ont guère établi' de sociétés, fondé de villes, donné de lois ; et qu'au contraire ceux qui avaient des mœurs simples et austères ont fait la plupart des établissements; rappeler les hommes aux maximes anciennes, c'est ordinairement les ramener à la vertu. De plus, s'il y a eu quelque révolution, et que l'on ait donné à l'État une forme nouvelle, cela n'a guère pu se faire qu'avec des peines et des travaux infinis, et rarement avec l'oisiveté et des mœurs corrompues.

uma lei antiga. O que se constitui, neste caso, é um diálogo com a lei (fonte) anterior, pois não se pode querer “reinventar a roda” a cada produção legislativa. Existe assim uma memória intrínseca, mesmo que apagada, de um texto legislativo novo em relação ao texto anterior.

As leis novas são adaptações, grandes ou pequenos ajustes de formulações, que se fazem nos modelos anteriores, com acréscimos ou supressões que permitem um reordenamento do sistema jurídico vigente. Isto porque a lei tem sua origem na cultura econômica, política e social de um povo, e seu texto é apenas um reflexo disso, mesmo quando produzida para suprir uma lacuna do sistema.

É também o que diz Bakhtin (1977) acerca do dialogismo textual: para ele, as relações dialógicas se estabelecem na medida em que um texto reflete e se reproduz em outro, ecoando, dialogando com outro texto. Um texto de lei ao mesmo tempo em que dá voz à cultura do povo ao qual é imposta esta lei, traduzindo seus costumes históricos, econômicos, políticos e sociais, também responde a um outro texto de lei.

Assim um segundo texto entra em relação dialógica interna com o primeiro, podendo tanto ser um texto hierarquicamente superior, como aquele que autoriza a elaboração de uma nova lei. O novo texto de lei tem o mesmo objeto do texto anterior, mas aparece renovado, atualizado para as novas necessidades do homem e a lei anterior que lhe serviu de base ou origem será derogada total ou parcialmente pela lei nova.

O dialogismo mostra como ocorrem as relações discursivas, que podem ser externas, na medida em que o texto dialoga com o ordenamento jurídico ou mesmo com a doutrina estrangeiros; ou internas quando se encontram essas relações dentro do próprio ordenamento jurídico nacional.

Ceux mêmes qui ont fait la révolution ont voulu la faire goûter; et ils n'ont guère pu y réussir que par de bonnes lois. Les institutions anciennes sont donc ordinairement des corrections ; et les nouvelles, des abus. Dans le cours d'un long gouvernement, on va au mal par une pente insensible,, et on ne remonte au bien que par un effort. » Livre V, p.151

O texto de lei será tomado aqui como sendo o cerne (centro) dos textos jurídicos, visto que tudo gravita em torno dele, isto é, ou os textos precursores são seus textos originários e constituintes porque seus princípios e argumentos fundamentaram a propositura da lei; ou são seus textos derivados e consequentes porque é a lei que possibilita a propositura ou confecção de tais textos.

Essa situação de origem de cada texto jurídico é de suma importância, pois é ela que mostra a dimensão da relação dialógica: um texto de lei não existe sem um motivo anterior e suscita outros tantos textos decorrentes da existência da lei.

De onde se conclui que, nos textos jurídicos, o dialogismo é inerente já que um texto se refere sempre a um anterior, um autor cita o outro - discutindo a ideia proposta por outro autor, seja para apoiá-la ou contestá-la-, uma lei se refere ou está autorizada por uma outra.

Nessa mesma consideração cabe ressaltar que cada texto teórico ou artigo acadêmico e até mesmo da imprensa especializada pode ser o elemento detonador ou mola propulsora para questionar uma lei desatualizada ou mostrar a necessidade da propositura de uma nova, podendo-se incluir ainda aqui o fato de que uma lei seja produzida com objetivo complementar, isto é, a fim de completar uma outra lei, especificando um determinado tipo de pena ou de procedimento, por exemplo.

O fato de cada texto ser produzido em resposta a um outro, anterior, revela por sua vez, não só o processo dialógico, mas também um processo polifônico. Isto porque na medida em que se considera a produção do texto não se pode deixar de considerar que ele foi produzido num determinado lugar e tempo e por um determinado enunciador.

De forma bem simples a lei se torna a voz da sociedade que se expressa para regular as relações entre os homens, ou seja, a lei é a voz do homem social, a voz da sociedade num dado lugar e num dado momento histórico e como tal, a repercussão de uma voz que além de individual, é coletiva.

Isto porque a lei não é fruto, nos sistemas de governo democráticos, da vontade de um só, como ocorria nos regimes absolutistas, mas é a expressão da vontade geral, portanto, de um conjunto de pessoas que faz sua voz ser ouvida e resolve as questões de convívio que causam conflito através de um texto que vai regular a conduta da vida do homem dentro de um grupo.

Por isso seria de se esperar que uma lei fosse apenas aplicável a um único grupo de homens que vivessem sob as mesmas regras. E por isso seria de se esperar que a lei de um país não fosse adequada a um outro ou a outros países. Entretanto isso não é impossível, e resguardados certos limites, é até bem frequente, como se verá mais adiante.

Convém ainda lembrar que Bakhtin e o Círculo²⁶ tratam a linguagem de forma diversa da dimensão monológica - que tomava a língua como forma de expressão particular do sujeito (subjettivista idealista) ou como constituída por formas e atos psicofisiológico da sua produção (objetivismo abstrato). A linguagem é considerada sempre, ao contrário, sob o ponto de vista da interação verbal, um espaço onde a língua existe e se constitui.

A obra bakhtiniana e a do círculo vão, nesta perspectiva, tomar a linguagem do ponto de vista de sua natureza social, sobretudo no que se refere à relação do enunciado com o contexto social imediato. Isto quer dizer que a linguagem é analisada a partir das interações que ocorrem entre os indivíduos organizados em sociedade e que considera as condições de produção onde elas se elaboram.

Essas condições, por conseguinte, produzem um sentido prático que está além do fato da linguagem vir associada ao momento histórico onde ocorrem essas interações e permite, dessa forma, que o meio social espelhe a esfera ideológica presente nas Ciências, nas Artes, na Literatura, no Jornalismo e também no Direito.

²⁶ No presente trabalho não será considerada a questão da autoria dos trabalhos de Bakhtin, que é dividida em alguns casos com Voloshinov, já que as obras consultadas tinham como autor Bakhtin, sendo sempre referidas como obras de “Bakhtin e o Círculo”.

O conceito de esfera na comunicação discursiva de que fala Bakhtin está centrado na diversidade da linguagem humana e ideologia que a cerca, isto é, de forma bastante resumida a esfera revela como a realidade se manifesta na linguagem.

A linguagem refrata a esfera ideológica em que está inserida uma produção literária, que é o que Bakhtin (1977;1984) defende na análise que faz do romance de Dostoiévski, pois ela, a linguagem, revela o jogo de regras usadas para a produção em um determinado contexto.

Na esfera do Direito, tem-se que todo gênero refrata as relações dialógicas que se estabelecem do homem com o homem e do homem com a sociedade. O Direito, enquanto ciência, tem como função dirigir as condutas sociais, criando para isso regras de direito, que regulem a vida comum na esfera em um dado momento histórico.

Essa natureza social da linguagem, ou seja, a relação do enunciado com o contexto social imediato - interações que ocorrem entre os indivíduos organizados em sociedade e que considera as condições de produção - confere um sentido prático, associada ao momento histórico onde ocorrem essas interações, num processo dialógico.

Desta forma todo o gênero é, e assim também o gênero jurídico, um reflexo de relações dialógicas que se estabelecem do homem com o homem, pois espelha a necessidade do direito para regular a vida em comum, do homem com a sociedade e das condutas sociais.

As condutas sociais por sua vez são resultantes uma forma de agir que se apoia no que um grupo determina como um tipo, modelo ou padrão de atitude em relação a diferentes situações e que são resultado de um consenso. Essas condutas sociais se tornam padrões de condutas e ao se repetirem vão constituir o que Bourdieu define como *habitus*, tomado dentro de um determinado campo.

Bourdieu (1980) define o campo como “o espaço social capaz de refratar, traduzir ou transformar as demandas externas, sobretudo da base

socioeconômica comum”. É no campo onde acontecem as diferentes produções jurídicas textuais, pois, na medida em que surgem alterações no espaço social, nasce a necessidade de um reordenamento jurídico para que outros textos regulem as novas relações ou relações entre indivíduos que se modificam.

Em relação a concepção da linguagem, o campo é definido como o espaço em que determinadas formas de agir refletem as individualidades (como gostos e preferências), constituindo-se em um *habitus*.

Sobre esse *habitus* também incidem o tipo de relações entre os pares que participam das relações – as relações simbólicas -, o tipo de relação que se estabelece com o capital – através da herança e da renda - e o espectro de possibilidades ou impossibilidades oferecidas aos participantes de tomar posição e definir os espaços, isto é, participar da “herança acumulada pelo trabalho coletivo”.

Uma lei é um reflexo de um *habitus* que se cristaliza pela norma escrita. Então, a preocupação dos magistrados brasileiros, que objetivavam melhorar em curto espaço de tempo a prestação dos serviços da justiça ao cidadão, é expressa pela tomada de posição dos integrantes da associação, que apresentam uma proposta de lei, que se torna depois a Lei 11.419/2006, e que irá modificar as ações processuais que são submetidas à análise do Poder Judiciário.

O fato de esses juízes apresentarem uma sugestão (SUG1/CLP 2001), autorizados pela Constituição²⁷, que permite a um grupo apresentar uma

²⁷ O artigo 14 da Constituição Federal de 1988 foi alterado pela Lei 9709/1998: “Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.” e “Art. 14. A Câmara dos Deputados, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no art. 13 e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.”. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados diz na parte referente a Subseção III, Das Matérias ou Atividades de Competência, das Comissões **em seu inciso XII**, que cabe à Comissão de Legislação Participativa: “a) sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto Partidos Políticos; b) pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas na alínea *a* deste inciso;”.

proposta de Projeto de Lei ao Poder Legislativo, também integrarem o Poder Judiciário é relevante na aceitação da proposta, que é examinada e aceita. A sugestão SUG1/CLP 2001 é marcada pela necessidade de mudança no *habitus*: as modificações e avanços tecnológicos demandam alterações que são propostas como imperativas além de serem reflexo da experiência prática do mundo do trabalho.

Numa relação que também é dialógica, a esfera ideológica do Poder Judiciário, representada pelos integrantes desse poder, ou seja, os juízes federais, que têm como objetivo fazer aplicar a lei, se mistura com a esfera do Poder Legislativo, cuja função é a de propor leis para serem aprovadas e colocadas em vigor pelo Poder Executivo através de sua publicação.

Desta forma uma sugestão de proposta de lei integra os três poderes, judiciário, legislativo e executivo. Vê-se neste momento histórico a maior expressão possível da democracia: a necessidade fez agir representantes de um poder enquanto integrantes de uma associação, ou seja, no seu papel de cidadãos, a fim de melhorar a prestação jurisdicional da justiça da qual cabe ao Estado zelar.

O caminho encontrado para fazer o que era necessário, ou seja, uma prestação de atendimento de uma justiça mais rápida pode parecer a primeira vista uma extrapolação da função e do papel dos juízes, que devem apenas zelar e fazer aplicar a lei quando se considera que não há justiça.

O que é relevante é que o caminho encontrado foi o dado pela concessão criada pelo próprio sistema político, que permite aos cidadãos fazerem uma proposta de projeto de lei. À época da apresentação da sugestão, a primeira a ser apresentada por um segmento da sociedade, e neste caso um segmento muito especial, ainda não havia a precisão de como se faria uma

justiça mais rápida, o que foi acrescentado pela Emenda Constitucional nº. 45 de 2004, que inseriu o inciso LXXVIII²⁸.

Os textos que são examinados neste trabalho foram produzidos dentro do campo de atividades do Direito. No topo hierárquico qualitativo, como será explicado mais adiante, encontra-se a lei que foi promulgada em 2006, e que é consequência de uma cadeia de outros textos que foram produzidos.

O campo do direito onde se inserem os textos jurídicos tem como público-alvo toda a sociedade, que é o lugar onde as leis se aplicam, mas o texto original foi produzido por um setor da sociedade, uma associação de classe de magistrados.

Dentro do gênero jurídico podemos distinguir textos de maior e menor relevância em relação à sua aplicação. A lei, como texto autorizado pela Constituição, se aplica a toda a nação; já uma carta de intenção que apoia a sua aprovação enquanto ainda era projeto de lei, é uma apresentação do texto dirigida à Câmara dos Deputados. Ambos são textos jurídicos, mas a ordem de sua obediência e aceitação é diferente e acarreta consequências proporcionais ao seu cumprimento: a lei obriga a todos, a carta é uma crítica positiva.

O esquema simplificado abaixo permite compreender o trâmite da Proposta de Legislação Participativa que foi o documento de origem dessa lei federal:

²⁸ “LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. [*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)*](#)”.

O processo histórico de formação do campo implica numa reflexão sobre os gêneros e as obras que nele são produzidas. A percepção de cada obra produzida no campo é feita de forma crítica e somente a ampliação da produção é que permite a sua estabilização. Em relação aos textos jurídicos, ao se tomar a elaboração de textos legais, por exemplo, constata-se que uma lei se apoia sempre nos textos anteriores, numa relação dialógica, a fim de suprir ou corrigir as necessidades do grupo social a que se aplica.

No contexto histórico do corpus analisado, antes da lei 11.419/2006 – há pouco mais de dez anos de sua sugestão, não existia a possibilidade de implantação de serviços de informatização em muitos dos prédios do Poder Judiciário.

Entretanto na medida em que a utilização dos computadores alterou o comportamento dos cidadãos, o uso de tecnologias digitais e similares e da internet se tornou um *habitus*, e as modificações produzidas por esse *habitus* acabaram alterando as práticas do cotidiano, sendo finalmente incorporadas por uma nova lei.

É nesse ponto que se constata a existência das relações dialógicas apontadas por Bakhtin, pois não havia uma previsão legal na lei anterior (contida no Código de Processo Civil) regulando como se daria, na prática quotidiana do andamento dos processos no Poder Judiciário, a integração dos serviços de informatização, já que na data de sua entrada em vigor, 1973, essa tecnologia não estava disponível.

Ainda do ponto de vista da elaboração de uma linguagem, Bourdieu propõe que esta seja parte do processo de surgimento do campo. O Direito tem uma linguagem específica que é utilizada na elaboração dos textos de lei e que perpassa os outros textos do campo que se produzem a partir ou mesmo antes do texto legal, uma linguagem que sai do campo do Direito e interfere em outros campos, tal como o legislativo ou o jornalístico. É uma linguagem que nomeia aqueles que participam do campo tal como os agentes, que define conceitos, atos e práticas e que determina condutas.

Na lei 11.419/2006 a relação dialógica da linguagem jurídica com a linguagem da informática produziu, inclusive, uma nova linguagem técnico-jurídica, em que surgem expressões tais como “*meio eletrônico*”, “*transmissão eletrônica*”, “*assinatura digital*”, “*certificado digital*”, “*protocolo eletrônico*”, “*publicação eletrônica*”, “*correspondência eletrônica*”, “*processo eletrônico*”, “*extratos digitais*”, etc., expressões que estão no corpo do texto da lei.

As modificações trazidas pela Lei nº [11.419, de 19 de dezembro de 2006 para a](#) Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil²⁹, propiciam o diálogo e suprem na sociedade globalizada a necessidade imposta pelo momento atual³⁰. Uma sociedade que exige e permite ao advogado postar sua petição em espaço físico por vezes diferente e muito distante daquele onde está o processo em que atua.

²⁹ Essas modificações não serão objeto de análise nesse trabalho. O fato de elas existirem no conteúdo da lei nova apenas atesta o dialogismo existente entre os textos de lei.

³⁰ Documento anexo número 05: página da internet do Tribunal Regional Federal

Essa relação dialógica, entretanto, não ocorre apenas entre esses dois textos, pois é permeada por várias outras, de diferentes esferas e campos, como atestam os diferentes textos produzidos pela AJUFE (Apresentação e Nota Oficial), pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (Anteprojeto), pela Câmara dos Deputados e da Justificação do Projeto de Lei 5.828 de 2001 e do parecer e voto do Deputado Roberto Batochio, pelos artigos das Revista Consultor Jurídico e do Instituto Iuris³¹. Todos esses textos mostram o empenho da sociedade como um todo em regular as atividades que em parte já foram modificadas com o advento da informatização no Poder Judiciário.

O dialogismo é mais evidente no texto da lei nova, que já declara no seu caput³² que explicitamente altera a lei anterior³³, revogando uma parte dos artigos do Código de Processo Civil (Lei 5.869/1973) ou dando nova redação aos artigos que já existiam (Lei 11.419/2006 artigos 12, 169§1º). Faz-se presente também quando acresce incisos ou parágrafos na Lei 5.869/1973 (Lei 11.419/2006 artigos 38 parágrafo único, 154§ 2º, 164 parágrafo único, 169 §2º e §3º) testemunhando a mudança na esfera/campo das atividades humanas trazidas pela evolução tecnológica.

O capital simbólico, ou seja, as relações entre os pares que participam das relações e do reconhecimento e prestígio pessoal das relações que são valorizadas pelo grupo também exercem sua influência no campo.

De fato os profissionais da área jurídica gozam de prestígio social e do reconhecimento de seus pares e dos outros indivíduos da sociedade, pois é em função de suas atividades, a de aplicar as normas coercitivas estabelecidas pela sociedade, que a vida social segue equilibrada.

³¹ Documentos anexos I, II, III, IVa, IVb, IVc, IVd, IVe, IVf

³² Caput : parte superior, o início de um documento, uma lei ou de qualquer de seus artigos in PETRI, Maria José Constantino. Manual de linguagem jurídica. São Paulo : Editora Saraiva, 2011.

³³ “Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências”

Assim sob o aspecto da esfera/campo, que relaciona o momento sócio-histórico e as atividades humanas pudemos constatar como a modernização da sociedade permite e até mesmo impõe modificações sociais que se transpõem ao ordenamento jurídico na forma de aprovação e cumprimento de uma nova lei.

Desta forma entendemos que as propostas de Bakhtin e do Circulo, e também a de Bourdieu, nos revelam a composição dos mecanismos de produção da linguagem, bem como o dialogismo existente entre as diferentes esferas e campos sociais e o sentido prático produzido na sociedade atual.

Os conceitos de esfera e campo se fundem para constituir o espaço onde ocorrem as produções textuais jurídicas. Um espaço cujos limites geográficos são variáveis e que não se circunscreve a um espaço físico específico, um espaço universal que exige adaptações permanentes, visto as mudanças sociais decorrentes da evolução inevitável do mundo em que vivemos (tome-se como exemplo as mudanças provocadas pela adesão dos países europeus à União Européia).

Essas adaptações são permanentes e necessárias para que a convivência se faça de forma relativamente equilibrada, de onde a produção de um ordenamento jurídico internacional e nacional constante. Segundo Dollinger (1992) elas são inspiradas em "princípios fundamentais e transcendentais de justiça e equidade" a fim de balancear "realidades e necessidades socioeconômicas em diferentes tempos e lugares", num processo de universalização e extensão dos direitos humanos.

A regulação internacional através de tratados se faz na medida em que seja necessário determinar, de forma consensual, as condutas entre diferentes nações. Entretanto nem todas as nações ratificarão um tratado ao mesmo tempo e nem todas procederão de imediato às respectivas modificações necessárias em seus ordenamentos jurídicos internos.

A produção de legislação interna reflete, por sua vez, as necessidades de adaptação às realidades da nação e de suas relações com outras nações

ou de suas relações internas. Toda produção de textual jurídica incorpora, portanto, o que se passa diariamente no território internacional ou nacional.³⁴

Ao se examinar textos doutrinários de produção nacional o que se constata é que os autores brasileiros fazem referência, frequentemente, sobretudo em notas de rodapé, a autores de outros países e a doutrinas e legislações estrangeiras, sobretudo europeus, comparando os sistemas, os institutos jurídicos e até mesmo as jurisprudências.

O Direito Brasileiro, de acordo com Dolinger (1990), recebe também influências do Direito Americano, sobretudo em matéria constitucional e administrativa e pode ser testemunhada pelo direcionamento adotado em decisões de nosso Supremo Tribunal Federal.

Em relação às influências européias verificamos o que acontece em obras de autores consagrados que se dedicam ao estudo do Direito Civil: Washington de Barros Monteiro (1971), Caio Mário da Silva Pereira (1991) e Silvio Rodrigues (1988).

Monteiro tem em seu primeiro capítulo 27 citações de obras e autores, sendo que destes 25 são estrangeiros (oito franceses). Em Pereira constam 23 obras citadas, sendo que dessas 19 são de obras e autores estrangeiros (oito franceses). Rodrigues, o mais econômico, faz 12 citações sendo que cinco são de referência a obras e direitos estrangeiros (três franceses).

Ao colocarem nas notas de rodapé, no corpo do texto ou na abertura do capítulo as citações de autores e obras, os autores Monteiro, Pereira e Rodrigues informam que, ao menos leram as obras referidas e que estão fazendo suas considerações a partir delas. Este é o que se poderia chamar, em Direito, de método comparativo sobre os conceitos que são apresentados por nossos consagrados autores brasileiros.

Essa prática começou a tornar-se usual na Europa, a partir do fim do século XIX, quando diversas leis começaram a emergir nos países europeus e

³⁴ PELISSE : “En effet, quoi de plus spécifique aux cultures nationales que le droit ? De même, quoi de plus incorporé et particulier que « ce qui se passe tous les jours », ce qui est banal et commun et qui traduit, par exemple, le fait que l’on est ou pas dans « son » pays ? »

as relações, sobretudo comerciais, entre os países se intensificaram. De acordo com David (1985) a publicação do Código Civil francês, em 1804, inspirou vários outros códigos (entre eles o nosso Código Civil) e acabou por difundir a prática das comparações.

O que se chama, portanto, em Direito de método comparativo é cada vez mais frequente ao longo dos anos e fez surgir, mais tarde, o ramo que hoje é chamado de Direito Comparado. Através do Direito Comparado é possível então examinar direitos e legislações, a fim de se verificar as semelhanças ou as diferenças entre eles segundo Bevilacqua (1897), seja em seus aspectos específicos ou gerais, conforme precisa Dantas (1997).

Comparar direitos diferentes implica ler os textos de lei e compreendê-los em diferentes línguas e contextos culturais. Implica também poder reconhecer o que se manifesta como eco de uma legislação anterior ou da legislação de um país para a de um país diferente. A leitura de um livro teórico crítico ou de um código comentado normalmente traz nas notas de rodapé essas referências.

Na perspectiva da Análise do Discurso, as citações nos rodapés dos manuais de direito são testemunhos da polifonia (a voz de outro autor) e do dialogismo (textual). O Direito Comparado, nesta medida, usa necessariamente da polifonia e do dialogismo para fazer o exame comparativo dos textos jurídicos.

Outro aspecto da polifonia pode ser verificado pelo exame do percurso de uma lei no sistema jurídico. Esse é o caso de uma lei brasileira: a proposta de uma lei federal, por exemplo, é de iniciativa de um deputado, de um senador, de um grupo deles ou de iniciativa popular. Aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto de lei é encaminhado para o Senado, a fim de também ali ser votado. Se aprovado pelas duas casas, o projeto será sancionado pelo Poder Executivo, mais especificamente pelo Presidente da República. O fato de um projeto tramitar pelo Poder Legislativo, onde recebe aprovação de uma maioria de deputados e senadores, e depois ser recebido pelo Poder Executivo, torna a lei publicada o resultado do acordo de vozes

diferentes. Se o projeto for vetado pelo Congresso Nacional ou mesmo pelo Presidente da República, o que é possível, o veto também é a expressão de várias vozes, nesse caso dissonantes da intenção do projeto levado para análise do Poder Legislativo ou Executivo.

A lei, resultado de um projeto de lei aprovado por um certo consenso, é um enunciado referendado por um grupo de pessoas - os Deputados, Senadores e Presidente da República – que defenderam seu ponto de vista, aprovando a proposta apresentada. O contexto de enunciação onde se entrecruzam dialogismo e polifonia tem sua cena de enunciação, como explica Maingueneau (2002), no Congresso Nacional. É nessa cena de enunciação que se apresentam o enunciador, que assume primeiramente o papel de orador, e o plenário do Congresso Nacional, que é primeiramente o auditório. Essas noções são tratadas pela Teoria da Argumentação e serão estudadas no item a seguir.

2.3. A Retórica e a Teoria da argumentação: a formação do *logos*, do *ethos* e a influência do local

O contato entre um enunciador, aqui tratado como orador, e um enunciatário, aqui denominado auditório, se faz pelo uso da palavra. Os recursos empregados pelo orador a fim de tentar convencer seu auditório, ou seja, a argumentação, é o objeto de estudo da Retórica. A argumentação vista sob essa perspectiva é o campo em que se encontram, de forma polêmica, posições e interesses que se conjugam ou se confrontam, conforme explica Plantin (1990)

Esse autor explica que a palavra, isto é, a ponte entre orador e auditório, é o vetor de uma ação simbólica e vem carregada pela intenção de produzir resultados diferentes de acordo com o público a que se destina, em função dos projetos argumentativos dos interactantes.

Perelman, filósofo do Direito, ao renovar a Retórica em 1958, propõe uma Nova Retórica, hierarquizando o que a Retórica Clássica tinha estabelecido como gênero deliberativo, epidídico e judiciário e priorizando a linguagem do tribunal.

Perelman fundamenta sua argumentação jurídica substituindo a lógica pela razão, partindo do "justo", conceito chave para ele, de onde derivam dois conceitos: justiça, que leva ao conceito de jurídico; e justificado, que conduz a noção do que é razoável.

Ainda segundo Plantin (1990), é neste ultimo ponto que o autor, se concentra para fundamentar a Nova Retórica. Segundo ele Perelman além de procurar organizar respostas para a pergunta "o que devo fazer?", tenta encontrar respostas que contenham um princípio de abstração jurídica, uma "regra de justiça" e de igualdade entre os indivíduos, em que o argumento eficaz no passado deve ser empregado em situação análoga, numa operação de recurso ao precedente.

É exatamente isso o que ocorre dentro de um sistema jurídico, em que uma lei se justifica pela existência de uma outra, que lhe antecede, uma tornando-se o argumento de existência de outra que lhe é posterior.

Tal como ocorre com a fixação dos parâmetros essenciais, que delimitam a situação retórica, ocorre também com os princípios jurídicos. A situação jurídica se constitui em torno de uma crise que deve ser resolvida por uma decisão, seja sobre uma lei que já existe, seja por meio de uma decisão inovadora.

Cabe esclarecer que uma lei não pode retroagir para solucionar um problema anterior a sua existência. Mas ela pode e vai corrigir os litígios ou desajustes posteriores a ela. Nos sistemas jurídicos que permitem tal correção, como o brasileiro, ela se faz seja por meio de uma decisão de sentença que interprete a lei de forma inovadora, seja por uma sentença extensiva, que ultrapasse o que está previsto em lei. A decisão inovadora e a sentença extensiva são, nesse sentido, a expressão de uma palavra orientada para um determinado auditório, que necessita de uma solução para a sua demanda.

Perelman (1996), na Nova Retórica, trata do auditório e do orador segundo a premissa de que, para que a argumentação se desenvolva, é necessário que, primeiramente, a atenção do auditório esteja assegurada. Numa publicação científica, como exemplifica esse autor, essa atenção já está assegurada na medida em que o público leitor se dirige à revista com intenção de ler seu conteúdo, cabendo ao autor do artigo selecionado pelo leitor tão somente manter o contato, que a instituição científica já disponibilizou, ao permitir a publicação do exemplar.

Isso também acontece num texto jurídico: quem tem acesso ao texto é um leitor direcionado, e na maior parte das vezes, especializado, isto é, domina o vocabulário bem como o conteúdo da área. Um leitor leigo certamente não teria um entendimento satisfatório do texto.

Conforme esclarece Perelman, as instituições que existem na sociedade facilitam e organizam o contato entre um orador (enunciador) e seu auditório (alocutário ou co-enunciador), pois normalmente um público que procura por um determinado assunto ou tema, já conhece algo sobre ele.

O contato entre o orador e o auditório pelo argumento não se faz somente pelo antes, isto é, por presunção estabelecida entre ambos (de quem é o orador e qual é seu auditório), mas se constrói durante a troca entre eles, pois as condições de uso da palavra e a intenção do orador e a reação do auditório também contribuem para o desenvolvimento do argumento.

O orador deve, para que sua argumentação alcance o objetivo pretendido, conhecer bem o auditório a que se dirige para poder prever sua reação e fazer os ajustes necessários a fim de que possa ter êxito no seu propósito. Dessa forma o orador se serve da persuasão, pois enquanto está diante do seu auditório, constrói a sua própria personalidade diante daquele auditório, o seu *ethos*.

2.3.1. A formação do *ethos*

Aristóteles apresenta o *ethos* sob a perspectiva de uma figura que se serve do que é persuasivo para um certo grupo de indivíduos, com o objetivo de causar uma boa impressão, proporcionando uma imagem de si capaz de convencer o auditório e ganhar sua confiança.

Por isso o *ethos* mobiliza tudo o que contribui pra alcançar seu objetivo, desde o tom da voz até o próprio argumento apresentado. O orador proporciona uma imagem psicológica e sociológica de si, agindo de forma indireta e dinâmica a fim de atingir seu objetivo, mobilizando para isso a afetividade (*pathos*).

Estes recursos permitem ao orador obter uma eficácia que permite ganhar a confiança de seu auditório. O *ethos* vai dessa forma se mostrando durante o ato da enunciação, sem, no entanto fazer uma apologia do orador ao mesmo tempo em que constrói sua identidade, através de estratégias que direcionam suas palavras e orientam, portanto, o discurso.

Ao mesmo tempo em que o *ethos* se apresenta, o auditório constrói uma representação dele, uma espécie de *ethos* pré-discursivo, e que lhe é até mesmo anterior, tal como ocorre em relação a um político diante do Congresso Nacional, por exemplo, no momento em que ele discursa: o auditório normalmente já sabe a que partido ele pertence e as ideias que abraça; o que ocorre em geral, é que não há grandes surpresas.

Segundo Amossy (2005), o orador apresenta para o auditório um *ethos* onde faz uma apresentação de uma imagem, a imagem de si, a fim de garantir o seu sucesso diante de seu interlocutor (ou co-enunciador), apresentando ao mesmo tempo o que ele é e o que ele não é (seu anti-*ethos* conforme Maingueneau), privilegiando o que lhe interessa.

Mesmo que alguns autores³⁵ tenham tratado sobre esta questão analisando as trocas verbais, considera-se, para este trabalho, que o texto escrito tem diante de si um autor e um leitor; e que a interação de faz da mesma forma, porém num momento temporal que não é simultâneo, mas

³⁵ Benveniste, Kerbrat-Orecchioni.

consecutivo, podendo inclusive existir uma grande lacuna temporal separando os dois polos em contato pelo enunciado.

Segundo Amossy o tratamento dado ao *ethos* na análise do discurso por Maingueneau tem seu foco na maneira de dizer, que “autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si”. A imagem usa da relação do interlocutor e do seu parceiro, buscando a eficácia da palavra, causando impacto e buscando a adesão. Como já foi visto neste capítulo, a autora esclarece que Perelman se preocupa mais, quando trata do *ethos*, com a forma de apresentação do argumento pelo orador diante do auditório.

Amossy aborda a questão da credibilidade do narrador, tratada por Hassal, e de como o narrador se torna confiável aos olhos do leitor, mobilizando estratégias para que a relação de confiança seja fundada na autoridade que ele, enunciator, deve se conferir caso deseje convencer: uma autoridade não é negociada, mas conferida.

Segundo Maingueneau³⁶ (2002) o *ethos* se elabora “através de uma percepção complexa que mobiliza a afetividade do interprete ao mesmo tempo em que tira suas informações do material linguístico e do entorno do ambiente”. Entretanto essa elaboração ultrapassa esse limite, indo para além disso, atingindo todo o comportamento do orador incluindo aí o verbal e o não-verbal, sempre como o objetivo de provocar um efeito maior que o das simples palavras.

Maingueneau aponta algumas variantes na concepção de *ethos*, tratadas por Auchlin³⁷, bastante interessantes, a saber:

- a) O *ethos* pode ser bastante concreto (carnal) ou mais ou menos abstrato;

³⁶ L’*ethos*, de la rhétorique à l’analyse du discours, 2002.

³⁷ Auchlin, Antoine. Université de Genève. Publicou entre outros estudos : «Ethos et expérience du discours: quelques remarques», in Wauthion M. et A. C. Simon (éds), *Politesse et idéologie. Rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelles*, Louvain, Peeters «BCILL», 77-95. (trad. em português: « Ethos e experiência do discurso: algumas observações », in Mari, H., I. L. Machado & R. De Mello (2001) (éds), *Análise do discurso: fundamentos e práticas*, Núcleo de Análise do discurso, FALE/UFMG, Belo Horizonte, 201-225.)

- b) O *ethos* pode ser concebido como mais ou menos axiológico, vindo associado à ideia de que um bom orador é alguém de bem, de boa moral e costumes;
- c) O *ethos* pode ser concebido como destacado, manifesto, singular, oposto ao coletivo, partilhado, implícito e invisível. Este último é, conforme explica o autor, parte de uma comunidade comunicativa e como tal é invisível e imperceptível;
- d) O *ethos* pode ser mais ou menos fixo, convencional em oposição ao emergente e singular, tal qual figuras pré-moldadas.

O *ethos*, conclui o autor, é uma noção discursiva que se constrói no discurso, e não apenas uma imagem que o outro faz de um orador. Isto implica dizer que ele é parte de uma interação, em que o outro (auditório ou co-enunciador) recebe uma determinada influência num determinado contexto histórico-social, e como já explicado antes, às vezes, resultante de *habitus* coletivos.

O texto de lei tem um *ethos* atrás de si: o *ethos* do legislador, que elaborou a lei. Este *ethos* é um *ethos* pré-estabelecido: o do Congresso Nacional que aprovou uma lei federal, da Assembleia Nacional Francesa que redigiu a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão ou da ONU que elaborou, através de um comitê de vários países, uma Declaração Universal de Direitos do Homem.

E cada um desses *ethos* tem atrás de si outros tantos *ethos*, estes individuais, que aparecem na figura representada pelo Congresso brasileiro, pela Assembleia francesa ou pela ONU, já que estas são “casas” em que representantes da sociedade de uma nação ou das nações se reúnem para deliberar sobre questões de seu interesse.

Na medida em que um *ethos* se une a outros *ethos* por meio de um acordo, que ocorre no momento em que opiniões similares se unem, numa

anuência sobre um determinado tema, forma-se a opinião de consenso, resultante de um ideal ou real partilhado.³⁸

O *ethos* de um indivíduo político tende para o abstrato, pois é transformado em *ethos* de um grupo, de deputados ou de representantes de uma nação, e se transforma no *ethos* da entidade que representam, seja ela o Congresso, a Assembleia, ou a ONU.

No entanto a sua manifestação não pode ser percebida pelo documento que apresentam (lei ou tratado), pois nesse texto, que é um texto-resultado, só estão expressas as vontades finais dos legisladores e a própria figura do *ethos* é apagada. Na lei ou tratado a vontade expressa do legislador não vem explícita na letra do texto. O que o texto apresenta são as fórmulas de execução, para que na vida prática, a vontade seja realizada. O *ethos* está presente, todavia, nas sessões de debate, normalmente privadas, restritas ou de acesso bem menos frequente ao grande público, e esse é o lugar onde melhor se pode ver sua presença, sua construção e seu desenvolvimento.

Para exemplificar o que se quer dizer tome-se o seguinte caso: poucos sabem, por exemplo, quem eram Charles Malik (libanês) ou Pen Chung Chang (vice-presidente da China), que participaram da redação da DUDH. Nem tampouco se sabe quais países participaram da redação, quem foi seu redator final (o jurista francês, René Cassin) ou por quem foram presididos os trabalhos de discussão (tarefa que coube à Eleanor Roosevelt, viúva de Franklin Roosevelt).³⁹

Da mesma forma ocorreu com a lei de informatização da justiça (Lei 11.419/2006): os usuários da lei não conhecem o juiz Paulo Sérgio Domingues,

³⁸ Como explica Charaudeau (2002) Aristóteles trata da doxa, ou sentido comum, que é a resultante das ideias admitidas e opiniões partilhadas pelos homens ou por uma maioria (“esclarecida”).

³⁹ Este é um caso onde se pode verificar uma polifonia, visto que existem várias vozes que chegam a um consenso para a redação final do documento. Poderia se pensar também na questão sobre a perspectiva da heterogeneidade constitutiva do enunciado, segundo o que desenvolve Authier-Revuz. Mas como a redação final do documento implica em um texto resultado que traduz de forma neutra diferentes pontos de vista de seus debatedores, as marcas possíveis de alteridade são apagadas e não se pode reconhecer essa heterogeneidade.

presidente da entidade de classe AJUFE (Associação dos Juizes Federais do Brasil) que é quem a defende num momento de debates, antes da sua aprovação, mediante as críticas da OAB.

Nesse caso tem-se a maior expressão do *ethos*: o *ethos* do individuo Paulo Sérgio Domingues é também o *ethos* do homem, mas também da entidade civil da qual este é presidente: ele defende algo em que acredita e não só porque é representante da entidade.⁴⁰ Além disso, na qualidade de juiz federal não deixa de ser representante do Poder Judiciário.

Percebe-se de pronto, pelos exemplos, que o *ethos* individual deu lugar a um *ethos* nacional, continental, cultural, histórico e social. Pode-se dizer que há a formação de um super *ethos*, de caráter universal, já que funde em si vários *ethos* tão distintos, mas que encontram um objetivo em comum, uma opinião partilhada e concordam em pontos que são apresentados. Todos têm como resultado um texto jurídico: a lei 11.419/2206 ou a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Não é diferente do que ocorre na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão elaborada pela Assembleia Francesa ou pela Constituição da República Federativa do Brasil colocada em vigor em 1988. O que difere são seus objetivos, que são particulares a uma nação ou a uma situação, o momento histórico e social de cada uma delas. No entanto a forma de construção do *ethos* é igual em todos os casos.

Cada um dos documentos citados contém em si um caráter abstrato, em sua intenção, mas concreto porque será validado já que é lei ou tratado. Cada um deles contém um valor axiológico, pois traduz a moral do tempo, as regras que precisam ser impostas. E como tal, são únicos, singulares, mas dirigidos a uma comunidade e, portanto, de efeito coletivo e de caráter partilhado. Por fim, como forma textual, são documentos fixos, moldados, convenção que deve ser respeitada por todos a quem se destina.

⁴⁰ Conforme relatou o próprio Dr. Paulo Sérgio Domingues, professor da Faculdade de Direito de Sorocaba, onde leciona há 18 anos a disciplina de Direito Processual Civil.

Maigneuneau explica esta questão:

« Dans le cas de textes scientifiques ou juridiques, par exemple, le garant, au-delà de l'être empirique qui a matériellement produit le texte, est une entité collective (les savants, les hommes de loi...), eux-mêmes représentants d'entités abstraites (la Science, la Loi...) dont chaque membre est censé assumer les pouvoirs dès qu'il prend la parole. Dès lors que dans une société toute parole est socialement incarnée et évaluée, la parole scientifique ou juridique est inséparable de mondes éthiques bien caractérisés (savants en blouses blanches dans des laboratoires immaculés, juges austères dans un tribunal...), où l'*ethos* prend, selon le cas, les couleurs de la « neutralité », de l'« objectivité », de l'« impartialité ,etc.». ⁴¹

Mas se por um lado existe uma neutralidade, da qual fala esse autor, ela vem impregnada por um vetor ideológico, ligado ao conteúdo de cada documento e de caráter extremamente subjetivo, pois que dirigido à proteção dos direitos do homem. O resultado final (tratado, declaração ou lei) exprime dessa forma ao mesmo tempo neutralidade e objetividade, e diacronicamente e de forma oposta é resultado justamente da parcialidade e da subjetividade.

O enunciador do texto de lei, assim como de alguns outros textos abordados nesse trabalho (os textos de lei e os votos), é um enunciador-resultante, expressão de várias vozes e vontades, bem como de diferentes *ethos*. Pode-se por isso conferir-lhe um status de sujeito enunciador, tal qual um orador e que é dotado de um *ethos*. Esse sujeito, ao exprimir sua vontade por meio do texto escrito da lei, vai exercer sobre seu auditório os mesmos poderes que um enunciador comum de um único sujeito. Seu *ethos*, ainda que abstrato, é “gigante pela própria natureza, é impávido colosso”, na medida em que exprime a vontade do enunciador-resultante e pode até mesmo, por exemplo, ser caracterizado do ponto de vista social e político.

⁴¹ N.do A.: “ No caso dos textos científicos ou jurídicos, por exemplo, a garantia além do ser empírico que materialmente produziu o texto, é uma entidade coletiva (os sábios, os homens da lei...), eles próprios representantes de entidades abstratas (a Ciência, a Lei...) da qual cada membro é autorizado a assumir os poderes a partir do momento em que toma a palavra. Desde o momento em que numa sociedade, toda palavra é socialmente personificada e avaliada, a palavra científica ou jurídica é inseparável de mundos éticos bastante caracterizados (sábios de aventais brancos em laboratórios imaculados, juizes austeros em um tribunal...) lugar em que o *ethos* assume, de acordo com o caso, as cores da “neutralidade”, da “objetividade”, da “imparcialidade”, etc.

2.3.2. O papel do local

O local físico e concreto onde se encontra o enunciador é revestido de um caráter objetivo, mas que é ao mesmo tempo subjetivo e por isso, abstrato: o Congresso Nacional, a Assembleia Nacional (francesa) ou a ONU têm um prédio físico como endereço e são pessoas jurídicas⁴². São chamadas de

⁴² Conforme o Vocabulário Jurídico (Silva, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 2004.) Pessoa jurídica é aquela “empregada para designar as *instituições, corporações, associações e sociedades*, que, por força ou determinação da lei, se *personalizam*, tomam *individualidade própria*, para constituir uma *entidade jurídica*, distinta das pessoas que a forma ou que a compõem.

Diz-se *jurídica* porque se mostra uma *encarnação da lei*. E quando não seja inteiramente *criada* por ela, adquire *vida* ou *existência legal* somente quando cumpre as determinações fixadas por lei.

Dessa forma, ao contrário da *pessoa natural*, cuja existência legal se inicia por um *fato natural* (o nascimento), a pessoa jurídica somente tem existência quando o *Direito* lhe imprime o *sopro vital*. Criando-se ou as confirmando, é, pois, o Direito que determina ou dá vida a essas *entidades*, formadas pela *agregação de homens*, pela *patrimonização de bens*, ou para cumprir, segundo as circunstâncias, realização do próprio Estado.

Inquinam a expressão de pleonástica, porque *pessoa* simplesmente já exprime ou dá o sentido do ser juridicamente considerado.

Realmente *pessoa* assim se entende: tanto se refere ao *homem*, juridicamente compreendido, como a toda *instituição* ou *organização*, que se personalizou, legalmente, para cumprir finalidades do Direito ou fins desejados por seus instituidores.

Mas, a qualificação *natural*, ou a *jurídica*, é imposta para especialização, pois que, em verdade, segundo a *matéria* de que é composta ou constituída a pessoa, há distinção entre essas duas espécies.

Nesta razão, a qualificação adotada funda-se no *fato*, do qual decorre a sua existência ou *personalidade civil*.

No homem, dá-se o *fato natural*. E daí a designação adotada logicamente: *homem natural*.

Nas instituições, corporações, associações, sociedades, etc. o fato de que decorre a personalização ou individualização é legal, é jurídico, pois que se funda no Direito. E daí a expressão jurídica que integra este sentido. *Jurídico* é tudo o que é legal, aprovado ou confirmado por lei, quando não é a própria lei que o institui. (...)

As pessoas jurídicas são sempre representadas pelas *pessoas naturais*, a quem se outorgam poderes para representação. Esta *representação*, em regra, é dita de *delegação* por ser distinta, em sua formação e exercício, do mandato comum.”

Desta forma a ONU é pessoa jurídica de direito público externo, o Congresso Nacional é pessoa jurídica de direito público interno.

pessoa jurídica pois possuem uma personalidade, chamada de jurídica porque não é uma pessoa humana, mas uma entidade a quem se conferem determinados direitos e obrigações, parecidas com as que são atribuídas aos homens.

Essas pessoas jurídicas, que são sediadas num endereço físico concreto, têm poderes, podem decidir, negociar, delegar ou representar o grupo, tal qual um mandato de um mandante ao seu mandatário.

Têm todos, Congresso Nacional, Assembleia Nacional e ONU, uma vontade que exprimem por seus atos e decisões, tais como promulgar uma constituição, uma lei, um tratado, uma declaração, resultado da decisão da maior parte de seus membros ou revogá-los.

O local importa porque é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo: quando se trata de uma notícia em um telejornal ou na internet sobre essas casas, há sempre a imagem do prédio associada à notícia, o repórter está no local ou há uma foto do local. A fotografia ou a imagem do local físico personifica e humaniza o local e, por conseguinte, se incorpora ao *ethos* de cada casa, que adquire uma força maior, quando citada como fonte (por exemplo: O Congresso Nacional aprovou a lei “x”...). Imediatamente vem à mente do leitor ou do ouvinte uma imagem real do local.

Assim uma decisão ou declaração proferida por uma dessas casas tem uma força (ilocutória) muito maior do que se o enunciado fosse proferido de um local não conhecido pelo enunciatário (uma associação de moradores de um bairro, por exemplo), caso em que o espaço da imagem ficaria no “vazio” no referencial do enunciatário.

Pode-se exemplificar isso ao se pensar no Congresso Nacional, perguntando-se o que vem à cabeça do leitor. Com certeza ele imaginará algo parecido com as imagens das figuras abaixo:

Ou

Ou ainda

Por isso considera-se o local como constituinte também do *ethos*: a imponência institucional associada à apresentação contínua da imagem nos meios de comunicação impõe um respeito à figura do *ethos* da entidade, tornando-o mais forte porque melhor conhecido do seu enunciatório (auditório).

Todo esse contexto favorece a compreensão da importância de um texto jurídico no seu contexto de produção. Mais ainda: geralmente um texto referente a um determinado tema (por exemplo, direito a uma justiça rápida) não terá o mesmo sentido e nem poderá ser aplicado da mesma forma em países diferentes, ou até mesmo em regiões diferentes de um mesmo país.

⁴³ <http://www2.camara.gov.br/>

⁴⁴ <http://www.senado.gov.br/>

⁴⁵ Niemeyer, Oscar. Congresso Nacional, 1958, Brasília. <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/oscar-niemeyer-coletanea-de-11-02-2008.html>

Imagine-se a demora necessária para a resolução de um processo de divórcio na cidade de São Paulo ou numa pequena cidade do interior do Estado. Logicamente onde há mais demanda a demora é maior para o atendimento do que se pleiteia.

Então o texto jurídico tem sentido em seu local de produção ou de origem, se bem que possa ser aplicado e servir de fonte para outros sistemas jurídicos diferentes (pela analogia admitida em vários sistemas jurídicos).⁴⁶.

Daí a importância de conhecer bem o enunciatório ao qual se dirige a palavra, pois dificilmente se poderia obter êxito diante de um auditório cujas ideias e perfis são contrários ao do enunciador-orador. Entretanto, nada impede que, ao estabelecer uma relação com seu público, o enunciador possa se servir de argumentos e desenvolvê-los de tal forma que termine por direcionar a opinião do seu enunciatório-auditório, convencendo-o totalmente.

Cabe aqui uma distinção, entre a persuasão e a convicção, o que requer, como premissa, a distinção entre os tipos de auditórios. Um primeiro tipo, chamado de universal, é aquele formado por toda a humanidade. O segundo é formado por um único interlocutor e seu auditório, como num diálogo. O último tipo é o estabelecido entre o próprio sujeito e as deliberações que ele faz consigo mesmo, como num diálogo interno.

O objetivo do orador - o de obter a adesão desse auditório - se concretiza na medida em que o primeiro obtém um convencimento de “caráter impositivo, coativo das razões fornecidas e de sua evidência, validade intemporal e absoluta independência das contingências locais ou históricas” que são apontadas.

Perelman (1976:42) destaca ainda que o auditório universal é constituído por cada um de seus integrantes e que cada cultura e cada indivíduo tem a sua própria concepção do que é um auditório universal. Essas considerações levam

⁴⁶ Uma versão integral do código civil francês foi adotada na íntegra no grão-ducado de Varsóvia, Polônia, durante a ocupação napoleônica (<http://id.erudit.org/iderudit/043668ar>)

à conclusão de que um determinado argumento pode não obter o mesmo tipo de adesão em auditórios de culturas diferentes, de nacionalidades diferentes.

Como se realiza a integração ou a entrada de um sistema jurídico em um outro diferente, como se processam os aportes de legislação? Como um sistema jurídico, tal qual o brasileiro, integra um tratado internacional ou de que forma ele insere em seu ordenamento jurídico um código quase “copiado”, tal como ocorreu com os primeiros códigos brasileiros (civil, penal e comercial)?

Os exemplos dos respectivos códigos civis abaixo são testemunhos desse fenômeno:

a) Código Civil Brasileiro:⁴⁷

Art. 3º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I - os menores de dezesseis anos;

II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

b) Código Civil Francês :⁴⁸

Article 1123

Crée par Loi 1804-02-07 promulguée le 17 février 1804

Toute personne peut contracter si elle n'en est pas déclarée incapable par la loi.

Article 1124

⁴⁷ [REVOGADA A LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916 - Código Civil dos Estados Unidos do Brasil - VIGÊNCIA ATÉ O DIA 10.01.2003](#). LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002, Institui o Código Civil, em vigor desde 11.01.2003 (Alterado pela MP Nº 104/09.01.2003(hoje LEI Nº 10.677/22.05.2003, LEI Nº 10.825/22.12.2003, LEI Nº 10.931/02.08.2004, MP Nº 234 \ 10.01.2005, LEI Nº 11.107 \ 06.04.2005, LEI Nº 11.127 \ 28.06.2005, LEI Nº 11.280 \ 16.02.2006, LEI Nº 11.481 / 31.05.2007, LEI Nº 11.698/13.06.2008, LC Nº 128/19.12.2008, LEI Nº 12.010/03.08.2009 já inseridas no texto). LIVRO I DAS PESSOAS. TÍTULO I. DAS PESSOAS NATURAIS. CAPÍTULO I. DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE.

⁴⁸ Version consolidée au 2 juin 2012 : [Chapitre II : Des conditions essentielles pour la validité des conventions. Section 2 : De la capacité des parties contractantes.](#)

Créé par Loi 1804-02-07 promulguée le 17 février 1804

Modifié par [Loi n°68-5 du 3 janvier 1968 - art. 2](#)

Sont incapables de contracter, dans la mesure définie par la loi :

Les mineurs non émancipés ;

Les majeurs protégés au sens de l'article [488](#) du présent code.

Constata-se o uso dos mesmos vocábulos, termos e expressões. Mais, mesmo com redação diferente, o conteúdo é quase o mesmo.

Como todas essas considerações se encaixam na Teoria da Argumentação? Tomando a lei como o ponto de partida do fenômeno que constrói o sistema jurídico, ela é o argumento em si. Isso posto, o auditório é o público a que se destina, seu enunciatário. E o enunciador ou orador é o legislador ou aqueles que deram razão as mudanças da lei. Uma lei alterada existe porque foi necessária uma mudança social requerida pelo enunciador e é destinada a reger a vida dos enunciatários.

A lei nova que vem como solução, pode ter sido inspirada apenas pelas mudanças sociais de uma nova tecnologia (pelo uso da informática) ou por um tratado internacional assinado pelo governo brasileiro (Declaração Universal de Direitos Humanos). Dessa forma uma lei anterior é fonte de uma nova lei, o que revela a polifonia existente. A necessidade de uma nova lei pela modernização ou adequação a um sistema internacional é o argumento.

2.3.3. O auditório

O auditório para quem se destina a lei é um auditório ao mesmo tempo único e universal. Único quando tomado como nação, pois uma lei se destina a todo o povo de uma nação. E ao mesmo tempo universal porque é constituído de indivíduos, homens e mulheres, bastante diferentes entre si na sua

individualidade, mas que aos olhos do Estado e de seus poderes politicamente organizados constituem um único ser, o povo.

Diferente do auditório universal, o auditório onde se apresenta um único interlocutor vê o desenvolvimento do argumento dentro de um diálogo que se desenvolve de maneira razoavelmente equilibrada, no qual tanto o orador quanto o interlocutor expõem cada um seus bons argumentos a fim de encontrar uma solução de consenso.

A proposta de uma lei federal, por exemplo, é resultado da expressão de um auditório universal, pois ela é debatida no Congresso Nacional, onde estão deputados e senadores. No entanto um interlocutor único pode representar, na condição de representante do grupo ao qual pertence, um auditório universal. Dessa forma o Congresso Nacional pode ser visto, no momento do debate, como um ser único.

Normalmente, no auditório a troca entre orador e interlocutor possui características que apontam para a discussão. Todavia ela pode se transformar em debate, se o objetivo principal for o triunfo da tese defendida, tal como ocorre no debate para a aprovação de uma lei. Segundo Perelman (1976:50) a distinção entre o debate e a discussão se faz, sobretudo, pela intenção dos participantes da troca.

O auditório, ao deliberar consigo mesmo, diante do que lhe é apresentado pelo orador, estará sopesando sua aceitação total ou parcial, convencendo-se, ou não, da tese que lhe foi proposta.

Diferente é o que ocorre na persuasão, que transcende os limites da convicção íntima do interlocutor ou do auditório, mediante o uso de um elemento de maior força, que tem como objetivo coagir o auditório seja ele formado por um único interlocutor ou universal.

A persuasão pode ser resultado dos procedimentos utilizados pelo orador ou ocorrer em função da formação do próprio auditório universal. Assim por exemplo, um deputado de opinião divergente em seu partido pode votar a favor de um projeto de lei que é de interesse do grupo político ao qual

pertence. A persuasão neste caso seria efeito do *pathos*, que se realiza pela coerção, isto é, pelo compromisso assumido pelo político com seu partido, obrigando-o a votar de acordo com o que a sua bancada partidária determinou.

Uma lei colocada em vigor não aceita discussão sobre seu caráter persuasivo, pois como lei sua persuasão e seu poder de coação são atributos inerentes. Entretanto uma lei colocada em vigor pode suscitar debates sobre sua forma de aplicação. Já um projeto de lei pode também suscitar debates, onde discussão e persuasão estão presentes no momento de sua proposta, visto que num sistema democrático o projeto de lei implica num debate antes de sua aprovação definitiva em lei.

Os tratados de retórica distinguem todos os gêneros oratórios deliberativos, judiciários e epidídicos. Os primeiros e os segundos se constituem, sobretudo, por debates políticos e judiciários, enquanto o terceiro seria voltado para uma livre forma de expressão cujo objetivo é o de agradar, elevar ou ornar um fato.

Perelman destaca, todavia, que apesar de seu caráter aparentemente estético-literário, o gênero epidídico é aquele que contém a intensidade necessária presente na exposição de cada argumento, que por sua vez tem seu valor exacerbado em uma medida necessária para atingir o resultado a que se propõe o orador.

Perelman (1976:67) explica que dessa forma o convencimento do auditório também se faz não só pela discussão dos elementos que constituem o argumento, mas pelo fato de ser belo o recurso do qual se utiliza o orador, por exemplo. É nele, ainda segundo Perelman, que o orador se faz educador, que transmite seus valores. Aqui está presente a arte encantatória que, muitas vezes, se faz pela presença pessoal do orador diante de seu auditório, seu gestual, sua forma de impostar a voz, etc. No Congresso Nacional a presença do epidídico se faz pela emoção e pelo discurso inflamado do deputado ao defender ou refutar o projeto de lei em debate diante do plenário.

A argumentação tem sempre como objetivo modificar um estado de coisas preexistentes. É, portanto, de ordem prática, objetiva e pretende

mostrar, por meio de provas, que tem sua razão de ser, alterando o critério subjetivo com que o auditório julga o argumento.

Além do gênero epidídico, que é usado como recurso, como já foi dito antes, o orador serve-se de outros recursos para convencer o seu auditório.

O auditório ou enunciatário a quem se dirigem os textos de lei analisados pelo corpus deste trabalho é o homem que vive em sociedade, a coletividade. No caso da DDHC é o homem e cidadão francês (leia-se homem enquanto ser da espécie humana); na DUDH é o homem de cada país integrante da ONU; na CF/88 o homem brasileiro ou estrangeiro que vive no Brasil; e finalmente no caso da Lei 11.419/2006 o homem é cada um que for usuário do Poder Judiciário, funcionário ou parte de um processo, resguardadas as limitações de implantação do sistema de informatização.

Já nos textos do voto e parecer do Deputado Roberto Batochio e da Justificação da Deputada Luiza Erundina, o auditório é a própria Câmara dos Deputados, pois é ela quem aceita o parecer de ambos para, depois, votar a aprovação do projeto de lei. Já na Nota Oficial analisada o auditório é mais restrito: o texto dirige-se à OAB, que criticou o projeto de lei, e também aos que possam se interessar pela aprovação da proposta apresentada ao Congresso Nacional.

2.3.4. O *ethos* e o *logos*

Perelman (1976:67) trata da adesão que se pode fazer a grupos especiais como os valores, as hierarquias e os lugares do preferível, explicando que “estar de acordo em relação a um valor significa admitir que se exercerá uma influência sobre um objeto, um ser ou um ideal” e que ela pode não se impor a todos.

Mas, destaca o autor que os valores estão presentes, de alguma forma e em algum momento, em todas as argumentações, mesmo que isso ocorra pela contestação do valor ou sua total negação. Um auditório universal vai estar

sujeito a valores universais. Mas, na medida em que um auditório universal é composto por auditórios especiais, a adesão de cada grupo se fará de forma diferente. Então, na aprovação de uma lei ou tratado por um parlamento haverá adesão integral ou parcial, ou não, do auditório universal. A aprovação e, portanto, sua adesão não se fará de forma igual, podendo haver diferentes graus de adesão mesmo diante da aprovação. E cada adesão pode se fazer por razões diferentes, isto é, cada grupo pode aderir por concordar ou se opor a um certo grupo de valores diversos.

É o que ocorreu com a posição da OAB que criticou o projeto da Lei de Informatização Judicial: para essa entidade o valor de “acesso a uma justiça mais célere” parecia impossível de ser alcançado mesmo depois de sua aprovação pelo Poder Legislativo. Hoje, pode-se constatar que, apesar de ainda serem necessários vários aperfeiçoamentos na implantação - e até mesmo na execução dos procedimentos de informatização, a certificação digital, por exemplo, é uma realidade para os advogados brasileiros⁴⁹.

⁴⁹ De acordo com o site nacional da entidade: <http://www.acoab.com.br/acoab/site/entenda/certificado-digital-oab/> Acesso em 22.12.2012

O Certificado Digital OAB é emitido apenas para advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

Como descrito na DPC AC-OAB (Declaração de Práticas de Certificado – Autoridade Certificadora OAB), documento que contém as normas e procedimentos aplicáveis à Autoridade Certificadora, o Certificado Digital do advogado somente poderá ser armazenado no *chip* do seu cartão profissional.

Os inscritos que já receberam a nova identidade profissional emitida pela OAB, contendo o *chip* eletrônico, não precisarão solicitar um novo cartão.

Será necessário apenas realizar o processo de solicitação descrito no parágrafo “Como emitir um Certificado Digital”.

Os inscritos que ainda possuem o modelo antigo da identidade profissional, sem o *chip*, deverão providenciar imediatamente a troca pelo novo modelo para obter as vantagens do uso da certificação digital.

Quando o advogado opta por ter uma certificação digital ICP-BRASIL/AC-OAB ele valoriza a sua entidade de classe e viabiliza seu acesso a diversos serviços agregados e disponibilizados pelo Conselho Federal, como:

1. Área para seu uso exclusivo no *site* da Instituição, para disponibilizar seu currículo profissional e outras informações úteis;
2. Acesso automático aos seus dados constantes do Cadastro Nacional de Advogados, passíveis de atualizar eletronicamente;

Os valores podem ser de ordem distinta, isto é, concretos ou abstratos. Perelman considera a justiça ou a veracidade como valores abstratos e a França ou a Igreja como valores concretos. Na sociedade ocidental, calcada nas concepções greco-romanas, existem comportamentos e virtudes que só podem ser, segundo ele, concebidos em relação aos valores concretos, tais com as noções de fidelidade ou lealdade.

A base da argumentação se faz sobre um tipo de valores ou sobre o outro, dependendo das circunstâncias e nem sempre é fácil se distinguir o papel de cada um dos valores. Num dado grupo social, o valor concreto pode ser tratado como único e se oporá a qualquer outro que lhe seja estranho e pode até, se for adotado sem os devidos cuidados, levar a uma tomada de posição arbitrária.

Os valores concretos podem ser usados para fundar valores abstratos e vice-versa. Apoiar-se num valor abstrato pode servir à crítica e à necessidade de se proceder dessa forma manifesta, ou ainda segundo Perelman (1976) a um espírito revolucionário, enquanto que o contrário indica, normalmente um caráter conservador.

O valor de igualdade e liberdade, que parecia abstrato em 1789 aos revolucionários franceses, se materializa na DDHC, se reforça com a publicação na DUHC. Aí o conceito de justiça, ainda volátil, sobretudo pelo fato das duas grandes guerras vivenciadas pela Europa em menos de 50 anos, começa a tomar corpo e ganhar força. Por toda a parte são contestadas as medidas que restringem a igualdade e a liberdade ao mesmo tempo em que o

-
3. Redução dos custos na contratação da Certificação Digital;
 4. Segurança na emissão do Certificado ICP-BRASIL/AC-OAB porque, além da conferência presencial dos documentos apresentados na hora da certificação, haverá uma consulta ao Cadastro Nacional dos Advogados onde aparecerá a foto do advogado para a confirmação final;
 5. Possibilidade de encaminhamento de livros para Editoração da Editora OAB;
 6. Desconto na inscrição de cursos na ENA;
 7. Aquisição de livro da Livraria OAB com descontos.

Para que o advogado possa usufruir a valorização de seu cartão, deve estar em dia com a OAB e ter certificação ICP-BRASIL/AC-OAB.

sentido do conceito de justiça se amplia, se reformula, sobe na hierarquia dos valores sociais até se transformar no acesso rápido à justiça, sustentado pelas máximas do *fumus bon iuris* e do *periculum in mora*.

As hierarquias, que também constituem a base da argumentação, se apoiam sobre os valores, pois indicam a preferência ou a concepção dos valores relativos às pessoas e às coisas, umas em relação às outras. Também podem ser concretas e abstratas, sendo que os mesmos critérios em relação aos valores são adotados para se distinguir umas das outras.

Uma das formas mais usuais de hierarquização é a que considera o aspecto quantitativo dos elementos, colocando em preferência os de maior quantidade. Mas a hierarquia dos valores abstratos se faz mediante o critério da natureza do elemento, o que equivale dizer, da sua natureza qualitativa e a essa hierarquia, na apresentação dos argumentos, é mais importante até do que o próprio valor dos argumentos.

Perelman ensina que um auditório se caracteriza mais pela forma como ele hierarquiza os valores do que pelos próprios valores. A intensidade de adesão a cada um dos valores também deve ser considerada e conhecida do orador, a fim de que ele possa explorar convenientemente esse aspecto na apresentação de sua argumentação.

Ao se examinar uma lei e o argumento que caracteriza a sua existência, temos que sua concretude se dá pelo fato da lei ser publicada e produzir seus efeitos. Mas o grau de importância de uma lei é baseado, tal qual o argumento, numa escala hierárquica, onde o valor atribuído a diferentes leis é normalmente definido pela Constituição do país, como se verá mais adiante.

Em relação aos argumentos e aos lugares, estes vão designar as rubricas sob as quais se podem classificar os argumentos, como se fossem etiquetas. A divisão aristotélica separava os lugares comuns dos específicos. Os primeiros, de caráter generalizante, permitem um uso em diversas e múltiplas circunstâncias. Seu uso indiscriminado levou à repetição exaustiva, e esse excesso foi tachado de local comum, caracterizando os lugares comuns por uma banalidade que, entretanto, não exclui a especificidade.

Perelman (1976:115) propõe em sua obra, diferente do que fez Aristóteles, tratar dos lugares comuns, separando-os em lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, da existência, da essência e da pessoa. Os lugares da quantidade são definidos como sendo lugares comuns onde prevalece a quantidade da ocorrência, e segundo Isócrates, deve se avaliar sua aplicação e retorno, isto é, aquele que “rend service” a maior quantidade de pessoas que dele se beneficia. Retomando Aristóteles, Perelman (1976:116) cita um trecho de *Tópicos*⁵⁰ que é bastante interessante, onde ele compara a justiça à coragem e a utilidade de ambas: a justiça sempre é útil, a coragem apenas às vezes. Isto implica dizer que o local da quantidade é aquele onde o que acontece é o usual, o normal, o habitual.

Oposto ao local da quantidade está o da qualidade, tal como o da qualidade da verdade divina defendida por Calvino e os Reformistas. Aqui tem maior importância a singularidade, a preciosidade, a especificidade, a originalidade de cada ser ou objeto e das relações que os envolvem, é a valorização do único. A precariedade citada como exemplo de local da qualidade, em oposição ao valor quantitativo da duração. Por isso o que é precário tem um valor maior.

Os outros lugares, tal qual o da ordem, afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior, da causa sobre o fim e o dos princípios sobre o objetivo; os lugares da existência afirmam a superioridade do que existe, do que é atual e real sobre o possível, o eventual ou o impossível.

Uma lei, como já foi mencionado, é um argumento em si, e é posta diante de um auditório, a sociedade. As palavras que se apresentam no seu enunciado nem sempre representam o seu conteúdo: uma lei como a da informatização da justiça (Lei 11.419/2006) busca, em seu escopo, uma celeridade no trâmite dos processos junto ao sistema judiciário. Mas no corpo

⁵⁰ “Est aussi plus désirable ce qui est plus utile en toute occasion ou la plupart du temps : par exemple, la justice et la tempérance sont préférables au courage, car les deux premières sont toujours utiles, tandis que le courage ne l’est qu’à certains moments.»

do texto da lei, essas palavras não aparecem. O que não significa que a máxima “celeridade processual” esteja ausente.

Um estudo mais aprofundado realizado por Cretella (1994) da oitava Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que ainda é vigente, revela que quatro Declarações Revolucionárias Francesas⁵¹ influem na Constituição Política do Império de Brasil de 1824 e se perpetuam ao longo dos tempos.

No texto de 1988 o princípio tradicional de “todos são iguais perante a lei” ressurge reformulado no Preâmbulo através da palavra “igualdade”. Mas este princípio também está presente em outras Constituições anteriores, a saber:

- Constituição do Império (art. 179 inc. I);
- Constituição Federal de 1891 (art. 72 § 2º);
- Constituição Federal de 1934 (art. 113 inc. I),;
- Carta de 1937 (art. 122 inc. I);
- Constituição Federal de 1946 (art. 141 § 1º);
- Emenda Constitucional nº 1 de 1969 (art. 153 § 1º);
- e na própria Constituição Federal de 1988 (art. 5º).

Por sua vez o artigo 5º da Constituição de 1988 recebe uma Emenda Constitucional⁵², 16 anos após a sua entrada em vigor, que trata exatamente da questão da celeridade da justiça: “a todos, no âmbito judicial e

⁵¹ De acordo com o mesmo autor: a) a de 17 artigos e mais conhecida, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pois seus artigos constam no Prólogo da Constituição de 1791 e na de 1958 também. Foi votada pela Assembleia Constituinte francesa em 27 de agosto de 1789; b) a Declaração girondina de 1793, votada pela Convenção; c) a Declaração Montanhesa de 1793, que deveria preceder a constituição, mas que acabou não sendo votada; d) a Declaração do Ano III, que precede a Constituição de 5 Frutidor (do mesmo ano), votada também pela Convenção.

⁵² Emenda Constitucional nº. 45 de 9 de dezembro de 2004: Art. 5º LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Conforme observa Alexandre de Moraes (2011:410-412), evocando o princípio da eficiência dos serviços,

A EC no. 45/04 (Reforma do Judiciário) assegurou a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

O mesmo autor comenta mais adiante na mesma obra, referindo-se especificamente à lei 11.419/2006:

No contexto da Reforma do Judiciário e buscando efetivar a celeridade processual, a Lei nº 11419, de 19 de dezembro de 2006, regulamenta a informatização do processo judicial (autos virtuais), estabelecendo a possibilidade de utilização do meio eletrônico na tramitação dos processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

A própria lei define os principais termos para a implementação da informatização do processo judicial.

Então o desaparecimento ou ausência de certos termos nos documentos (tal qual o termo justiça) tem um significado: sua ausência implica no fato de que o valor abstrato passou a ser concreto, não é mais necessário estar presente de forma explícita, ele é inerente à sociedade, pois a evolução dos costumes fez com que o valor transigisse de status, passando da abstração para a concretude.

Na Revolução Francesa o direito a uma justiça “justa” era algo que não se conhecia, e se existia, era exercido para alguns e não para todos, podendo nunca se concretizar pela demora em sua realização. O direito à justiça se ampliou de tal forma que hoje não é mais necessário que ele apareça explicitado dessa forma, pois ele se tornou inerente ao homem do século XXI, mesmo que seja necessário ainda, em alguns casos, explicitá-lo melhor.⁵³

⁵³ Ao se acessar a página da ONU pode-se verificar que ainda existem muitas questões em que a justiça ainda não alcança sua efetividade, pois existem programas tais como eliminação da violência contra a

A análise que Cretella (1994) faz do Preâmbulo da Constituição Federal da República do Brasil mostra, sob a ótica do direito, tal evolução. Ele explica que a Revolução Francesa incorpora em um só valor as máximas de “liberté”, “égalité” e “fraternité”, mas que os constituintes brasileiros os separaram na redação do Preâmbulo, colocando-os em “lugares” diferentes.

A separação permite, ao contrário do que se possa pensar, não uma dispersão dos valores. Significa que cada um desses valores pode e será, como se verá mais adiante, ser tomado individualmente para que possa ser melhor explorado, desenvolvido e especificado. A um valor básico de liberdade se associam as situações onde este valor é necessário: liberdade de crença religiosa, de ir e vir, de filiação partidária, por exemplo.

De certa forma alguns desses valores estão presentes ao mesmo tempo, fundidos em outros. Assim o valor de bem-estar só pode existir se um homem for livre para circular pelo espaço social, se ele for tratado de forma equânime em relação aos outros homens e de maneira fraterna.

Assim também ocorre em relação à justiça: para que se atinja a justiça, enquanto ideal de uma sociedade, há que se ter liberdade, igualdade e fraternidade. A máxima francesa, retomada em várias das Constituições e Cartas brasileiras, se repete sempre, como se sua repetição fosse necessária para sua solidificação: presente no preâmbulo e perpetuando-se pelos artigos seguintes, inclusive no artigo 5º, cristaliza-se tal qual cláusula pétrea. Sua exigência passa a ser inquestionável e deve ser a todo custo cumprida.

Desta forma valores tão abstratos na França de 1789, e que passaram a ser repercutidos ao longo dos anos, surgiram na primeira Constituição do Império e se perpetuaram em outras Constituições brasileiras, concretizando-se como direitos adquiridos.

Entretanto não só os documentos franceses influenciaram as leis brasileiras. O cenário internacional também provocou interferências, após duas guerras mundiais de consequências perpétuas e avassaladoras para o mundo, que culminaram na celebração de vários tratados e da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. A DDUH retomara os valores de igualdade, fraternidade, liberdade, justiça, especificando-os e aprofundando-os a fim de impedir que novos horrores fossem praticados.

Ora, o Brasil, por meio do mesmo art. 5º. e inciso LXXVIII⁵⁴, inclui os tratados internacionais em seu sistema legal, colocando os tratados internacionais sobre direitos humanos entre a constituição federal e as leis federais, o que implica dizer que eles têm que ser respeitados tal como constam no tratado dentro do sistema hierárquico das leis brasileiras.

Essa forma de organização hierárquica das leis nada mais é do que o *logos* do enunciado: uma lei autoriza ou se acorda com outra, uma é argumento da outra. Consequentemente uma medida provisória não pode estar em desacordo com um tratado internacional ou um decreto legislativo em desacordo como uma lei complementar.

2.4. A reformulação na língua e no discurso jurídico

As figuras e procedimentos da Retórica no item anterior mostram que documentos franceses repercutiram no mundo e influenciaram documentos brasileiros por meio de procedimentos reformulativos variados. Conceitos, expressões, termos foram ora incorporados, repetidos, reformulados, ora suprimidos, sendo sua ausência apenas formal. Essas diversas formas de reformulação explícita não se realizam sem alterar o sentido, obviamente. O

⁵⁴ § 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

termo reformulação é muito genérico e refere-se a vários procedimentos linguísticos, discursivos e enunciativos não cabendo aqui discorrer sobre suas inúmeras formas e alcance; apenas serão aludidas as formas que interessam à análise deste corpus⁵⁵.

2.4.1. Do ponto de vista linguístico

A reformulação é um procedimento de substituição empregado na construção de um enunciado. De acordo com Peytard (1984), a reformulação pode ser entendida “*comme l’ensemble des transformations qu’un discours (littéraire, scientifique) admet d’une même et unique source, pour devenir « autrement »⁵⁶ équivalent*”. Para que se possa realizar tal operação normalmente faz-se uso de uma expressão linguística diferente. Por exemplo, no caso de um texto jurídico a lei pode ser substituída, de forma reduzida ou simplificada, por “ela”, “dela” ou “regra legal”.

Peytard também ensina que a reformulação ocorre no momento em que se explica um enunciado, levando em consideração o “agente de reformulação”,

c’est-à-dire, par rapport au locuteur-scripteur qui, partant d’un énoncé discursif d’origine (situé) le transforme, selon des procédures repérables, en un énoncé discursif second. Étant entendu que l’altération peut soit maintenir une similitude (état d’équivalence), soit provoquer une différence (état d’altérité).⁵⁷

A reformulação elaborada por um mesmo enunciador reflete sim a alteridade discursiva. Todavia, nos casos em que ela é resultante de um

⁵⁵ Alguns autores preferem a grafia re-formulação, pois cada alteração é uma nova formulação.

⁵⁶ aspas do autor

⁵⁷ “Isto é, em relação ao locutor-escritor que, partindo de um enunciado discursivo de origem (situado) o transforma, segundo procedimentos que se evidenciam, em um enunciado discursivo segundo. Visto que a alteração pode ou manter uma similaridade (estado de equivalência) ou provocar uma diferença (estado de alteridade).” (Trad. Nossa)

conjunto de vozes de diferentes enunciadores, de mesma cultura e até de culturas diferentes, ela refrata apenas a polifonia existente.

Segundo Mortureux (1993) a reformulação como recurso é bastante adotada para transpor o discurso científico e técnico para um discurso de vulgarização (divulgação científica), ou seja, essa transposição possibilita o acesso de uma linguagem técnica e científica para uma linguagem cotidiana ou mais acessível. Explica Peytard (1984) que sendo o agente da alteração o mesmo que produziu o enunciado discursivo de origem, trata-se de reformulação.

Segundo Charaudeau a reformulação tem diferentes objetivos, mas o principal é evitar a repetição de um mesmo termo retomado. A reformulação pode se aplicar a um único termo ou a um conjunto deles e pode também se fazer de várias formas. Enquanto fenômeno enunciativo a reformulação pode tratar dos diferentes aspectos do discurso direto ou indireto, mas também do dialogismo, inerente a todo discurso conforme a perspectiva bakhtiniana.

Nos casos em que ocorre uma reformulação e a alteração do enunciador – que é substituído por outro enunciador ou por um grupo de enunciadores – pode haver uma alteração do sentido. Tal fato pode ser da escolha do enunciador, que quer ou precisa se afastar do termo inicialmente usado. Tome-se como exemplo o uso de termos substituídos por outros, porque considerados inadequados a partir de um determinado momento, tal como a substituição da expressão “deficiente físico” pela expressão “portador de necessidade especial”. O enunciador pode iniciar seu texto com a primeira expressão, para esclarecer sobre o objeto do qual irá tratar, para em seguida passar a usar sempre a segunda expressão, considerada mais adequada nos tempos atuais. O conteúdo ideológico presente na reformulação aponta a vontade do enunciador de não discriminar aqueles que têm mobilidade diferenciada.

Explica ainda Charaudeau (1992) que a reformulação pode ter um caráter explicativo ou imitativo. No primeiro caso ela tem um caráter didático, conforme ensina esse autor, pois explica de forma detalhada e atualizada, tal

qual se faz num dicionário ou em um resumo (abstract ou résumé) de artigo científico. O caráter imitativo reproduz as características mais marcantes tal como no pastiche, na sátira ou na paródia, e sua função é lúdica.

A título de ilustração, pode-se tomar o caso de um físico e um engenheiro que descrevem o funcionamento de um motor de automóvel em linguagem técnica em um relatório técnico sobre o desempenho do motor e o mesmo fenômeno explicado num manual para o proprietário de um veículo automotor.

Ensina Mortureux (1993) que essas substituições podem se efetuar pelo emprego de recursos metalinguísticos, diafóricos ou tipográficos:

a) metalinguísticos são chamados pela autora os recursos empregados com o auxílio dos verbos do tipo significar, designar, etc., que são utilizados na sequência do termo para esclarecer ou explicar, tal como a sequência de palavras que dão o sentido de um termo no dicionário. Ex: incapacidade designa a falta de capacidade de alguém para a realização de determinados atos da vida civil;

b) diafóricos são os recursos que compreendem a:

- anáfora gramatical: retomada do termo posteriormente e acompanhado por um determinante do tipo demonstrativo, por exemplo;
- anáfora lexical: retomada do termo por repetição simples, sinonímia, metonímia;
- a catáfora: retomada do termo por um enunciado posterior;

c) tipográficos são os recursos que se destinam a chamar a atenção através da pontuação ou forma gráfica, tal como uma palavra grafada em itálico.

Em relação à sinonímia, recurso bastante empregado nos textos do corpus, Charaudeau (1992:54) ensina que no momento em que se emprega uma palavra no local de outra, num mesmo contexto “sans que change le sens de l'énoncé, on dira que ces deux mots sont sémantiquement équivalents. Ce phénomène est traditionnellement appelé synonymie».

O autor observa, entretanto, que não existe sinonímia absoluta. Se assim fosse não haveria a necessidade de existirem diferentes palavras para exprimir a mesma coisa. Se há outra palavra, existe um sentido diferente, em geral, devido à diferença do contexto em que cada uma é empregada.

2.4.2. A reformulação no direito: empréstimo, “transplant”, “circulation”

No Direito é preciso tomar bastante cuidado com a substituição de um termo pelo outro, já que o sentido se altera. A reformulação é um procedimento bastante praticado pelos juristas: ao se tomar a lei como texto primordial e central da atividade do jurista, o texto que ele produz a partir da leitura da lei nada mais é do que um procedimento de reformulação, acrescido de uma interpretação argumentativa para atingir um determinado objetivo.

Existem até mesmo artigos e leis que são conhecidos, inclusive, por aqueles que não são da área jurídica. No Código Penal os artigos 121 e 171 são sinônimos de homicídio e estelionato e na linguagem popular são até empregados como adjetivos: “Ah o fulano? Conheço bem, ele é o “maior 171” do bairro.”

No discurso jurídico a reformulação se faz, normalmente, no corpo do texto, onde há a transcrição do referido artigo de lei que, às vezes, se muito conhecido, tem apenas seu número mencionado. Em seguida há a fundamentação para justificar o pedido e o próprio pedido, como se pode ver no exemplo de petição abaixo, caso em que, a partir de uma lei, o advogado formula seu texto:

“De acordo com o artigo 3º. do Código Civil⁵⁸:

São absolutamente incapazes⁵⁹ de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

⁵⁸ VADEMECUM SARAIVA. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

⁵⁹ Os grifos mostram a reformulação dos termos e expressões empregados.

I - os menores de dezesseis anos;

II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Assim José da Silva, maior, como já foi demonstrado anteriormente, deficiente mental conforme o laudo anexado as folhas ... e pelo processo de interdição nº não tem capacidade suficiente para contratar um serviço, pois não sabe diferenciar entre o certo e o errado e, portanto, o que foi acertado entre as partes é nulo em seu efeito.⁶⁰

Também se encontram procedimentos de reformulação em textos teóricos, como o texto de um manual de direito que explica este mesmo artigo:

Capacidade de direito e de fato: - Capacidade, já o vimos, é a aptidão para ser sujeito de direitos e obrigações e exercer, por si ou por outrem, atos da vida civil. Duas são, portanto, as espécies de capacidade, a de *gozo* ou de *direito* e a de *exercício* ou de *fato*.”

(...)

A segunda espécie de capacidade é a de exercício ou de fato, é a simples aptidão para exercitar direitos, é a faculdade de os fazer valer, se a capacidade de gozo é inerente a todo ser humano, a de exercício ou de fato deste pode ser retirada. O exercício dos direitos pressupõe realmente consciência e vontade; por conseguinte, a capacidade de fato subordina-se à existência no homem dessas duas faculdades.⁶¹

No exemplo acima é possível verificar como os termos foram reformulados, por operações de sinonímia ou mesmo por meio de uma

⁶⁰ Exemplo elaborado baseado numa peça processual deste tipo de processo.

⁶¹ Monteiro, Washington de Barros. Grifos do autor

expressão ou paráfrase que detalha o que vem a ser incapacidade. O termo “incapazes” é restringido pela idade (os menores de dezesseis anos), pela condição física ou mental (os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos), por motivos fortuitos (os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade). O termo “deficiente mental” é explicado por “não tem capacidade suficiente” e “não sabe diferenciar”. Já a capacidade vem parafraseada por Monteiro (1970) como a “aptidão para ser sujeito de direitos e obrigações e exercer, por si ou por outrem, atos da vida civil”. A capacidade de fato vem definida como sendo “a simples aptidão para exercitar direitos”, “a faculdade de os fazer valer”; e explicitada por “a capacidade de fato subordina-se à existência no homem dessas duas faculdades”.

Os dois casos de reformulação acima observados encontram-se entre textos de um mesmo sistema jurídico, o brasileiro. Mas isso também pode ocorrer em sistemas jurídicos diferentes, tal qual o francês e o brasileiro, em que podem também estão presentes reformulações, tal qual nos textos do corpus desse trabalho. No artigo 5º da Constituição brasileira encontramos:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

E na Constituição francesa, que integra a DDHC e 1789: « Art. 1º Les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droits. Les distinctions sociales ne peuvent être fondées que sur l'utilité commune. »

Em Direito é comum encontrar-se “interferências” de um conjunto de regras e ideias pertencentes a um sistema de direito em outro sistema.⁶² Essas “interferências”, reformulações, empréstimos, importações são de grande amplitude, pois ocorrem nas práticas profissionais do mundo do trabalho.

⁶² A CF88 integra os tratados internacionais e os de direitos humanos no mesmo artigo 5o. LXXVIII: § 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Conforme Emenda Constitucional no.45 de 2004).

Também ocorrem na produção de textos – de doutrina, de lei, de jurisprudência – ainda que em sistemas bastante diferentes, tais como o Direito da *Common-Law*⁶³ (no qual se encaixa o sistema anglo-estadunidense) e também no Direito Continental franco-germânico⁶⁴, no qual se encaixam o direito francês e o brasileiro.

Esse fenômeno, estudado pelo Direito Comparado, ocorre porque um sistema jurídico importa e/ou exporta, frequentemente, para outro(s) sistema(s) seus vocábulos, conceitos, ideias, princípios, doutrinas, leis ou jurisprudências⁶⁵. Essa é uma prática importante e necessária para o Direito e sua evolução⁶⁶. Esse aporte pode se dar de forma parcial ou integral.

WISE(1990) faz diversas considerações sobre o tema, também questionando qual seria o melhor termo a ser empregado para tratar do aporte

⁶³ Conforme o Dictionnaire Juridique Dahl: Common Law: « (...) la troisième signification s'emploie pour définir les Etats-Unis comme un pays de *common law* dont le droit se fonde sur le droit britannique, par opposition à un pays de « droit civil », dont le droit dérive de la tradition juridique romaine.»

⁶⁴ Conforme o livreto disponível em http://www.kontinentalesrecht.de/tl_files/kontinental-base/Broschuere_FR.PDF (01/11/2012) Direito Continental: « Le droit continental est un droit écrit marqué par le concept de codification. La codification est le regroupement systématique et rationnel des règles de droit dans des recueils officiels, tels un code civil ou un code de commerce. »

⁶⁵ DAVID, René e JAUFFRET-SPINOSI, Camille. Les grands systèmes de droit contemporains. Paris: Dalloz, 1992, pg. 5 -6: « Le législateur, de tout temps, a utilisé lui-même le droit comparé pour accomplir et perfectionner son œuvre. (...) la science du droit a, par sa nature même de science, un caractère transnational. Ce qui est tradition que le nôtre, peut influer sur la manière dont le droit de notre pays sera expliqué, interprété, et parfois renouvelé en dehors même de toute intervention du législateur.

⁶⁶ PELISSE, Jérôme. **A-t-on conscience du droit ? Autour des *Legal Consciousness Studies***", *Genèses*, n° 59, <http://www.cairn.info/revue-geneses-2005-2-p-114.htm>.: 2005

“Il apparaît donc légitime non seulement de renouveler (ou de redécouvrir et d’approfondir) le regard sur les phénomènes de socialisation juridique, de mobilisation quotidienne du droit, de construction idéologique de la légalité ; mais aussi de croiser, d’importer et de dialoguer avec des travaux qui s’inscrivent dans une culture juridique elle-même de plus en plus mondialisée. La juridicisation et/ou la judiciarisation du politique et de la société, tout comme les transformations de l’action publique (inflation législative ; contractualisation et procéduralisation des politiques publiques ; décentralisation et « européanisation » simultanée, etc.) constituent autant de phénomènes dont l’importance est soulignée par un nombre croissant de travaux en sciences sociales. »

que faz um sistema jurídico para o outro: “transplant” ⁶⁷ (adotado em língua inglesa) ou “circulation” ⁶⁸ (adotado em língua francesa).

Convém examinar aqui que na língua francesa seria possível o emprego do termo “transplant”, que apresenta o sentido de “organe, tissu transplanté” ou “transplantation” para a “action de transplanter”. “Circulation” tem como definições: “mouvement circulaire”, “aération”, “commerce », « roulement », « en cours », « diffusion, lancement », « propagation, transmission », « trafic ». Este termo também pode ter o mesmo sentido de “transporte por imigração”.

Na língua inglesa “transplant” tem a forma idêntica para o verbo e para o substantivo e está ligado à ideia de “to remove and plant in another place” “to transport as or colonisation, cause to emigrate” ou “to remove (issue from one part or individual and plant for growth in another)”.

Pode-se acreditar que cada sistema jurídico e portanto cultural, escolha um termo diferente para designar um mesmo fenômeno, pois os costumes são diferentes. Seria possível ainda empregar o termo empréstimo, em língua portuguesa “brasileira”. Nesse caso o termo explica o fenômeno em que um sistema jurídico se utiliza de uma parte, ou às vezes de uma grande parte do direito de outro sistema para resolver uma espécie de lacuna de forma mais rápida e talvez mais eficaz.

É pouco provável que uma legislação de um país seja eficaz em outro país, pois os aspectos culturais, sociais, históricos, políticos e econômicos certamente são bastante diferentes. A aplicação para que atinja a eficácia teria que ser bastante flexível. Um exemplo de adoção de código integral se fez na Turquia, que adotou em 17/02/1926 o código civil suíço⁶⁹.

⁶⁷ WEBSTER’S NEW COLLEGIATE DICTIONARY. G.&C.MERRYAN AND CO., PUBLISHERS , Springfield, Mass. USA : 1959.Second editon.

⁶⁸ Robert, Paul. LE PETIT ROBERT DICTIONNAIRE. Dictionnaires Le Robert, Paris: 1986

⁶⁹ Segundo LEGAIS, Raymond. Les grands systèmes de droit contemporain. Paris: LexisNexis Litec Éditions du Juris-Classeur, 2004:141)

Mas antes de se proceder a uma síntese convém considerar o seguinte em relação ao emprego de termos diferentes:

a) O termo “transplant” carrega em si uma ideia de passividade, de fato consumado, de enxerto, que deve ser aceito e adaptado, tal qual órgão recebido por um corpo humano e portanto sujeito à rejeição e às adaptações orgânicas as mais diversas, inclusive com a interferência de fatores externos ao organismo que o recebe, como a administração de remédios que combatam a sua rejeição.

“Transplant” também está ligado a plantar, e toda planta tem raízes, que se afincam a fim de manter a vida orgânica da mesma. “Transplant” carrega em si, desta forma, uma carga de imposição quase que definitiva, de sistema que deve ser recebido com a finalidade de prolongar a vida como única saída para a solução de uma fraqueza orgânica. Ou então, rejeitado.

b) O termo “circulation” por sua vez vem carregado da ideia de atividade, de movimento dinâmico, de repercussão, de relacionamento e que permite uma interpretação mais ampla e maleável.

“Circulation” contém em seus sentidos e usos uma definição que leva a conceber a ocorrência do empréstimo de uma forma mais aberta e mais tolerante, não tão impositiva, mais permeável, que aceita trocas, intervenções e permite sua difusão e propagação.

De onde se conclui que o emprego dos dois termos pode ser adequado, mas para usos diferentes. O termo “transplant” aplicar-se-ia aos casos em que o empréstimo fosse mais rigoroso, estrito e menos sujeito às influências do sistema jurídico receptor, de forma integral ou quase totalitária. Já o uso do termo “circulation” se faria quando o empréstimo fosse mais aberto, amplo e sujeito a alterações, mais adaptado ao sistema cultural receptor, podendo ser recuperados os traços do sistema original que fez o aporte. Esse é o caso de um tratado que é transcrito para a língua do país que o assina: o mesmo

tratado é válido em todos os países, mas está escrito em mais que uma língua.⁷⁰

Em ambos os casos, entretanto, seria impossível a aplicação de um modelo jurídico emprestado para outro sistema “estrangeiro” que fosse assentado sobre as mesmas bases, em que pesassem as mesmas medidas e fossem aplicados rigorosamente da mesma forma os critérios do sistema original.

Tal prática parece inviável, pois o contexto receptor a que se destina difere e muito, e cada sistema jurídico é interpretado e aplicado pelos pares sociais da cultura em que está inserido. E uma cultura não pode ser e não é igual à outra.

Esta reflexão é uma reflexão mais voltada para a área do Direito, mas o fenômeno acima descrito é um fenômeno que se passa também dentro da língua, visto ser ela o veículo pelo qual se produz a regra escrita.

Por tais razões é que um dos questionamentos desse trabalho se volta para o que realmente ocorre na língua receptora quando se comparam sistemas jurídicos, doutrinas, leis ou decisões. Parece claro que não se emprestam apenas palavras (léxico), parágrafos ou textos escritos de sentidos estritos, uma vez que a carga e valor semânticos dos novos termos empregados interferem no conteúdo. Para a Análise do Discurso este fenômeno é reformulação e dessa forma “transplant”, “circulation juridique”, “interferência”, são todos tipos de reformulação.

2.4.3. Línguas diferentes, culturas diferentes

⁷⁰ A Declaração Universal de Direitos do Homem nas suas versões em língua inglesa, francesa e portuguesa nos respectivos sites da ONU, emprega formas bastante diferentes para um mesmo termo. É uma constatação surpreendente e ao mesmo tempo relevante, pois em direito essa diferença pode até implicar em diferentes interpretações, e porque não decisões, sobre uma questão. Deixaremos para estudo posterior essa descoberta e adotamos neste trabalho a versão em francês da DUDH por ser ela a de origem do documento, cuja redação final foi elaborada por René Cassin.

Outra, e bastante importante reflexão, é que ao se comparar textos de línguas diferentes, no caso dos textos de doutrinas brasileira e francesa, seria de se esperar que esses tivessem um conteúdo até parecido, mas que sua composição fosse diferente em termos textuais, isto é, suas formas composicionais, ou a maneira pela qual se estruturam os textos. Entretanto, como se pode verificar no exemplo apresentado dos artigos dos códigos civil francês e brasileiro⁷¹, ambos os textos possuem formas surpreendentemente “semelhantes”.

Uma das explicações para essa aparente semelhança, além de ambas as línguas derivarem do latim, encontra sentido no fato dos autores brasileiros terem estudado as obras dos autores estrangeiros para aprofundar seus conhecimentos e utilizarem de seus conceitos como referência teórica.

A estrutura composicional textual então migra juntamente com os valores e as ideias trazidos pelo método comparativo no aporte de direitos estrangeiros para o direito brasileiro. A reformulação que se faz é textual, testemunha do dialogismo.

Não se pode esquecer, todavia, que ao se efetuar a leitura de textos em língua estrangeira estamos procedendo à comparação, sobretudo, de textos de culturas diferentes. Culturas diferentes que têm origens diferentes, de acordo com o que explica Charaudeau (2001):

Il est clair que la langue est nécessaire à la constitution d’une identité collective, qu’elle garantit la cohésion sociale d’une communauté, qu’elle en constitue d’autant plus le ciment qu’elle s’affiche. Elle est le lieu par excellence de l’intégration sociale, de l’acculturation linguistique, où se forge la symbolique identitaire. Il est également clair que la langue nous rend comptables du passé, crée une solidarité avec celui-ci, fait que notre identité est pétrie d’histoire et que, de ce fait, nous avons toujours quelque chose à voir avec notre propre filiation, aussi lointaine fût-elle. Il n’empêche que le rapport de la langue à l’identité est complexe, car il ne s’agit pas seulement de la langue mais aussi de son usage. Peut-être faut-il dissocier langue et culture, et associer discours (usages) et culture. Sinon comment expliquer que les cultures française, québécoise, belge, suisse, voire africaine et maghrébine (à une certaine époque) ne sont pas identiques malgré l’emploi d’une même langue ? Comment expliquer également que les cultures brésilienne et portugaise d’une part, latino-américaine et espagnole d’autre part soient différentes ? La langue n’est pas le tout du langage. On pourrait même dire

⁷¹ Item 2.4.2. pag. 85

qu'elle n'est rien sans le discours, c'est-à-dire ce qui la met en œuvre, ce qui régule son usage et qui dépend, par conséquent, de l'identité de ses utilisateurs. »⁷²

Cultura bem diferente da brasileira, a da França testemunha mais de 2000 anos de história. Como nação foi por longo tempo o centro do universo, a referência e o padrão a ser imitado e copiado por outras cortes européias. Além disso, foi o país precursor das mudanças sociais decorrentes da Revolução Francesa e local da publicação dos primeiros códigos (o Civil em 1804 e o Penal em 1810).

Cultura colocada como fonte de referência para a doutrina jurídica brasileira, cuja história de 512 anos, traz hábitos “importados”, *interferências* não só da metrópole portuguesa, mas muitas vezes, como no caso do Direito, do epicentro francês. Assim foi com o primeiro código civil brasileiro, que surgiu em 1916, 112 anos depois do Código Civil francês.

Vê-se dessa forma porque a língua é o reflexo do que ocorre nas práticas sociais, como explicou Bourdieu. É a língua que traduz o que acontece no cotidiano do homem, sua posição e relações numa sociedade política e economicamente situada, que reflete o seu *habitus*. Por sua vez o mesmo *habitus* modifica a língua, construindo uma relação circular.

O texto jurídico traduz, pois se expressa pela língua, todo o contexto cultural da sociedade que o produziu. Nada mais natural então do que

⁷² “É claro que a língua é necessária para a constituição de uma identidade coletiva, que ela assegura a coesão de uma comunidade, que é tanto mais cimento na medida em que ela aparece. Éla é o lugar por excelência da integração social, de aculturação lingüística, onde se forja o simbólico identitário. Também é evidente que a linguagem nos faz responsáveis pelo passado, faz com que nossa identidade seja amalgamada à história, e assim nós sempre temos algo a ver com nossa própria filiação, tão longínqua quanto ela possa ser.

Talvez seja necessário dissociar língua e cultura, e associar discurso (usos) e cultura. Se não como explicar que culturas francesa, do Quebec, belga, suíça e até mesmo africana e do Magrebe (em dada época) não são idênticas, apesar do uso de uma mesma linguagem?

Como explicar também que as culturas brasileira e a portuguesa, de um lado, latino-americano e espanhola, por outro lado sejam diferentes? A língua não é o todo da linguagem. Pode-se dizer mesmo que ela não é nada sem o discurso, ou seja, o que a põe em prática, o que regula seu uso e que depende, portanto, da identidade de seus usuários.” (Trad. Nossa)

encontrar traços culturais fortemente marcados na sua composição, traços que deixam ver como se constitui o sistema jurídico de uma dada sociedade.

Aproximando essas constatações do sistema jurídico brasileiro o que se percebe é que, no início da sua formação, seus juristas e legisladores inspiraram-se no que havia de mais novo no início do século XX, momento em que para o Brasil foi necessário organizar suas instituições e regular suas relações sociais.

Por tal razão foram adotados códigos inspirados em outros já existentes, tal como o Civil, baseado no modelo franco-italo-germânico. Pode-se assim dizer que a doutrina brasileira se fez através da comparação com outros sistemas jurídicos, portanto, reformulando conceitos e princípios, o que demonstra claramente que se trata aqui de “circulation” e não de “transplant” e que seus textos de lei foram impregnados não só pelas ideias e pela cultura jurídica européia. Por isso se verifica a presença de palavras como “liberdade”, “igualdade” e “direitos” em vários desses textos.

Mas não só palavras se repetem. Também se reproduz a forma de composição textual, trazida pelas leituras dos juristas e legisladores, que buscavam absorver o conteúdo de outros sistemas, fazendo, de certa forma, o que aqui será chamado, com o devido respeito, de antropofagia cultural jurídica. A produção de textos jurídicos brasileiros, como prática objetiva em que se emprega a reformulação - de palavras, termos, conceitos, expressões, enunciados ou de parágrafos - mescla forma e conteúdo.

Hoje, depois de vários períodos políticos diferentes desde a proclamação da República e após a Constituição de 1988, juristas e legisladores percebem a realidade brasileira de forma diferente dos primeiros tempos, até porque em muitos casos as práticas estão por demais distantes da teoria e do texto de lei. Essa é a razão pela qual buscam novas soluções, a partir de uma realidade que é fato, mas também a partir de outros modelos diferentes.

Por isso existem tentativas de equilibrar as diferenças e os descompassos, que ora se aproximam e ora se despregam por completo do

que foi trazido em outras eras pela “circulation des modèles juridiques” europeus.

Tais tentativas buscam soluções consultando sistemas bastante diferentes como aquelas do sistema anglo-saxão adotado pela *Common-Law*. É por isso que o Poder Legislativo produz assim novas leis a todo o momento, pois é necessário regular o que ficou faltando aqui e ali, no ensejo de aperfeiçoar o que está antigo ou o que acaba de chegar, para que o sistema jurídico esteja mais bem aparelhado para os novos tempos.

O fato de aperfeiçoar um conceito ou uma lei de certa forma também implica em reformulação. Observando-se o conceito de homem proposto pela *Encyclopédie*⁷³, verifica-se que é bastante próximo do conceito que se tem do homem no século XXI:

HOMME, s. m. c'est un être sentant, réfléchissant, pensant, qui se promène librement sur la surface de la terre, qui paroît être à la tête de tous les autres animaux sur lesquels il domine, qui vit en société, qui a inventé des sciences et des arts, qui a une bonté et une méchanceté qui lui est propre, qui s'est donné des maîtres, qui s'est fait des lois, etc.⁷⁴

2.4.4. Reformulação e mecanismos de substituição

A reformulação pode ser discursiva, o que implica dizer que um discurso se reconstrói no outro e que está baseado no outro, conforme demonstram os exemplos acima.

Mas pode-se falar também em reformulação de conceitos e de termos. Nesse caso o que ocorre são mecanismos de substituição. De acordo com os levantamentos realizados nos textos do corpus, em relação aos termos

⁷³ http://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/Volume_8#HOMME. Acesso em 20/07/2011

⁷⁴ “HOMEM: s.m. é um ser que sente, reflete, pensa, que vagueia livremente pela face da terra, que parece estar à frente de todos os outros animais sobre os quais ele tem o domínio, que vive em sociedade, que inventou as ciências e as artes, que tem uma bondade e uma maldade que lhe é própria, que se estabeleceu senhores, que se fez leis, etc,” (Trad. Nossa)

escolhidos, serão adotados para análise comparativa os seguintes parâmetros para os procedimentos de reformulação:

- a) Sinonímia e antonímia: o emprego de sinônimos e antônimos merece uma consideração importante. Conforme ensinam Faraco (2006) e também Charaudeau (1992:50-55) a sinonímia nunca é perfeita, pois a retomada de um termo por outro de sentido equivalente nunca preenche todo o sentido do termo primeiro, e o que distingue um do outro é justamente o emprego em diferentes situações que se faz dele. Esta mesma reflexão aplica-se aos antônimos.

Como desdobramento da sinonímia, tem-se a hponímia e a hiperonímia. A primeira pode ser verificada no caso em que o termo homem, por exemplo, é substituído por outro, tornando-o parte de uma categoria, do tal como humano. Já quando ocorre o inverso, na hiperonímia, o sentido é mais amplo. Este é o caso verificado pelo uso do termo assembleia em substituição ao representante da assembleia.

- b) Pronominal: neste caso o termo é substituído por um pronome substantivo do tipo demonstrativo, possessivo, indefinido ou numeral. Homem pode ser substituído, assim, por nenhum.
- c) Grupo nominal: o grupo nominal é aquele que se refere ao termo por meio de um grupo de palavras, normalmente constituído de um determinante do tipo artigo, um substantivo e um adjetivo. Como exemplo pode-se tomar o termo homem substituído por membro da família humana.
- d) Extensiva direta: nesta categoria incluem-se os adjetivos e os participípios que se referem ao termo homem. Então livre e incluído são referências diretas ao termo homem que se encontra no texto. Também se incluem aqui todos os termos que se referem aos coletivos do termo homem, como por exemplo, assembleia, sociedade, povo, etc.
- e) Extensiva indireta: nesta categoria inclui-se aquilo que é decorrente da ação do homem ou inerente à sua existência. Dessa forma a escravidão,

a tortura, a amizade, a fé e a dignidade, por exemplo, são situações ou conceitos que estão ligados ao fato do homem ser dotado de vida e até mesmo de conviver com outros homens.

- f) Embreante de pessoa ou de tempo⁷⁵: embreantes de pessoas são os pronomes, determinantes (pronomes adjetivos) ou pronomes possessivos que são empregados no local da pessoa, ou seja, que representam o enunciador. Embreantes de tempo são as fórmulas empregadas para situar no tempo, tal como advérbios ou a data do documento.

CAPITULO 3 O DISCURSO JURÍDICO

⁷⁵ Maingueneau (2002) define embreagem como sendo «o conjunto das operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação, e embreantes (também chamados de “elementos dêíticos”, “dêíticos” ou, às vezes, “elementos indiciais”, os elementos que no enunciado marcam essa embreagem. São embreantes de pessoas:

- Os tradicionais “pronomes” pessoais de primeira e segunda pessoas: *eu, tu/você(s), nós, vós*.
- Os determinantes *meu/teu, nosso/vosso, seu* e suas formas femininas e plurais;
- Os pronomes *o meu/o teu, o nosso/o vosso, o seu* e suas formas no feminino e plural.”

Maingueneau também classifica os embreantes em temporais e espaciais. Os primeiros trazem as marcas dos tempos do verbo através de partículas desinentes do passado, presente ou futuro ou palavras que marquem o tempo tal como ontem, hoje, etc., e que fazem referência ao momento da enunciação. Os embreantes espaciais, menos frequentes segundo o autor, são os que indicam o lugar em que ocorre a enunciação, tais como aqui, ali.

3.1. Definição

O discurso jurídico é constituído por todo enunciado - sequência que forma uma unidade de comunicação no gênero jurídico - que integra o universo jurídico, seja ele oral ou escrito. Por universo jurídico entende-se o que gravita em torno de uma lei, anterior ou posterior a sua publicação, e abrange diferentes produções orais e textuais. É nesse universo que se utiliza uma linguagem jurídica, definida por Damette (2007)⁷⁶ como sendo a linguagem que é usada por juristas e também pelo legislador, além de pertencer aos poderes judiciário, legislativo e eventualmente aos poderes privados, por ocasião do contato deste último com os outros.

Dentre as características apontadas pela autora, vale ressaltar que a linguagem do Direito é uma linguagem de “autoridade” porque a situação de comunicação onde ela acontece é “contrainte notamment par le fait que celui qui s’exprime le fait au nom d’une “institution”⁷⁷, s’abstrait en tant que sujet énonciateur et est censé représenter un auteur dont Il aurait délégation de la parole.”

Esta é a posição que adota este trabalho, pois como já se viu o enunciador se apaga na medida em que se reveste da competência que lhe é conferida pela posição que ocupa como representante de um poder: por isso o juiz decide uma questão levada a ele, pois está autorizado pelo Poder Judiciário a fazê-lo. Essa competência é conferida, atribuída e não apenas resultado de uma imposição, ela é um atributo real e não hipotético, é adjudicada ao homem incumbido de julgar outros homens, por uma decisão legitimada do Poder Judiciário que aprovou o juiz em um concurso público.

⁷⁶Damette, Eliane 2007: 85-95

⁷⁷ “constrangedora sobretudo pelo fato de que aquele que se exprime o faz em nome de uma instituição”.
(Trad. Nossa)

A linguagem jurídica vai ultrapassar a esfera jurídica e permear outras esferas, pois seus textos interagem com a sociedade, regulam a vida dos homens que nela vivem. É, entretanto, uma linguagem diferenciada da linguagem corriqueira.

Segundo Damette (2007) a linguagem jurídica é uma linguagem de especialidade e como tal produz enunciados específicos, pois é dotada de um léxico, de construções sintáticas e argumentação específicas. Integra esta linguagem um vocabulário jurídico constituído de termos e expressões que têm um sentido específico atribuídos pelo Direito.

Essa linguagem específica, ainda segundo Damette, « *nomme tous les éléments que la pensée juridique découpe dans la réalité pour en faire des notions juridiques* »⁷⁸. Ainda ressalta a autora que a linguagem jurídica é tradicional, pois é inscrita na história, ao mesmo tempo em que diacronicamente, é evolutiva já que testemunha uma evolução dos costumes, na medida em que se adapta para descrever novas situações e para isso pode criar palavras para definir novas noções, conceitos, atos e fatos.

Essa evolução pode ser verificada, por exemplo, em relação aos termos, expressões e conceitos novos criados pela Lei 11.419/2006 (Lei da Informatização do Processo Judicial) analisada nesse trabalho. Como se pode observar no artigo 1º:

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

⁷⁸ “nomeia todos os elementos que o pensamento jurídico recorta da realidade para fazer deles noções jurídicas” (Trad. Nossa)

b) mediante cadastro de usuário no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

Além desses conceitos a lei também cria novos termos específicos, que se referem aos atos processuais peculiares, tais como:

Art. 2º O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

§ 1º O credenciamento no Poder Judiciário será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado.

Art. 3º Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

Art. 4º Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

§ 1º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica.

§ 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

Por fim a lei cria um novo veículo de comunicação oficial, mudando assim a prática profissional, pois os advogados terão que consultar o novo Diário da Justiça eletrônico.

Este movimento, do direito para a língua, que provoca alterações no léxico, mostra como as ciências se cruzam, atestando a interdisciplinaridade, revelando a relação entre diferentes culturas jurídicas e diferentes esferas da sociedade: uma esfera específica e jurídica intervém na esfera social do cotidiano ao introduzir termos específicos, como o diário judicial eletrônico. Ao mesmo tempo, isso é possível porque a informática evoluiu e trouxe da sua esfera específica de ciência a tecnologia que interferiu nas práticas sociais, testemunhando a existência e a importância do *habitus* do qual fala Bourdieu. Esse dinamismo é característico da língua e é inerente às sociedades que se adaptam às suas necessidades internas e externas.

Por isso a concepção que adota Cornu (2005:207), em que o discurso jurídico é «la mise en œuvre de la langue, par la parole, au service du droit »⁷⁹ é a que melhor define a linha deste trabalho, pois o autor entende que o “discurso jurídico integra o uso da língua” e se mostra em todas as operações normais de comunicação que um universo particular requisita, modificando determinados elementos, se necessário, a fim de cumprir sua função.

Para Cornu propõe uma tipologia para o discurso jurídico classificando-o em legislativo (textos de lei), jurisdicional (relativo a decisões de justiça), costumeiro (máximas e adágios de direito) e de expressão corporal (para os casos em que os juristas fazem uso da expressão oral, por exemplo, em uma audiência).

Recordando que este trabalho trata apenas dos textos escritos, e antes de passar à análise dos mesmos, faz-se necessário situar os textos escolhidos e sua inserção no sistema jurídico brasileiro.

O Brasil considera que no topo da hierarquia do seu sistema jurídico se encontra a Constituição Federal (CF 1988). Vigente desde 1988, todo o ordenamento jurídico interno deve a ela se adequar. Por isso, é a CF 1988 que autoriza e é a base para a publicação da Lei da Informatização Judicial, Lei 11.419/2006.

Na CF 1988 o artigo 5º, por sua vez, prevê no inciso LXXVIII § 2º e § 3º, como já anteriormente mencionado, a inclusão dos tratados internacionais (que o Brasil tenha assinado) e das convenções e tratados de direitos humanos. Isso implica a integração da Declaração Universal dos Direitos do Homem assinada em 1948, ao sistema jurídico brasileiro.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem é, por sua vez, um aperfeiçoamento, no âmbito internacional, dos direitos do homem e do cidadão (DDHC), proclamados por ocasião da Revolução Francesa em 1792.

⁷⁹ “implementação da língua, pela palavra, a serviço do direito” (Trad, Nossa). “Parole” para o autor é a expressão vocal dotada de um sentido atribuído por aquele que dela se utiliza.

Apontado o liame entre os documentos principais que serão aqui analisados, fez-se necessária uma classificação desses documentos quanto ao gênero textual.

3.2. Classificação dos textos jurídicos no Direito

Para se proceder à análise dos textos do corpus foi elaborada uma classificação dos textos jurídicos a fim de se poder estabelecer algumas de suas características, ligadas à definição do status do enunciador. Esta classificação difere da tipologia apresentada por Cornu (2005), pois ultrapassa os limites por ele propostos, indo além e sendo mais abrangente, numa tentativa de dar conta de outros fenômenos observados em relação aos textos jurídicos.

Cornu (2005) tratou apenas do discurso jurídico no seu sentido estrito. O corpus desse trabalho apresenta, entretanto, um aspecto dialógico que não pode ser desconsiderado. Além disso, um texto jurídico que figura no jornal da OAB, por exemplo, não é um texto de gênero diferente, e ainda que contenha características de ambos os gêneros, poderia ser considerado como de gênero misto. Para o discurso jurídico o artigo numa publicação como a da OAB é formador de opinião e não pertence exclusivamente ao gênero jornalístico, que provavelmente o classificaria como texto de área de especialidade ou área técnica. Por essas razões a solução que parece mais adequada é tratar do texto jurídico jornalístico, assim como de outros que apresentam características mistas, como integrante do discurso jurídico.

A fim de estabelecer alguns critérios em relação aos textos que pertencem ao gênero jurídico considerem-se os seguintes aspectos:

- todos os textos pertencentes a esse gênero devem ser de conteúdo jurídico e gravitar em torno de uma lei;
- os textos jurídicos possuem finalidades distintas, que devem ser consideradas;

- o local de produção do texto também atribui características específicas ao texto jurídico;

A partir dessas primeiras observações propõe-se a seguinte classificação para os sub-gêneros dos textos jurídicos:

- a) Textos de lei: são os que passam a vigorar depois de sua publicação, sendo publicados de forma oficial. Aqui se incluem um tratado internacional, uma constituição, uma emenda constitucional, uma lei federal, etc. São textos oficiais e publicados, geralmente, em um jornal do tipo Diário Oficial.
- b) Textos legislativos: são os produzidos em função da lei e dos debates pertinentes a ela nas casas parlamentares, enquanto o texto ainda era um projeto de lei. Este item comporta tanto o voto do deputado relator de uma comissão parlamentar, quanto o parecer técnico de um membro de uma comissão específica, ou a recomendação para alteração da redação de um artigo ou mesmo uma proposta de emenda ao projeto. Há também a possibilidade de um questionamento posterior a uma lei já vigente, tal qual a arguição de inconstitucionalidade, que pode gerar debates e relatórios semelhantes aos do projeto de lei.
- c) Textos jornalísticos: são textos publicados pela imprensa especializada em relação ao trâmite do projeto e sua repercussão na sociedade ou mesmo críticas a respeito de uma lei vigente ou a falta de uma lei para regular um problema. Tais textos podem ser encontrados no jornal da OAB, na revista Consultor Jurídico ou até mesmo em um jornal de grande circulação, tal qual o Estado de São Paulo ou O Globo em uma sessão específica. É muito possível que estes textos figurem na rubrica destinada à política ou a notícias internacionais.
- d) Textos teóricos: são os produzidos por professores, profissionais da área jurídica ou especialistas, que discorrem sobre o tema a fim de referendar ou discordar do que dispõe a lei ou até mesmo propiciar

uma reflexão que resulte na proposição de uma lei. Geralmente estes textos se apresentam em livros –dentre os quais figuram os manuais de direito, que são usados para o ensino nos cursos de graduação-, ou revistas acadêmicas.

- e) Textos processuais: são as peças que fazem parte de um processo ou um pedido ao Poder Judiciário, ou dele emanados, a fim de fazer cumprir a lei. São os textos produzidos pelos advogados, juízes, promotores, peritos, pelas próprias partes demandantes ou outros funcionários do Poder Judiciário e que existem em função de um pedido ou de uma ordem e, em geral, decorrem da existência de uma lei. Neste item incluem-se a jurisprudência e a súmula⁸⁰.
- f) Textos de discurso: são os discursos proferidos por um representante, tal qual um presidente do Senado ou o presidente da República ou mesmo proferido por outro representante e que, por força da própria situação de comunicação, de sua assinatura ou da importância que adquire, torna-se jurídico. Inserem-se neste item também as cartas de intenção⁸¹ e os compromissos assumidos de forma oficial⁸².

⁸⁰ Tanto a jurisprudência como a súmula são resultado de decisões, isto é, de sentenças proferidas em processos. Segundo explica o Vocabulário Jurídico: “Jurisprudência: Extensivamente assim se diz para designar o conjunto de decisões acerca de um mesmo assunto ou a coleção de decisões de um Tribunal.”. “Súmula: No âmbito da uniformização da jurisprudência, indica a condensação de série de acórdãos, do mesmo tribunal, que adotem idêntica interpretação de preceito jurídico em tese, sem caráter obrigatório, mas persuasivo, e que, devidamente numerados, se estampem em repertórios”.

⁸¹ Exemplo de tema carta de intenção: “Uma carta de intenções entre a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e o Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (International Centre for Migration Policy Development – ICMPD) foi assinada na última quarta-feira, 29/8, para aprofundar a cooperação existente na área de regulação da migração e de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Para assinatura do documento, o representante do ICMPD, Luckas Gehrke, foi recebido pelo secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão.

O documento prevê que ambas as partes deverão cooperar para garantir que as políticas e programas de migração existentes e futuros sejam eficazes, sustentáveis e em conformidade com as obrigações internacionais.” In <http://blog.justica.gov.br/inicio/ministerio-da-justica-assina-carta-de-intencoes-com-centro-europeu-de-politicas-migratorias/> em 16/11/2012

⁸² Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim nas Nações Unidas na Reunião de Seguimento da Declaração de Compromisso sobre o HIV/AIDS em 02/06/2006 :

A partir dessa classificação tipológica dos textos jurídicos é possível descrevê-los da seguinte forma:

- a) Os textos jurídicos de lei de um sistema democrático são polifônicos e não tem um enunciador que figura sob a forma de sujeito mostrado. O sujeito é propositalmente apagado a fim de mostrar isenção e é sempre resultado de um processo de consenso de vozes que demonstra a vontade de vários enunciadores.
- b) Os textos jurídicos têm um caráter dialógico, pois estão, normalmente, ligados de forma intrínseca a textos anteriores. Essa ligação pode ser resultado de uma reformulação do texto precedente ou até mesmo uma oposição a ele: em ambos os casos a relação é dialógica.
- c) Os textos jurídicos são resultado de um *habitus*. Podem, porém, ser inovadores e tratar de tema sem precedentes. Nessa hipótese há um corte no *habitus* social e a sociedade é chamada para opinar e agir. Por isso os primeiros textos tendem a ser de caráter argumentativo,

“(…)Senhor Presidente,

Ainda há muito o que ser feito, particularmente no apoio à cooperação Sul-Sul.

O Brasil vem implementando projetos de cooperação em mais de 25 países na América Latina e na África. Tais projetos envolvem o fortalecimento das capacidades nacionais, treinamento de recursos humanos e doação de medicamentos anti-retrovirais genéricos.

Compartilhamos a mesma responsabilidade. As vidas de milhões de pessoas dependem das decisões e compromissos que adotarmos hoje.

Obrigado."

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/discurso-proferido-pelo-ministro-celso-amorim-nas>

Em 16/11/2012)

formadores de opinião. Se proposto um projeto de lei, este será votado e aprovado.

- d) Os textos jurídicos de lei são coercitivos e essa coerção é legitimada pela própria publicação da lei, que passou por um processo legislativo, nos países democráticos.
- e) Os outros textos jurídicos que não são textos de lei pertencem a mais de um gênero. O voto, por exemplo, faz parte do gênero legislativo, por sua forma e do jurídico, por seu conteúdo. Já no jornalístico há a divulgação de um conteúdo específico de forma simplificada.
- f) Nos textos jurídicos sempre há a reformulação de um termo, conceito ou princípio e é importante que esse procedimento possa ser reconhecido, pois ele permite melhor compreensão do texto. Por conseguinte, permite um melhor domínio da atividade jurídica.

O corpus de texto escolhido para este trabalho contempla os textos de lei, os textos legislativos e os jornalísticos. Cabe ressaltar que diversos textos teóricos anteriores não integrantes do corpus, além de explanarem princípios do Direito, serviram como reflexão à propositura dos textos que serão examinados. Por isso poder-se-ia dizer que, em alguns casos, até mesmo a reformulação discursiva está apagada, fazendo parte da memória discursiva. Um bom exemplo disso é a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão⁸³.

Ao se analisar o conjunto de documentos escolhidos com valor de lei, a partir de uma perspectiva histórica linear tem-se, como ponto de origem, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, passando pela Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e por fim a lei federal nº 11.419 de 19 de dezembro de 2006. Essa última vem ancorada por outros documentos, legislativos e jornalísticos, e que são seus fundamentos.

⁸³ JELLINECK aponta em sua obra que a DDHC foi influenciada pelas cartas de direitos das colônias americanas. .

3.3. Contexto: o sistema jurídico brasileiro

Para se proceder à explanação e análise dos documentos é importante entender como funciona o sistema jurídico de leis no Brasil. Aqui uma lei é publicada depois de um trâmite peculiar no Congresso Nacional.

O Brasil possui um ordenamento jurídico baseado no direito positivo, isto é, em que o sistema de normas jurídicas é regulamentado e deve, portanto, ser produzido por um ato institucional especial resultante de uma vontade. Isto pode ocorrer por meio dos costumes ou pelo processo legislativo, no que se refere às normas gerais.

O ordenamento jurídico pode ser internacional ou nacional. No primeiro caso entende-se por ordenamento jurídico internacional um conjunto de normas que regulam a vida de alguns Estados ou nações que se submetem a este ordenamento⁸⁴.

O ordenamento jurídico nacional é o conjunto de normas internas de um país, que regula o funcionamento deste enquanto Estado e a vida de seus habitantes, servindo-se para isso de um conjunto de normas organizado.

No Brasil o sistema jurídico obedece ao princípio hierárquico de organização das normas (tal como já foi demonstrado⁸⁵). É a partir deste quadro que se situam os textos de lei brasileiros estudados.

3.4. Metodologia das análises: textos de lei

A análise dos documentos foi efetuada da seguinte forma, conforme se pode verificar no anexo.

⁸⁴ Há casos de países que recusam se integrar a um ordenamento internacional, isto é, a assinar um tratado ou acordo, tal como os Estados Unidos que não assinou o Protocolo de Kyoto.

⁸⁵ Capítulo 2.3.4 pág. 72

- a) Em relação aos quatro documentos-lei: foram escolhidos os preâmbulos de cada um e os primeiros artigos, a fim de limitar o tamanho do conteúdo analisado⁸⁶. Tal escolha se fez porque é o preâmbulo que contém a diretriz do que está no conteúdo do documento. Em relação ao artigo 5º da CF/88, que contém 72 incisos, foram escolhidos os mais relevantes para a análise pretendida.
- b) Em relação aos outros textos: foram selecionados os primeiros e o último parágrafo de cada um dos textos, devido à importância da ordem do conteúdo, pois é o que inicia e encerra o documento; além desses também foram selecionados os parágrafos mais relevantes ao estudo.

Foram escolhidos para a análise os votos dos deputados que dão o parecer sobre a lei, antes de sua aprovação, e mais a nota oficial, pois estes são os documentos mais importantes anteriores à publicação da lei. Os outros também a justificam, mas têm menor relevância. Todas as escolhas se fizeram a fim de limitar a extensão dos excertos analisados.

- c) O quadro apresentado, em que se separam em períodos os excertos escolhidos, foi elaborado com um objetivo funcional, não tendo a pretensão de ser exaustivo. Tal quadro visou apenas deixar mais evidente quais os tipos de reformulação realizados e se havia ou não outras peculiaridades que mereciam atenção. Os períodos foram separados como se faz em uma análise sintática (sujeito, verbo e complemento).
- d) Nos artigos de cada documento que não foram analisados pelo quadro, os termos mais importantes e que se repetem ao longo do documento foram destacados, a fim de que se pudesse verificar o aspecto qualitativo da incidência do uso do termo ou a sua ausência.

Para um desenvolvimento que estruture melhor o que se pretende demonstrar, os resultados das análises serão observados considerando a evolução do termo homem em relação aos seus direitos de liberdade, igualdade e justiça.

⁸⁶ A DDHC1789 tem 17 artigos, a DUHC1948 tem 30 artigos, a CF1988 tem 250 artigos, além de numerosos incisos e a lei 11.419/2006 tem 22 artigos

3.5. Análise dos textos de lei.

São quatro: a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão; A Declaração Universal dos Direitos do Homem; a Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 5º e a Lei 11.419/2006 que trata da informatização judicial.

3.5.1. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (DDHC 1789)⁸⁷

A DDHC é um documento elaborado pela sociedade francesa a fim de se proteger contra os excessos do absolutismo e com o objetivo de assegurar direitos ao homem fragilizado pelos abusos de poder. É concebida dentro do período mais conturbado da história francesa, posterior à Revolução Francesa. Tornou-se depois referência a vários outros documentos tanto na França quanto em outros países de língua e cultura diferentes. Integra ainda hoje a constituição vigente na França de 1958, como seu preâmbulo, o que justifica o fato de ser um documento em diálogo direto não só com a Declaração Universal dos Direitos do Homem mas também com a Constituição brasileira. Isto tudo demonstra que os princípios nela contidos ainda são válidos e observados não só na nação francesa, mas em outras, como a brasileira. Uma das razões se deve ao fato de ter sido elaborada por um grupo de pessoas que representavam a sociedade e que decidiram por ela o que a evolução dos tempos exigia.

O extrato de documento revelou a presença de diversas formas de reformulação para o termo “homme” de diferentes categorias tais como:

- a) Sinonímia: homem é igual a “citoyen”, a “corps”, a “indivíduo”;
- b) Pronominal: “nul”, “autrui”;

⁸⁷ Documento anexo I

- c) Grupo nominal: « représentants du peuple français », « membres du corps social », « membres de la société »;
- d) Extensiva direta: « Assemblée nationale », « association », « société »;
- e) Extensiva indireta: « ignorance », « oubli », « droits », « gouvernement », « devoirs », « pouvoir législatif », « pouvoir exécutif », « institution politique », « principes », « constitution », « bonheur », « Être Suprême »;
- f) Embreantes de pessoa: não há.

Tais observações podem ser constatadas a partir da análise feita da estrutura textual, conforme os quadros e texto abaixo:

DÉCLARATION DES DROITS DE L'HOMME ET DU CITOYEN DE 1789⁸⁸

a) Preâmbulo

Les Représentants du Peuple Français, constitués en Assemblée nationale, considérant que l'ignorance, l'oubli ou le mépris des droits de l'homme sont les seules causes des malheurs publics et de la corruption des Gouvernements, ont résolu d'exposer, dans une Déclaration solennelle, les droits naturels, inaliénables et sacrés de l'homme, afin que cette Déclaration, constamment présente à tous les membres du corps social, leur rappelle sans cesse leurs droits et leurs devoirs ; afin que les actes du pouvoir législatif, et ceux du pouvoir exécutif pouvant être à chaque instant comparés avec le but de toute institution politique, en soient plus respectés ; afin que les réclamations des citoyens, fondées désormais sur des principes simples et incontestables, tournent toujours au maintien de la Constitution, et au bonheur de tous. En conséquence, l'Assemblée nationale reconnaît et déclare, en présence et sous les auspices de l'Être Suprême, les droits suivants de l'homme et du citoyen.

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Les Représentants du Peuple Français,	<i>representantes = homens franceses=> grupo= parte pelo todo = ampliação; homem consciente</i>	(étant) presente	constitués en Assemblée nationale,	Constitués = representantes Assembleia = homens reunidos

⁸⁸ <http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/dudh/1789.asp>

(les représentants du peuple français)	representantes	Considérant participio presente	que	
l'ignorance, l'oubli ou le mépris des <u>droits</u> de l' <u>homme</u>	sentimentos do homem	Sont Presente	les seules causes des malheurs publics et de la corruption des Gouvernements	Malheurs = atributo do homem ,aqui é público como se fosse do Estado e do Governo , que no entanto são formados por homens
(les représentants du peuple français)	representantes = homens	ont résolu d'exposer passé composé	dans une Déclaration solennelle, les <u>droits</u> naturels, inaliénables et sacrés de l' <u>homme</u>	Direitos = do homem = definidos = restrição
afin que cette Déclaration,(constamment présente à tous les membres du corps social)	declaração	rappelle presente	leur (rappelle) sans cesse leurs <u>droits</u> et leurs devoirs	Leur = aos membros do corpo social direitos e deveres do homem
(qui)	declaração	(est) Presente	constamment présente à tous les membres du corps social	presente :declaração corpo social = homens
afin que les actes du pouvoir législatif, et ceux du pouvoir exécutif (pouvant être à chaque instant comparés avec le but de toute institution politique)	atos do poder legislativo e executivo= atos dos homens	Soient Subjuntivo	en (soient) plus respectés	respectados:direitos e deveres do homem
(qui)	Atos = idem ao de cima	(peuvent) pouvant être participio presente	à chaque instant comparés avec le but de toute institution politique	comparados :atos
afin que les réclamations des citoyens,	cidadãos = homens	(qui sont) Presente	fondées désormais sur des principes simples et incontestables	fondées= reclamações = dos cidadãos
(afin que les réclamations des citoyens)	reclamações dos cidadãos = restrição=>princípios	Tournent Presente	toujours au maintien de la Constitution, et au bonheur de tous.	Tous= os <u>homens</u>
. En conséquence, l'Assemblée nationale	assembleia nacionalhomens franceses com objetivos definidos=restrição	reconnaît et déclare presente :dois	en présence et sous les auspices de l'Être Suprême, les <u>droits</u> suivants de l' <u>homme</u> et du	Etre supreme= quem acredita no ser supremo é o

		verbos	citoyen	homem
				direitos específicos

b) Artigos

Article premier

Les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droits. Les distinctions sociales ne peuvent être fondées que sur l'utilité commune.

Article II

Le but de toute association politique est la conservation des droits naturels et imprescriptibles de l'homme. Ces droits sont la liberté, la propriété, la sûreté et la résistance à l'oppression.

Article IV

La liberté consiste à pouvoir faire tout ce qui ne nuit pas à autrui : ainsi l'exercice des droits naturels de chaque homme n'a de bornes que celles qui assurent aux autres Membres de la Société, la jouissance de ces mêmes droits. Ces bornes ne peuvent être déterminées que par la Loi.

Article V

La Loi n'a le droit de défendre que les actions nuisibles à la Société. Tout ce qui n'est pas défendu par la Loi ne peut être empêché, et nul ne peut être contraint à faire ce qu'elle n'ordonne pas

ART	SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
I	Les <u>hommes</u>		naissent et demeurent presente	<u>libres</u> et <u>égaux</u> en <u>droits</u> .	<u>libres</u> egaux =>homem en <u>droit</u> = homem tem direitos
	. Les distinctions sociales	sociales=da sociedade=do homem	peuvent être fondées presente	ne (peuvent être fondées) que sur l'utilité commune.	utilité commune = para o homem
II	Le but de toute association politique	association politique= de homens	est presente	la conservation des <u>droits</u> naturels et imprescriptibles de l' <u>homme</u> .	<u>droits</u> de l' <u>homme</u>
	. Ces <u>droits</u>	direitos naturais e imprescritíveis do homem	sont presente	la <u>liberté</u> , la propriété, la sûreté et la résistance à l'oppression	
III	Le principe de toute Souveraineté	é um conceito que o homem atribui	réside presente	essentiellement dans la Nation	é um conceito que o homem atribui

	Nul corps, nul individu	corpo, indivíduo=> homem	peut exercer presente	ne (peut exercer) d'autorité qui n'en émane expressément	autoridade = do homem en=>do homem(?)
IV	La <u>liberté</u>	do homem	consiste presente	à pouvoir faire tout	
	Ce qui		nuit presente	ne (nuit) pas à autrui	autrui= homem
	ainsi l'exercice des <u>droits</u> naturels de chaque <u>homme</u>	comparação com liberdade <u>droit</u> de chaque <u>homme</u>	a presente	n'(a) de bornes que	
	Celles qui	celles=bornes	assurent presente	aux autres Membres de la Société ,la jouissance de ces mêmes <u>droits</u>	autres membres de la société=homem ces mêmes <u>droits</u> =direitos naturais do homem
	Ces bornes		peuvent presente	ne (peuvent) être déterminées que par la Loi.	
V	La loi		a presente	n'(a) le <u>droit</u> de défendre que les actions nuisibles à la Société	société=>homem
	Tout ce qui		est presente	n'(est) pas défendu par la Loi	
			peut être presente	ne (peut être) empêché	empêcher=quem impede é o homem
	Et nul	nul=homem	peut être presente	ne (peut être) contraint à faire	contraint= homem
	Ce qu'elle	elle=lei	ordonne presente	n'(ordonne) pas	

QUADRO RESUMO

Substantivos	Referentes diretos	Outros
Représentants du peuple français		
Assemblée	Droits de l'homme	Actes du pouvoir législatif

	Membres du corps social	
	Réclamations des citoyens	Etre suprême
	tous	
Assemblée nationale	Droits de l'homme et du citoyen	Utilités communes
Hommes	Libres et égaux	Souveranité
	Distinctions sociales	
	Association politique	
	Ces droits	
	nation	
Nul corps nul individu	autrui	Autorité
	Membres de la société	Liberté
Chaque homme	Société	

c) Outros artigos

Article VI

La Loi est l'expression de la volonté générale. Tous les Citoyens ont droit de concourir personnellement, ou par leurs Représentants, à sa formation. Elle doit être la même pour tous, soit qu'elle protège, soit qu'elle punisse. Tous les Citoyens étant égaux à ses yeux, sont également admissibles à toutes dignités, places et emplois publics, selon leur capacité, et sans autre distinction que celle de leurs vertus et de leurs talents.

Article VII

Nul homme ne peut être accusé, arrêté, ni détenu que dans les cas déterminés par la Loi, et selon les formes qu'elle a prescrites. Ceux qui sollicitent, expédient, exécutent ou font exécuter des ordres arbitraires, doivent être punis ; mais tout Citoyen appelé ou saisi en vertu de la Loi doit obéir à l'instant : il se rend coupable par la résistance.

Article VIII

La Loi ne doit établir que des peines strictement et évidemment nécessaires, et nul ne peut être puni qu'en vertu d'une Loi établie et promulguée antérieurement au délit, et légalement appliquée.

Article IX

Tout homme étant présumé innocent jusqu'à ce qu'il ait été déclaré coupable, s'il est jugé indispensable de l'arrêter, toute rigueur qui ne serait pas nécessaire pour s'assurer de sa personne, doit être sévèrement réprimée par la Loi.

Article XI

La libre communication des pensées et des opinions est un des droits les plus précieux de l'Homme : tout Citoyen peut donc parler, écrire, imprimer librement, sauf à répondre de l'abus de cette liberté, dans les cas déterminés par la Loi.

Article XII

La garantie des droits de l'Homme et du Citoyen nécessite une force publique : cette force est donc instituée pour l'avantage de tous, et non pour l'utilité particulière de ceux auxquels elle est confiée.

Article XIII

Pour l'entretien de la force publique, et pour les dépenses d'administration, une contribution commune est indispensable. Elle doit être également répartie entre tous les Citoyens, en raison de leurs facultés.

Article XIV

Tous les Citoyens ont le droit de constater, par eux-mêmes ou par leurs Représentants, la nécessité de la contribution publique, de la consentir librement, d'en suivre l'emploi et d'en déterminer la quotité, l'assiette, le recouvrement et la durée.

Article XV

La Société a le droit de demander compte à tout Agent public de son administration.

Article XVI

Toute Société dans laquelle la garantie des Droits n'est pas assurée, ni la séparation des Pouvoirs déterminée, n'a point de Constitution.

Article XVII

La propriété étant un droit inviolable et sacré, nul ne peut en être privé, si ce n'est lorsque la nécessité publique, légalement constatée, l'exige évidemment, et sous la condition d'une juste et préalable indemnité.

No excerto analisado observa-se que:

- a) O homem aparece representado pelas palavras “homme”, “individu”, “corps”, “citoyen”, “autrui”, como um único ser. Mas aparece também como « représantant », « membre du corps social », « membre de la société ». Nesta acepção o homem é tomado individualmente, mas representando um grupo, como integrante dele e a expressão é equivalente a um coletivo. Já o uso das palavras “assemblée”,

“association”, “société” são coletivos propriamente ditos da palavra homem.

- b) Neste documento o atributo que mais é empregado é a palavra direito. As palavras igualdade, liberdade e justiça não figuram no texto e apenas “libre”, “égaux” e “juste” aparecem. A ausência dessas palavras indica que o que está sendo delineado é o direito, ou melhor, os direitos que ao homem serão atribuídos.
- c) Quase a totalidade dos sujeitos gramaticais é representada pelo homem ou seus referentes diretos (a palavra homem aparece explicitamente 7 vezes sendo que em nenhum dos casos é sujeito da oração; palavra “direito”(s) aparece 11 vezes, sendo que é sujeito em apenas um caso) tais como “assembleia”, “corpo social”, “sociedade”. Os outros referentes são decorrentes de ações do homem e se apresentam de forma indireta: quem impõe limites, quem faz a declaração e a assina, quem reclama é o homem, pois são ações inerentes ao homem. Quanto aos complementos (objetos ou predicativos do sujeito) há um maior equilíbrio: referem-se em sua maioria ao homem ou aos seus direitos. Poderia se resumir esta parte do documento no seguinte enunciado: o homem especifica quais são os direitos do homem.
- d) O enunciador do texto é representado por homens, pois o texto é elaborado por homens e para os homens. Esses homens, que são os representantes da Assembleia francesa, tem um *ethos* revestido pelo poder que foi conferido pela sociedade francesa. São representantes de várias outras vozes.
- e) Ao mesmo tempo em que representam várias outras vozes, os direitos ali estabelecidos, como já se viu, mesmo que inovadores (o homem tem direito à propriedade, à liberdade de expressão, por exemplo) são reflexos de outros direitos ou dos direitos adquiridos por outras culturas, o que mostra o processo dialógico no qual esse texto se insere.
- f) O homem ao qual se refere o documento, que antes era sozinho e desprotegido, aparece reformulado e representado na Assembleia, insere-se na sociedade, inserido, sendo assim amparado por ela.

O homem vem delineado como um cidadão, como um corpo dotado de individualidade, como UM SER e assim se define como parte da sociedade. É representado por um outro homem e dotado de direitos, dentro de uma sociedade em que os poderes são organizados, regidos por princípios, leis e sob a proteção de um SER SUPREMO.

3.5.2. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH 1948)⁸⁹

A DUDH é um tratado internacional e seu teor foi redigido por uma comissão de membros considerados representantes das aspirações gerais e tinha o objetivo de assegurar que os excessos cometidos pelos países participantes das duas grandes guerras mundiais ou de outros países não voltassem a ocorrer (armas químicas ou campos de extermínio, por exemplo). É elaborado num período posterior ao final da segunda guerra (1948) e foi assinado e ratificado por 50 países num primeiro momento, mas outros países aderiram a ele ao longo do tempo. Hoje praticamente todos os países o adotam. Como esta declaração é um tratado internacional cabe a cada país, de acordo com seu sistema de leis, integrá-lo e fazer com que seja respeitado dentro de seu sistema legal. Mesmo sendo um tratado internacional, denominado declaração, tem a forma composicional, ou melhor, estrutura do texto, igual a da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão francesa de 1789: possui artigos e é resultado da vontade de uma assembleia, neste caso geral e da Organização das Nações Unidas.

Pode-se observar nessa declaração a presença do termo “homem” nas seguintes formas:

- a) Sinonímia: homem é igual a “homme”, “individu”, “personne”, “esclave”;
- b) Pronominal: “nul”;

⁸⁹ Documento anexo II

- c) Grupo nominal: « membres de la famille humaine », « êtres humains », « les uns envers les autres »;
- d) Extensiva direta: « droits de l'homme », « libres », « libérés », « contraint », « nation », « assemblée générale », « ONU », « peuples et nations », « populations des états membres », « libres et égaux en droits », « doués de raison et conscience », « ressortissante »;
- e) Extensiva indireta: « droits égaux et inaliénables », « justice », « paix », « conscience de l'humanité », « actes de barbarie », « la terreur », « la misère », « aspiration de l'homme », « révolte », « tyrannie », « oppression », « relations amicales », « charte de peuples des nations unies », « foi », « dignité », « valeur », « égalité », « états membres », « libertés fondamentales », « organes de la société », « enseignement », « éducation », « engagements », « esprit de fraternité », « race », « couleurs », « sexe », « langue », « religion », « opinion politique », « autre opinion », « origine nationale ou sociale », « de fortune », « naissance ou autre situation », « liberté », « vie », « liberté », « sureté de sa personne », « esclavage », « servitude », « traitements inhumains ou dégradants »;
- f) Embreantes de pessoa: não há.

A análise do documento pode ser constatada abaixo:

a) Preâmbulo

LA DECLARATION UNIVERSELLE DES DROITS DE L'HOMME: 1948 - 2008⁹⁰

⁹⁰ <http://www.un.org/fr/documents/udhr/law.shtml>

Préambule

Considérant que la reconnaissance de la dignité inhérente à tous les membres de la famille humaine et de leurs droits égaux et inaliénables constitue le fondement de la liberté, de la justice et de la paix dans le monde.

Considérant que la méconnaissance et le mépris des droits de l'homme ont conduit à des actes de barbarie qui révoltent la conscience de l'humanité et que l'avènement d'un monde où les êtres humains seront libres de parler et de croire, libérés de la terreur et de la misère, a été proclamé comme la plus haute aspiration de l'homme.

Considérant qu'il est essentiel que les droits de l'homme soient protégés par un régime de droit pour que l'homme ne soit pas contraint, en suprême recours, à la révolte contre la tyrannie et l'oppression.

Considérant qu'il est essentiel d'encourager le développement de relations amicales entre nations.

Considérant que dans la Charte les peuples des Nations Unies ont proclamé à nouveau leur foi dans les droits fondamentaux de l'homme, dans la dignité et la valeur de la personne humaine, dans l'égalité des droits des hommes et des femmes, et qu'ils se sont déclarés résolus à favoriser le progrès social et à instaurer de meilleures conditions de vie dans une liberté plus grande.

Considérant que les Etats Membres se sont engagés à assurer, en coopération avec l'Organisation des Nations Unies, le respect universel et effectif des droits de l'homme et des libertés fondamentales.

Considérant qu'une conception commune de ces droits et libertés est de la plus haute importance pour remplir pleinement cet engagement.

L'Assemblée Générale proclame la présente Déclaration universelle des droits de l'homme comme l'idéal commun à atteindre par tous les peuples et toutes les nations afin que tous les individus et tous les organes de la société, ayant cette Déclaration constamment à l'esprit, s'efforcent, par l'enseignement et l'éducation, de développer le respect de ces droits et libertés et d'en assurer, par des mesures progressives d'ordre national et international, la reconnaissance et l'application universelles et effectives, tant parmi les populations des Etats Membres eux-mêmes que parmi celles des territoires placés sous leur juridiction.

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
(Assemblée Générale = AG)	homens reunidos	<i>considérant</i> particípio presente	Que	
la reconnaissance de la dignité inhérente à tous les membres de la famille humaine et de leurs <u>droits égaux</u> et inaliénables	reconhecimento da dignidade e dos direitos=>dignidade e direitos do homem membros da familia humana=>homens	constitue presente	le fondement de la <u>liberté</u> , de la <u>justice</u> et de la paix dans le monde	le monde= onde vive o homem la liberté, la <u>justice</u> , la paix = conceitos estabelecidos pelo homem

(AG)	homens reunidos	<i>Considérant</i> particípio presente	Que	
la méconnaissance et le mépris des <u>droits</u> de l' <u>homme</u>	deconhecimento e desprezo dos direitos do homem => homem	ont conduit pretérito perfeito	à des actes de barbarie	actes de barbarie= do homem
Qui	atos de barbárie	révoltent presente	la conscience de l'humanité	humanité= do homem
Et que l'avènement d'un monde	surgimento=>quem faz surgir ?			
où les êtres humains	seres humanos=homens	seront futuro	<u>libres</u> de parler et de croire, <u>libérés</u> de la terreur et de la misère,	<u>libres</u> = liberdade=>homem é livre <u>libérés</u> = liberdade=>homem
(l'avenement d'un monde)	surgimento	a été proclamé pretérito perfeito com voz passiva	comme la plus haute aspiration de l' <u>homme</u>	Homem
(AG)	homens reunidos	<i>Considérant</i> Particípio presente	Qu'	
il	impessoal=sujeito inexistente	Est Presente	essentiel que	
les <u>droits</u> de l' <u>homme</u>	direitos do homem => homem	Soient subjuntivo	protégés par un régime de <u>droit</u> .	protégés => les <u>droits</u> = os direitos são protegidos por outros direitos
pour que l' <u>homme</u>	homem	ne soit pas subjuntivo	contraint, en suprême recours, à la révolte contre la tyrannie et l'oppression	contraint=> homem tyrannie et oppression=sistemas de governo do homem
(AG)	homens reunidos	<i>Considérant</i> particípio presente	Qu'	
'il	impessoal=sujeito inexistente	Est presente	essentiel d'encourager le développement de relations amicales entre nations.	relations amicales = relações de amizade= do homem

(AG)	homens reunidos	<i>Considérant</i> participio presente	Que dans la Charte les peuples des Nations Unies	a carta = documento
(AG)		ont proclamé pretérito perfeito	à nouveau leur foi dans les <u>droits</u> fondamentaux de l' <u>homme</u> , dans la dignité et la valeur de la personne humaine, dans l' <u>égalité</u> des <u>droits</u> des <u>hommes</u> et des femmes,	foi= o homem é quem tem fé direitos fundamentais do homem personne humaine = homem
			Et qu'	
'ils	eles = homens	se sont déclarés pretérito perfeito	résolus à favoriser le progrès social et à instaurer de meilleures conditions de vie dans une <u>liberté</u> plus grande	résolus = homens conditions de vie= do homem <u>liberté</u> = do homem
(AG)	homens reunidos	<i>Considérant</i> participio presente	Que les Etats Membres	
(ils)	estados membros => homens porém despersonificados, mas é pessoa jurídica!	se sont engagés pretérito perfeito	à assurer, en coopération avec l'Organisation des Nations Unies, le respect universel et effectif des <u>droits</u> de l' <u>homme</u> et des <u>libertés</u> fondamentales	coopération= quem coopera são os Estados direitos do homem e das liberdades=do homem
(AG)	homens reunidos	<i>Considérant</i> participio presente	Qu'	
qu'une conception commune de ces <u>droits</u> et <u>libertés</u>	concepção comum = dos homens =de direitos e liberdades específicos =>do homem retomada na linha abaixo por ideal comum	<i>Est</i> <i>presente</i>	de la plus haute importance pour remplir pleinement cet engagement	cet engagement = DUDH
L'Assemblée Générale	Assemblée = homens reunidos	<i>proclame</i> presente	la présente Déclaration universelle des <u>droits</u> de l' <u>homme</u> comme l'idéal commun à atteindre	direitos do homem peuples et nation= de homens

			par tous les peuples et toutes les nations	
afin que tous les individus et tous les organes de la société,	todos os indivíduos= homens e todos os órgãos da sociedade= homens reunidos	ayant, participio presente	cette Déclaration constamment à l'esprit	cette=> déclaration esprit= do homem
(tous les individus et tous les organes de la société)	idem	s'efforcent,. Presente	par l'enseignement et l'éducation, de développer le respect de ces <u>droits</u> et <u>libertés</u>	enseignement et éducation = do homem
		et d'en assurer,	(par des mesures progressives d'ordre national et international,) la reconnaissance et l'application universelles et effectives, tant parmi les populations des Etats Membres eux-mêmes que parmi celles	en assurer= assegurar o desenvolvimento deles = direitos e liberdades; e também seu reconhecimento e sua aplicação populations= de homens états membres = homens reunidos de forma política
(tous les individus et tous les organes de la société)		(s'efforcent)	par des mesures progressives d'ordre national et international	ordem => imposta pelo homem
des territoires	territórios=nações, estados membros	(qui sont) presente voz passiva	Placés sous leur juridiction	placés= os territórios jurisdição= do s Estados membros => do homem

b) Artigos

Article premier

Tous les êtres humains naissent libres et égaux en dignité et en droits. Ils sont doués de raison et de conscience et doivent agir les uns envers les autres dans un esprit de fraternité.

Article 2

1.Chacun peut se prévaloir de tous les droits et de toutes les libertés proclamés dans la présente Déclaration, sans distinction aucune, notamment de race, de couleur, de sexe, de langue, de religion,

d'opinion politique ou de toute autre opinion, d'origine nationale ou sociale, de fortune, de naissance ou de toute autre situation.

2. De plus, il ne sera faite aucune distinction fondée sur le statut politique, juridique ou international du pays ou du territoire dont une personne est ressortissante, que ce pays ou territoire soit indépendant, sous tutelle, non autonome ou soumis à une limitation quelconque de souveraineté.

Article 3

Tout individu a droit à la vie, à la liberté et à la sûreté de sa personne.

Article 4

Nul ne sera tenu en esclavage ni en servitude; l'esclavage et la traite des esclaves sont interdits sous toutes leurs formes.

Article 5

Nul ne sera soumis à la torture, ni à des peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants.

ART	SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
I	Tous les êtres humains	êtres humains=homens	naissent presente	<u>libres</u> et <u>égaux</u> en dignité et en <u>droits</u>	<u>libres</u> et <u>égaux</u> = homens em direitos
	Ils	ils= homens	sont presente	.doués de raison et de conscience	doués= homens
	Et (ils)		doivent agir presente	les uns envers les autres dans un esprit de fraternité.	les autres= os homens fraternité= sentimento dos homens
II	. Chacun	chacun=homem	peut se prévaloir presente	de tous les <u>droits</u> et de toutes les <u>libertés</u> proclamés dans la présente Déclaration, sans distinction aucune, notamment de race, de couleur, de sexe, de langue, de religion, d'opinion politique ou de toute autre opinion, d'origine nationale ou sociale, de fortune, de naissance ou de toute autre situation	race, couleur, opinion,=>home m sociale, naissance=>ho mem

	De plus, il	il= impessoal	ne sera fait aucune. futuro	distinction fondée sur le statut politique, juridique ou international du pays ou du territoire	statut politique= quem tem status é o homem
	dont une personne	une personne=homem	est presente	Ressortissante	Ressortissant =>homem
	que ce pays		soit subjuntivo	est ressortissante, que ce pays ou territoire soit indépendant, sous tutelle, non autonome ou soumis à une limitation quelconque de souveraineté	
III	Tout individu	individu=homem	a presente	<u>droit</u> à la vie, à la <u>liberté</u> et à la sûreté de sa personne	<u>liberté</u> =homem personne=>homem
IV	Nul.	Nul = ninguém = nenhum homem	ne sera tenu futuro voz passiva	en esclavage ni en servitude ;	esclavage=> condição do homem
	l'esclavage et la traite des esclaves	Esclavage =>escravo =>homem	sont presente	interdits sous toutes leurs formes	
V	Nul	Nul = ninguém = nenhum homem	ne sera soumis futuro voz passiva	à la torture, ni à des peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants	torture, peines=>infringi das ao homem inhumaine= inhumanas= do que não é homem =>do homem

QUADRO RESUMO

Substantivos	Referentes diretos	Outros
	Membres de la famille	

	humaine	
	<u>Droits égaux</u> et inaliénables	
	<u>Droits de l'homme</u>	Liberté, justice, paix
	Conscience de l'humanité	Actes de barbarie
Etres humains	<u>Libres</u> , libérés	La terreur et la misère
	Aspiration de l' <u>homme</u>	
<u>Homme</u>	Contraint	Révolte, tyrannie, oppression
	Relations amicales	
	Nations	
Personne humaine	Charte de peuples des nations unies	Foi, dignité, valeur, <u>égalité</u>
		Etats membres
Assemblée générale		onu
	Peuples et nations	Respect universel et effectif, <u>libertés</u> fondamentales
Individus	Organes de la société	Conception des <u>droits</u> et libertés,
Populations des états membres		engagements
		Enseignement, éducation
	<u>Libres et égaux</u> en <u>droits</u>	Respects des <u>droits</u>
Tous les êtres humains	Doués de raison et conscience	Ordre national e international

c) Outros artigos

Article 6

Chacun a le droit à la reconnaissance en tous lieux de sa personnalité juridique.

Article 7

Tous sont égaux devant la loi et ont droit sans distinction à une égale protection de la loi. Tous ont droit à une protection égale contre toute discrimination qui violerait la présente Déclaration et contre toute provocation à une telle discrimination.

Article 8

Toute personne a droit à un recours effectif devant les juridictions nationales compétentes contre les actes violant les droits fondamentaux qui lui sont reconnus par la constitution ou par la loi.

Article 10

Toute personne a droit, en pleine égalité, à ce que sa cause soit entendue équitablement et publiquement par un tribunal indépendant et impartial, qui décidera, soit de ses droits et obligations, soit du bien-fondé de toute accusation en matière pénale dirigée contre elle.

Article 11

1. Toute personne accusée d'un acte délictueux est présumée innocente jusqu'à ce que sa culpabilité ait été légalement établie au cours d'un procès public où toutes les garanties nécessaires à sa défense lui auront été assurées.
2. Nul ne sera condamné pour des actions ou omissions qui, au moment où elles ont été commises, ne constituaient pas un acte délictueux d'après le droit national ou international. De même, il ne sera infligé aucune peine plus forte que celle qui était applicable au moment où l'acte délictueux a été commis.

Article 12

Nul ne sera l'objet d'immixtions arbitraires dans sa vie privée, sa famille, son domicile ou sa correspondance, ni d'atteintes à son honneur et à sa réputation. Toute personne a droit à la protection de la loi contre de telles immixtions ou de telles atteintes.

Article 13

1. Toute personne a le droit de circuler librement et de choisir sa résidence à l'intérieur d'un Etat.
2. Toute personne a le droit de quitter tout pays, y compris le sien, et de revenir dans son pays.

Article 14

1. Devant la persécution, toute personne a le droit de chercher asile et de bénéficier de l'asile en d'autres pays.
2. Ce droit ne peut être invoqué dans le cas de poursuites réellement fondées sur un crime de droit commun ou sur des agissements contraires aux buts et aux principes des Nations Unies.

Article 15

1. Tout individu a droit à une nationalité.
2. Nul ne peut être arbitrairement privé de sa nationalité, ni du droit de changer de nationalité.

Article 16

1. A partir de l'âge nubile, l'homme et la femme, sans aucune restriction quant à la race, la nationalité ou la religion, ont le droit de se marier et de fonder une famille. Ils ont des droits égaux au regard du mariage, durant le mariage et lors de sa dissolution.
2. Le mariage ne peut être conclu qu'avec le libre et plein consentement des futurs époux.

3. La famille est l'élément naturel et fondamental de la société et a droit à la protection de la société et de l'Etat.

Article 17

1. Toute personne, aussi bien seule qu'en collectivité, a droit à la propriété.
2. Nul ne peut être arbitrairement privé de sa propriété.

Article 18

Toute personne a droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion ; ce droit implique la liberté de changer de religion ou de conviction ainsi que la liberté de manifester sa religion ou sa conviction seule ou en commun, tant en public qu'en privé, par l'enseignement, les pratiques, le culte et l'accomplissement des rites.

Article 19

Tout individu a droit à la liberté d'opinion et d'expression, ce qui implique le droit de ne pas être inquiété pour ses opinions et celui de chercher, de recevoir et de répandre, sans considérations de frontières, les informations et les idées par quelque moyen d'expression que ce soit.

Article 20

1. Toute personne a droit à la liberté de réunion et d'association pacifiques.
2. Nul ne peut être obligé de faire partie d'une association.

Article 21

1. Toute personne a le droit de prendre part à la direction des affaires publiques de son pays, soit directement, soit par l'intermédiaire de représentants librement choisis.
2. Toute personne a droit à accéder, dans des conditions d'égalité, aux fonctions publiques de son pays.
3. La volonté du peuple est le fondement de l'autorité des pouvoirs publics ; cette volonté doit s'exprimer par des élections honnêtes qui doivent avoir lieu périodiquement, au suffrage universel égal et au vote secret ou suivant une procédure équivalente assurant la liberté du vote.

Article 22

Toute personne, en tant que membre de la société, a droit à la sécurité sociale ; elle est fondée à obtenir la satisfaction des droits économiques, sociaux et culturels indispensables à sa dignité et au libre développement de sa personnalité, grâce à l'effort national et à la coopération internationale, compte tenu de l'organisation et des ressources de chaque pays.

Article 23

1. Toute personne a droit au travail, au libre choix de son travail, à des conditions équitables et satisfaisantes de travail et à la protection contre le chômage.
2. Tous ont droit, sans aucune discrimination, à un salaire égal pour un travail égal.

3. Quiconque travaille a droit à une rémunération équitable et satisfaisante lui assurant ainsi qu'à sa famille une existence conforme à la dignité humaine et complétée, s'il y a lieu, par tous autres moyens de protection sociale.
4. Toute personne a le droit de fonder avec d'autres des syndicats et de s'affilier à des syndicats pour la défense de ses intérêts.

Article 24

Toute personne a droit au repos et aux loisirs et notamment à une limitation raisonnable de la durée du travail et à des congés payés périodiques.

Article 25

1. Toute personne a droit à un niveau de vie suffisant pour assurer sa santé, son bien-être et ceux de sa famille, notamment pour l'alimentation, l'habillement, le logement, les soins médicaux ainsi que pour les services sociaux nécessaires ; elle a droit à la sécurité en cas de chômage, de maladie, d'invalidité, de veuvage, de vieillesse ou dans les autres cas de perte de ses moyens de subsistance par suite de circonstances indépendantes de sa volonté.

2. La maternité et l'enfance ont droit à une aide et à une assistance spéciales. Tous les enfants, qu'ils soient nés dans le mariage ou hors mariage, jouissent de la même protection sociale.

Article 26

1. Toute personne a droit à l'éducation. L'éducation doit être gratuite, au moins en ce qui concerne l'enseignement élémentaire et fondamental. L'enseignement élémentaire est obligatoire. L'enseignement technique et professionnel doit être généralisé ; l'accès aux études supérieures doit être ouvert en pleine égalité à tous en fonction de leur mérite.

2. L'éducation doit viser au plein épanouissement de la personnalité humaine et au renforcement du respect des droits de l'homme et des libertés fondamentales. Elle doit favoriser la compréhension, la tolérance et l'amitié entre toutes les nations et tous les groupes raciaux ou religieux, ainsi que le développement des activités des Nations Unies pour le maintien de la paix.

3. Les parents ont, par priorité, le droit de choisir le genre d'éducation à donner à leurs enfants.

Article 27

1. Toute personne a le droit de prendre part librement à la vie culturelle de la communauté, de jouir des arts et de participer au progrès scientifique et aux bienfaits qui en résultent.

2. Chacun a droit à la protection des intérêts moraux et matériels découlant de toute production scientifique, littéraire ou artistique dont il est l'auteur.

Article 28

Toute personne a droit à ce que règne, sur le plan social et sur le plan international, un ordre tel que les droits et libertés énoncés dans la présente Déclaration puissent y trouver plein effet.

Article 29

1. L'individu a des devoirs envers la communauté dans laquelle seule le libre et plein développement de sa personnalité est possible.
2. Dans l'exercice de ses droits et dans la jouissance de ses libertés, chacun n'est soumis qu'aux limitations établies par la loi exclusivement en vue d'assurer la reconnaissance et le respect des droits et libertés d'autrui et afin de satisfaire aux justes exigences de la morale, de l'ordre public et du bien-être général dans une société démocratique.
3. Ces droits et libertés ne pourront, en aucun cas, s'exercer contrairement aux buts et aux principes des Nations Unies.

Article 30

Aucune disposition de la présente Déclaration ne peut être interprétée comme impliquant pour un Etat, un groupement ou un individu un droit quelconque de se livrer à une activité ou d'accomplir un acte visant à la destruction des droits et libertés qui y sont énoncés.

No trecho analisado observa-se que:

- a. O homem aparece representado pelas palavras e expressões: “être humain”, “homme”, “personne humaine”, “individu”, “les uns envers les autres”, “personne”, “nul”, “esclaves”. É o homem tomado na sua individualidade. Também se encontram no texto expressões tais como “membres de la famille humaine”, o que mostra o homem enquanto indivíduo, mas situado e inserido num grupo. Ainda aparecem expressões tais como “assemblée générale”, “population des états membres”, “peuples”, “nations”, “ONU”, que se referem a agrupamentos de homem, fazendo o papel de coletivo da palavra homem.
- b. Nessa declaração o direito aparece mais especificado, vem mais detalhado e também aparece associado aos conceitos de liberdade, igualdade e justiça. Esses conceitos aparecem, inclusive, em sua maioria, no plural, o que equivale dizer que existe mais de um tipo de direito e de liberdade, o que vem inclusive expresso no próprio preâmbulo: “une conception commune de ces droits et libertés est de la plus haute importance pour remplir pleinement cet engagement”. Pode-se entender que isso seria devido ao fato de a declaração ser de caráter universal. Mas há que se lembrar do contexto histórico que é a razão de sua elaboração: uma maior proteção do homem após os horrores das duas Guerras Mundiais.

- c. Além disso, a caracterização do homem, de forma mais definida permite que se lhe atribua direitos mais definidos: de justiça, igualdade, não escravidão, tratamento digno. É um homem mais delineado, inserido num contexto determinado - social, político, universal. Ele se torna parte da família humana, integrado a um grupo formado por nações, povos, populações. A esse grupo também são atribuídos direitos mais definidos: de justiça, igualdade, não escravidão, tratamento digno, de segurança. É um homem delineado que tem opinião, inserido num contexto nacional, internacional e atual, moderno para o seu tempo (1948). Vale lembrar que ainda hoje existem países que não ratificaram o tratado⁹¹ ou que, mesmo que o tenham feito, não respeitam o que ele dispõe.
- d. Tal como no texto anterior, o enunciador é o homem representado pelo grupo, portanto são várias vozes representadas. O homem é igualmente constituído em um grupo, sob a forma de Assembleia Geral. Seu *ethos* também é fortalecido e constituído pelo status que lhe foi atribuído pela Assembleia. A ausência do termo “Assemblée Générale” conjugada com a repetição do verbo “considérant” ressalta essa força do *ethos*.
- e. O homem representado na Assembleia Geral da ONU é diferente do homem da Assembleia francesa, não só pelo fato de pertencer a uma organização de países, mas também esse homem é descrito por meio de expressões que lhe atribuem características específicas. É um homem que faz parte de um grupo (da família humana, de povos e nações, pertencente aos estados membros) cujos direitos são mais detalhados (livres e iguais em direitos, direitos iguais e inalienáveis) e cujos atributos são bem especificados (dotado de razão e consciência, espírito de fraternidade), sendo protegido dos infortúnios (miséria, escravidão, tratamentos inumanos e degradantes).
- f. As expressões que se referem ao homem ao mesmo tempo em que o especificam mostram o aspecto ideológico da sociedade onde ele está

⁹¹ Taiwan não teve aceito seu pedido de ratificação pela ONU em 2007 porque é considerado um país não independente da República da China. (<http://br.china-embassy.org/por/ztzl/twwt/t344180.htm> em 25/11/2012).⁹² Documento anexo III

inserido, o que deixa evidente que havia um estado anterior diferente do que é pretendido pelo documento e, por conseguinte, revela seu caráter dialógico.

3.5.3. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF1988): Preâmbulo e artigo 5º LXXVIII ⁹²

A Constituição Federal é a lei máxima que rege a vida de todo brasileiro e também daqueles que vivem sobre o solo do país. Tem em comum com a DDHC e com a DUDH o fato de dar ao homem o status de ser igual aos outros homens. A disposição “Les hommes naissent libres et égaux en droits”(DDHC) e “Tous les êtres humains naissent libres et égaux en dignité et en droits” (DUDH) é reformulada em “Todos são iguais perante a lei”.

Esse conjunto de normas foi elaborado ao final de um período de governo autoritário, comandado por militares.

Foi redigido e votado pelos representantes do povo brasileiro (72 senadores e 487.deputados) e visava não só estabelecer o funcionamento do Estado democrático definindo as funções do diferentes poderes (executivo, legislativo e judiciário) mas também garantir ao cidadão direitos essenciais, além de regular as ordens financeira, econômica e social, entre outros. Nesse documento foram observados os seguintes casos de reformulação, em relação ao emprego do termo homem:

- a) Sinonímia: “brasileiros e estrangeiros”, “mulheres”;
- b) Pronominal: “todos”;
- c) Grupo nominal: “representantes do povo brasileiro”, “pessoa humana”, “representantes eleitos”, “ninguém”;

⁹² Documento anexo III

- d) Extensiva direta: “assembleia nacional”, “individuais”, “sociedade fraterna pluralista e sem preconceitos”, “cidadania”, “povo”, “sociedade”, “comunidade latino-americana de nações”, “iguais”;
- e) Extensiva indireta: “estado democrático”, “direitos sociais”, “liberdade”, “segurança”, “bem estar”, “desenvolvimento”, “igualdade”, “justiça”, “harmonia social”, “solução pacífica”, “dignidade da pessoa humana”, “sob a proteção de Deus”, “poder legislativo, executivo, judiciário”, “pobreza”, “marginalização”, “desigualdades sociais”, “discriminação”, “origem”, “raça”, “sexo”, “cor”, “idade”, “direitos humanos”, “autodeterminação dos povos”, “paz”, “conflito”, “terrorismo”, “racismo”, “cooperação entre os povos”, “progresso da humanidade”, “asilo político”, “integração social”, “tortura”, “tratamento desumano ou degradante”, “manifestação do pensamento”, “anonimato”, “liberdade de crença, de consciência, de pensamento, de culto religioso”;
- f) Embreantes de pessoa: nós.

Essa constatação se fez a partir de um levantamento efetuado no texto abaixo, conforme se pode ver no quadro de análise:

a) Preâmbulo

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988⁹³

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade

⁹³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 30/11/2012

fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Nós, representantes do povo brasileiro,	Representantes do povo = homens restritivo	(estamos) presente voz passiva	Reunidos em Assembleia Nacional Constituinte	Assembleia =>homens reunidos
Para		instituir infinitivo	um Estado Democrático,	Estado => homens organizados
(estado democrático que)	Estado	(esteja/seja) subjuntivo voz passiva	destinado a assegurar o exercício dos <u>direitos</u> sociais e individuais, a <u>liberdade</u> , a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a <u>igualdade</u> e a <u>justiça</u>	Exercício de <u>direi-tos</u> => do homem A <u>liberdade</u> , a segurança, o bem estar => do homem O desenvolvimento, a <u>igualdade</u> , a <u>justiça</u> =>para o homem
como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos,	Valores de uma sociedade = de homens	(esteja/seja) subjuntivo voz passiva	fundada, na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias	Fundada=> a sociedade=> homem Harmonia social e comprometida etc solução pacífica => apenas o homem é capaz de fazer isso
	Sujeito oculto = nos representantes = homens	promulgamos, presente	sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.	Deus => quem acredita em Deus é o homem República => forma de governo do homem

b) Artigos

TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Art	SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
1º	A República Federativa do Brasil, ,		constitui-se	em Estado Democrático de <u>Direito</u> e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da <u>livre</u> iniciativa; V - o pluralismo político.	Cidadania=Cidadão =homem Pessoa humana=homem Valores sociais=sociedade=grupo de homens
	(A República Federativa do Brasil)		(é)	formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal	Pessoas jurídicas: Estado, município e distrito federal
Pára-	Todo o poder		emana	do povo,	Povo=homens
grafo uni-co	Que (o povo)	Povo	exerce	por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição	Representantes eleitos= homens
2º	o Legislativo, o Executivo e o Judiciário	Poderes do governo = dos homens	são	Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,.	Poder= quem tem poder é o homem
3º			Constituem	objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I- construir uma sociedade <u>livre</u> , <u>justa</u> e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as <u>desigualdades</u> sociais e regionais;	Sociedade= homens Pobreza e marginalização= homens Bem de todos= dos homens Sociais= de homens Raça, idade= homens

				IV - promover o bem de todos, sem pré-conceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação	
4º	A República Federativa do Brasil	República= forma de governo= homens	rege-se	<p>nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:</p> <p>I – independência nacional;</p> <p>II – prevalência dos <u>direitos</u> humanos;</p> <p>III – autodeterminação dos povos;</p> <p>IV - não-intervenção;</p> <p>V - <u>igualdade</u> entre os Estados;</p> <p>VI - defesa da paz;</p> <p>VII - solução pacífica dos conflitos;</p> <p>VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;</p> <p>IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;</p> <p>X – concessão de asilo político.</p>	<p><u>Direitos</u> humanos= dos homens</p> <p>Povos=homens</p> <p>Terrorismo e racismo = ações dos homens</p> <p>Asilo político= concedido ao homem</p>
	A República Federativa do Brasil	Idem	buscará	A integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina	<p>Social =dos homens</p> <p>Povos=homens</p>
	(que= a integração, etc)		visando	à formação de uma comunidade latino-americana de nações	Comunidade de nações=de homens

TÍTULO II
 Dos Direitos e Garantias Fundamentais
 CAPÍTULO I
 DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

(...)

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

ARTIGO	SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Art 5º	Todos		são	são <u>iguais</u> perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,	
			garantindo-se	aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do <u>direito</u> à vida, à <u>liberdade</u> , à <u>igualdade</u> , à segurança e à propriedade, nos termos seguintes	Brasileiros e estrangeiros= homens
INCISO					
I	homens e mulheres		são	<u>iguais</u> em <u>direitos</u> e obrigações, nos termos desta Constituição	
II	ninguém		será	será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;	Obrigado= o homem
III	ninguém		Será	submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante	Tortura e tratamento desumano ou degradante= só o homem faz isso
IV			É	a manifestação do pensamento,	Pensamento= do homem
			Sendo	vedado o anonimato	
V			É	assegurado o <u>direito</u> de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral	Resposta= do homem Dano moral= do

				ou à imagem;	homem
LXXVIII			são	a todos, no âmbito judicial e administrativo, (são) assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação	Direito a uma justiça rápida

QUADRO RESUMO

Substantivos	Referente direto	Outros
	Nós	
Representantes do povo brasileiro		
Assembleia nacional		
		Estado democrático
	Individuais	<u>Direitos</u> sociais, <u>liberdade</u> , segurança, bem estar, desenvolvimento, <u>igualdade</u> , <u>justiça</u>
	Sociedade fraterna pluralista e sem preconceitos	Harmonia social, solução pacífica
	Cidadania, dignidade da pessoa humana,	Sob a proteção de Deus
		Trabalho <u>livre</u> iniciativa
Povo		Poder
Representantes eleitos		Legislativo, executivo, judiciário são poderes da união
	Sociedade	Pobreza, marginalização, <u>desigualdades</u> sociais,
(O bem de) todos		Origem, raça, sexo, cor, idade, discriminação
	<u>Direitos</u> humanos, autodeterminação dos povos	Paz, conflitos, terrorismo, racismo
	Cooperação entre os povos	
	Progresso da humanidade	Asilo político
	Integração social	
	Comunidade latino-americana de nações	
	Todos	

	<u>Iguais</u>	
Brasileiros e estrangeiros		<u>direito</u> à vida, à <u>liberdade</u> , à <u>igualdade</u> , à segurança e à propriedade
Homens e mulheres	<u>Iguais</u>	<u>Direitos</u> e obrigações
	Ninguém será obrigado	
		Tortura
	Tratamento desumano ou degradante	
		Manifestação do pensamento, anonimato
		<u>Liberdade</u> de crença, de consciência, culto religioso
		Local de culto e sua liturgia
LXXVIII	Todos=esse todos retoma o todos são <u>iguais</u>	

c) Art.5º : Outros incisos

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; ([Regulamento](#))

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

a) privação ou restrição da liberdade;

e) suspensão ou interdição de direitos;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

De acordo com o texto constitucional pode-se verificar que:

- a) O homem aparece caracterizado de forma individual, tal qual se vê pelo emprego de termos como: “pessoa humana”, “homens e mulheres”, “ninguém”. Também vem explicitado dentro do grupo como se pode ver nas expressões: “representantes”, “representantes eleitos”, “brasileiros e estrangeiros”. Ainda se pode observar sua existência pelo emprego de coletivos ou seus equivalentes, tal como em: “representantes”, “povo”, “assembleia”, “nós”, “sociedade”, “povos”, “nações”, “todos”.
- b) Na Constituição o homem possui os direitos muito bem assegurados, o que é comprovado não só pela frequência do uso do termo, no singular e no plural, mas também pelo contexto em que vem empregado: o próprio artigo 5º é uma descrição exaustiva dos direitos do homem, com ênfase, sobretudo, à liberdade. Tal peculiaridade se explica pelo contexto de produção da Constituição, elaborada por deputados depois de um longo período de regime autoritário militar em que a maior parte da liberdade individual foi abolida. Esse homem é bem especificado, pois é brasileiro e estrangeiro e dotado de vários direitos, que são bem definidos e determinados: têm representantes eleitos e dotados de poderes (nós), igualdade extensa, liberdade ampla, direitos mais abrangentes, auxílio em vários casos. Incorpora, como os direitos do homem da DUDH e de outros tratados referentes à sua proteção conforme dispõe o inciso LXXVII.⁹⁴
- c) O emprego do pronome nós é, também, bastante relevante: o enunciador se mostra num texto de lei, se revela, e com isso se afirma,

⁹⁴ Art. 5º. LXXVIII:

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

ganha em autoridade: são os representantes eleitos e legalmente constituídos que elaboram a constituição e a publicam. Os nomes dos participantes desse documento figuram ao final do mesmo. Isso demonstra ainda o papel que cada um deles representa na história do Brasil e a contribuição individual para um bem maior, dotado da vontade de equilibrar a sociedade e de se adequar a um contexto internacional que se modificou e aboliu em muitas nações o poder de grupos minoritários pela força. Cabe lembrar que na América Latina, nessa época, vários outros países também eram governados dessa forma e que o Brasil foi o precursor da mudança.

- d) O homem de quem se trata no texto da constituição democrática de 1988 parece mais bem protegido do que o homem representado há quase duzentos anos atrás, na declaração proposta após a Revolução Francesa de 1789. Mesmo em contextos históricos e sociais bastante diferentes, ambos, o homem francês e o homem brasileiro, recebem um direito à liberdade de que não dispunham, um direito universal, atemporal, de existir e de poder se exprimir, de igualdade e justiça e dos quais ficaram privados por formas de governos opressoras.
- e) O enunciador do texto da Constituição brasileira é revelado pelo pronome pessoal “nós”. Ele assume, portanto, seu papel de representante do povo brasileiro, de forma destacada (o pronome aparece no início do preâmbulo), um enunciador cujo *ethos* é forte o bastante para se colocar no primeiro espaço do texto e devidamente qualificado por “representantes do povo brasileiro”.
- f) Ainda que esse “nós” seja a explicitação de um sujeito formado por um grupo de pessoas, ele é também resultante, como nos documentos anteriores, da síntese da voz de vários enunciadores que se incorporam em um único. O jogo polifônico torna-se evidente na medida em que cada deputado da constituinte representa um segmento social e foi eleito por um público eleitoral diferente.

3.5.4. A lei 11.419/2006: a lei de informatização judicial⁹⁵

A lei de informatização judicial é uma lei federal. Isto implica dizer que ela é infraconstitucional e deve ser aplicada em todo o território nacional. Foi aprovada, portanto, pela assembleia federal e pelo senado - Congresso Nacional - a partir de um projeto de lei. O projeto de lei, ou seja, a proposta, merece uma atenção especial no que se refere à sua elaboração pois foi a primeira proposta de legislação participativa, possibilidade aberta pela constituição através da emenda constitucional nº 45 de 2004, em que um setor da sociedade devidamente representado pode apresentar ao congresso uma proposta de lei. Esse projeto, que foi a PLP nº 01, e que tramitou como PLP01/2002, foi proposto pela associação dos juízes federais (AJUFE) com o objetivo de resolver questões referentes à utilização dos meios tecnológicos avançados nos processos em curso no poder judiciário. Apresentado na forma legal foi devidamente encaminhado e seguiu o curso normal de um projeto de lei até sua votação, aprovação, promulgação e publicação. Examinado o texto da lei foram encontrados os seguintes casos de reformulação:

- a) Sinonímia: “PRESIDENTE DA REPÚBLICA”, “signatário”, “usuário”;
- b) Pronominal: não há;
- c) Grupo nominal: “autoridade certificadora”;
- d) Extensiva direta: “Congresso Nacional”;
- e) Extensiva indireta: “comunicação”, “processos”, “assinatura”, “identificação”, “cadastro”, “Poder Judiciário”, “credenciamento”, “petição”, “registro”, “acesso”, “sigilo”, “autenticidade”, “atos processuais”, “protocolo”, “petição”;
- f) Embreantes de pessoa: eu; dêiticos : “faço”, “sanciono”.

⁹⁵ Documento anexo IV

Eis aqui o levantamento realizado no texto:

a) Caput

LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL

b) Artigos

Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

b) mediante cadastro de usuário no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

Art. 2º O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

§ 1º O credenciamento no Poder Judiciário será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado.

§ 2º Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

§ 3º Os órgãos do Poder Judiciário poderão criar um cadastro único para o credenciamento previsto neste artigo.

ART	SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Caput	(a lei)		Dispõe	Dispõe sobre a informatização do processo judicial;	
	Idem		altera	a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil	
	Idem		E dá	outras providências	
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA	= eu, o presidente	Faço saber	que	
	o Congresso Nacional	Congresso	decreta		
	E eu	Eu= dêitico de pessoa, presidente	Sanciono	A seguinte Lei	
1º	O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais		Será	admitido nos termos desta Lei	Comunicação
§ 1º	(se)		aplica	o disposto nesta Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.	Processos
§ 2º	(se)		considera -	Para o disposto nesta Lei I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais; II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de	Signatário=quem assina=assinatura =homem Usuário=homem Autoridade certificadora=pessoa jurídica=representada por homens Assinatura

				<p>comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;</p> <p>III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:</p> <p>a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;</p> <p>b) mediante cadastro de usuário no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.</p>	<p>Identificação</p> <p>Cadastro</p> <p>Poder Judiciário</p>
2º	O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico	Petição	Serão	admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.	<p>Credenciamento= de um credenciado</p> <p>Assinatura</p>
§ 1º	O credenciamento no Poder Judiciário	Credenciamento = de um credenciado	Será	Realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado	<p>Interessado = homem</p> <p>Identificação</p>
§ 2º	registro e meio de acesso ao sistema,	Registro Acesso	será	atribuído ao credenciado de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.	<p>Credenciado= homem</p> <p>Sigilo</p> <p>Identificação</p> <p>Autenticidade</p>
§ 3º	Os órgãos do Poder Judiciário.	Poder Judiciário	Poderão	criar um cadastro único para o credenciamento previsto neste artigo	Cadastro= de usuários
3º	(-se)		Conside-	realizados os atos	Atos

			ram	processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário,	processuais=realizados por homens
	do que		deverá ser	fornecido protocolo eletrônico	Protocolo
Parágrafo único	Quando a petição eletrônica	Petição	For	enviada para atender prazo processual,	
	As (petições)		(que forem)	as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia	
	(as petições)		serão	consideradas tempestivas	

QUADRO RESUMO

Substantivo	Referente direto	Referente Indireto
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	Eu = dêitico de pessoa=presidente	Comunicação
Congresso Nacional		Processos
Signatário		Assinatura
Usuário		Identificação
Autoridade certificadora		Cadastro
		Poder Judiciário
		Credenciamento
		Petição
		Registro
		Acesso
		Sigilo
		Autenticidade
		Atos processuais
		Protocolo
		Petição

c) Outros artigos

Art. 3º Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

Parágrafo único. Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

CAPÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 4º Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

§ 1º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica.

§ 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

§ 3º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

§ 4º Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

§ 5º A criação do Diário da Justiça eletrônico deverá ser acompanhada de ampla divulgação, e o ato administrativo correspondente será publicado durante 30 (trinta) dias no diário oficial em uso.

Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 3º deste artigo, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

§ 5º Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo juiz.

§ 6º As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais

Art. 7º As cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, serão feitas preferentemente por meio eletrônico.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 8º Os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.

Parágrafo único. Todos os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 9º No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

§ 2º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas autoridades policiais, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos e privados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 5º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

§ 6º Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais e para o Ministério Público, respeitado o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de justiça.

Art. 12. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

§ 1º Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

§ 2º Os autos de processos eletrônicos que tiverem de ser remetidos a outro juízo ou instância superior que não disponham de sistema compatível deverão ser impressos em papel, autuados na forma dos [arts. 166 a 168 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil](#), ainda que de natureza criminal ou trabalhista, ou pertinentes a juizado especial.

§ 5º A digitalização de autos em mídia não digital, em tramitação ou já arquivados, será precedida de publicação de editais de intimações ou da intimação pessoal das partes e de seus procuradores, para que, no prazo preclusivo de 30 (trinta) dias, se manifestem sobre o desejo de manterem pessoalmente a guarda de algum dos documentos originais.

Art. 13. O magistrado poderá determinar que sejam realizados por meio eletrônico a exibição e o envio de dados e de documentos necessários à instrução do processo.

§ 2º O acesso de que trata este artigo dar-se-á por qualquer meio tecnológico disponível, preferentemente o de menor custo, considerada sua eficiência.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 14. Os sistemas a serem desenvolvidos pelos órgãos do Poder Judiciário deverão usar, preferencialmente, programas com código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores, priorizando-se a sua padronização.

Parágrafo único. Os sistemas devem buscar identificar os casos de ocorrência de prevenção, litispendência e coisa julgada.

Art. 16. Os livros cartorários e demais repositórios dos órgãos do Poder Judiciário poderão ser gerados e armazenados em meio totalmente eletrônico.

Art. 20. A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 38.

Parágrafo único. A procuração pode ser assinada digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da lei específica." (NR)

"Art. 154.

§ 2º Todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei." (NR)

"Art. 164.

Parágrafo único. A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei." (NR)

"Art. 169. § 1º É vedado usar abreviaturas.

§ 2º Quando se tratar de processo total ou parcialmente eletrônico, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo que será assinado digitalmente pelo juiz e pelo escrivão ou chefe de secretaria, bem como pelos advogados das partes.

"Art. 202.

§ 3º A carta de ordem, carta precatória ou carta rogatória pode ser expedida por meio eletrônico, situação em que a assinatura do juiz deverá ser eletrônica, na forma da lei." (NR)

"Art. 221.

IV - por meio eletrônico, conforme regulado em lei própria." (NR)

"Art. 237.

Parágrafo único. As intimações podem ser feitas de forma eletrônica, conforme regulado em lei própria." (NR)

"Art. 365.

V - os extratos digitais de bancos de dados, públicos e privados, desde que atestado pelo seu emitente, sob as penas da lei, que as informações conferem com o que consta na origem;

VI - as reproduções digitalizadas de qualquer documento, público ou particular, quando juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos ou privados, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 1º Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no inciso VI do **caput** deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o final do prazo para interposição de ação rescisória.

§ 2º Tratando-se de cópia digital de título executivo extrajudicial ou outro documento relevante à instrução do processo, o juiz poderá determinar o seu depósito em cartório ou secretaria." (NR)

"Art. 399.

§ 2º As repartições públicas poderão fornecer todos os documentos em meio eletrônico conforme disposto em lei, certificando, pelo mesmo meio, que se trata de extrato fiel do que consta em seu banco de dados ou do documento digitalizado." (NR)

"Art. 417

§ 1º O depoimento será passado para a versão datilográfica quando houver recurso da sentença ou noutros casos, quando o juiz o determinar, de ofício ou a requerimento da parte.

§ 2º Tratando-se de processo eletrônico, observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 169 desta Lei." (NR)

"Art. 457.

§ 4º Tratando-se de processo eletrônico, observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 169 desta Lei." (NR)

"Art. 556.

Parágrafo único. Os votos, acórdãos e demais atos processuais podem ser registrados em arquivo eletrônico inviolável e assinados eletronicamente, na forma da lei, devendo ser impressos para juntada aos autos do processo quando este não for eletrônico." (NR)

Art. 22. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias depois de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.12.2006

Conforme se pode verificar pela análise dos quadros e texto acima:

- a) O homem aqui figura numa concepção quase técnica: signatário, usuário, autoridade certificadora, credenciado. Aparece como ser individual e capaz de utilizar um sistema de informática. Esse homem é um homem moderno, que usa a tecnologia para trabalhar, para alcançar (“saisir”) a justiça;
- b) O homem vem caracterizado por meio de suas ações de comunicação, e para isso procede a sua identificação, protocoliza, envia uma petição: um usuário e profissional, capacitado, que tem o direito, disponibilizado pela lei, de executar determinados atos da área jurídica;
- c) A execução de tais atos profissionais é aparelhada por ferramentas tecnológicas de um sistema de informática. E o objetivo desse sistema, além da uniformização de práticas do cotidiano adequadas ao Poder Judiciário, é apenas um: facilitar e tornar ágil, eficaz e rápido todo processo interposto e que tem como objetivo o alcance da justiça. Assim essa lei permite o alcance de uma justiça de forma mais ágil, visando ao atendimento das expectativas sociais que exigem um Poder Judiciário menos lento.

d) O enunciador desse texto de lei, diferente dos anteriores, está ao mesmo tempo explicitado e apagado: no caput da lei e no seu fecho vê-se que a lei foi publicada pela vontade do Presidente da República e pelo Ministro da Justiça. No entanto, cabe a eles apenas o papel de sancioná-la, sendo que a primeira vontade de realizar o que dispõe a lei não veio de nenhum deles. A lei foi a vontade dos juízes que fizeram a proposta de legislação e a apresentaram à Câmara dos Deputados. Como já foi dito anteriormente, é na lei que o *ethos* não mostrado tem a sua maior expressão: a proposta parte dos juízes (Poder Judiciário), segue para o Poder Legislativo, transforma-se em lei pela sanção do Presidente da República (Poder Executivo) e do Ministro da Justiça (Poder Executivo: importante observar que é o Ministro da Justiça que, à frente do Ministério da Justiça, sendo responsável por “garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, através de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade.”⁹⁶ Depois de publicada, a

⁹⁶ Segundo o portal do Ministério da Justiça:

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJAD82FBF6ITEMID3006FB374BA746898656440BE0410ADDPTBRNN.htm> Acesso em 26/12/2012

“Missão

O Ministério da Justiça tem por missão garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, através de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade.

Competências

O Ministério da Justiça, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

- I - defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;
- II - política judiciária;
- III - direitos dos índios;
- IV - entorpecentes, segurança pública, Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal e do Distrito Federal;
- V - defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;
- VI - planejamento, coordenação e administração da política penitenciária nacional;
- VII - nacionalidade, imigração e estrangeiros;
- VIII - ouvidoria-geral dos índios e do consumidor;
- IX - ouvidoria das polícias federais;
- X - assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados em lei;
- XI - defesa dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da administração pública federal indireta;
- XII - articulação, integração e proposição das ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de repressão ao uso indevido, do tráfico ilícito e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica;
- XIII - coordenação e implementação dos trabalhos de consolidação dos atos normativos no âmbito do Poder Executivo; e
- XIV - prevenção e repressão à lavagem de dinheiro e cooperação jurídica internacional.
- XV - política nacional de arquivos
- XVI - assistência ao Presidente da República em matérias não afetas a outro Ministério.

lei será de aplicada pelo Poder Judiciário, seu primeiro beneficiário, mas para favorecer aqueles que pedirem a prestação jurisdicional do Estado na solução de seus problemas.

- e) O item anterior mostra, de forma clara, como diferentes vozes representativas dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo se conjugam para a aprovação da nova lei. A polifonia existente aqui dá voz a uma das maiores expressões de justiça e de democracia na época atual.

Primeiras observações

O que há de comum nestes quatro documentos de lei?

- 1) Todos foram elaborados por um grupo menor representante de um grupo maior com o objetivo de melhorar o convívio do homem em sociedade
- 2) Todos os documentos foram propostos para regradar um certo desajuste – maior ou menor - nas relações já existentes entre os homens.
- 3) Todos os documentos afetam um grande número de indivíduos a partir de sua publicação, mudando as relações entre eles.

A partir de cada um desses documentos, os indivíduos que a eles ficam submetidos modificam seu perfil, seu status social e individual. Tornam-se mais revestidos de direitos, mas também sujeitos a obrigações mais definidas, pois para ter o direito à liberdade de religião, por exemplo, é necessário também respeitar a liberdade do outro na sua religião. É um homem que evolui, bem diferente do primeiro, que vivia em um mundo de poucos recursos e direitos. Este homem cresceu, ganhou importância e respectivamente atributos que lhe permitem exercer as suas prerrogativas em plenitude, protegido por leis nacionais e internacionais e por aparatos tecnológicos. A polifonia existente

nos textos reveste o *ethos* do enunciador de competência, mesmo que ele esteja apagado enquanto voz – ou porque ausente ou porque reduzido a um “nós” social. A vontade do enunciador se corporifica no texto de lei, cujo caráter coercitivo tem autoridade indubitável.

3.6. Análise de outros textos

São três os textos: o voto e parecer do Deputado José Roberto Batocchio, a justificação do Projeto de Lei 5828/2001 da Deputada Luiza Erundina e a nota oficial de 19.6.2002.

3.6.1. Voto e parecer do Deputado José Roberto Batocchio⁹⁷

O voto do Deputado Roberto Batocchio, relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, analisa a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, para depois seguir para a votação do plenário. A comissão tem diferentes atribuições. De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados em seu artigo 32, IV, ela é encarregada de examinar⁹⁸:

- a) aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;
- b) admissibilidade de proposta de emenda à Constituição;
- c) assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;
- d) assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça;
- e) matérias relativas a direito constitucional, eleitoral, civil, penal, penitenciário, processual, notarial;
- f) partidos políticos, mandato e representação política, sistemas eleitorais e eleições;
- g) registros públicos;
- h) desapropriações;
- i) nacionalidade, cidadania, naturalização, regime jurídico dos estrangeiros; emigração e imigração;

⁹⁷ Documento anexo IV. b.

⁹⁸ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1989/resolucaodacamaradosdeputados-17-21-setembro-1989-320110-publicacaooriginal-1-pl.html> em 02/12/2012.

- j) intervenção federal;
- l) uso dos símbolos nacionais;
- m) criação de novos Estados e Territórios; incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios;
- n) transferência temporária da sede do Governo;
- o) anistia;
- p) direitos e deveres do mandato; perda de mandato de Deputado, nas hipóteses dos incisos I, II e VI do art. 55 da Constituição; pedidos de licença para incorporação de Deputados às Forças Armadas;
- q) redação do vencido em Plenário e redação final das proposições em geral;

O levantamento das operações de referência revelou, no voto do deputado relator casos de:

- a) Sinonímia: “partes”, “advogados”, “interessados”;
- b) Pronominal: não há;
- c) Grupo nominal: não há;
- d) Extensiva direta: “Comissão de Legislação Participativa”, “Comissão de Constituição e Justiça e Redação”, “plenário”;
- e) Extensiva indireta: “acolhida”, “oportuna”, “conveniente”, “aprovação”.
- f) Embreante de pessoa: dêiticos de pessoa: “vislumbramos”, “precisarão”.

Tais fenômenos podem ser verificados conforme a análise do texto que segue abaixo:

- a) Primeiro parágrafo

PARECER DO DEPUTADO

PARECER E VOTO DO DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

RELATOR DO PROJETO DE LEI NA CCJR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 5.828, DE 2001

Dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências.

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Relator: Deputado José Roberto Batocchio

I-RELATÓRIO

A presente proposta, de autoria da Comissão de Legislação Participativa, pretende permitir o uso de meio eletrônico na comunicação de atos e na transmissão de peças processuais, tais como petições, recursos, cartas precatórias, etc. desde que os interessados se credenciem junto aos órgãos do Poder Judiciário.

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Primeiro parágrafo				
A presente proposta, de autoria da Comissão de Legislação Participativa,	Comissão= de homens	pretende	permitir o uso de meio eletrônico na comunicação de atos e na transmissão de peças processuais, tais como petições, recursos, cartas precatórias, etc.	
desde que os interessados	Interessados=homens	se credenciem credenciar=credenciados	junto aos órgãos do Poder Judiciário	

b) Último parágrafo

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação compete analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, sendo a apreciação final do Plenário da Casa.

É o Relatório.

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Último parágrafo do				

relatório				
A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação		Compete	analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito,	Comissão= formada por homens
		sendo	a apreciação final do Plenário da Casa.	Plenário da casa = grupo de deputados = homens

c) Primeiro parágrafo do voto

11-VOTO DO RELATOR

Não vislumbramos na Proposição vícios de natureza constitucional, de juridicidade ou de técnica legislativa.

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Primeiro parágrafo				
(Nós)= sujeito oculto		Vislumbramos	não (vislumbramos) na Proposição vícios de natureza constitucional, de juridicidade ou de técnica legislativa.	

d) Últimos parágrafos

No mérito, merece acolhida a Proposição.

Eis que é oportuna e conveniente, moderniza a tramitação processual, imprime celeridade, dessacraliza o processo, sem ferir os direitos e garantias das partes.

A adoção de meios eletrônicos trará, indubitavelmente, até mesmo maior conforto para os advogados e para as partes, uma vez que não mais precisarão deslocar-se até o tribunal para aforar petições, recursos etc.

Assim, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei no.5.828, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado José Roberto Batochio

Relator

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Ultimos parágrafos				
a Proposição.		merece	No mérito,(merece) acolhida	Acolhida=quem acolhe é a comissao =>homem
Eis que		é	oportuna e conveniente	Oportuna e conveniente para o sistema, para os homens
		moderniza	a tramitação processual,	
		imprime	celeridade,	
		dessacraliza	o processo,.	
		ferir	sem (ferir) os <u>direitos e garantias das partes</u>	Direitos e garantias das partes=dos homens
A adoção de meios eletrônicos.		trará	,indubitavelmente, até mesmo maior conforto para os advogados e para as partes,	Advogados, partes=homens
uma vez que		precisarão	não mais (precisarão) deslocar-se até o tribunal para aforar petições, recursos etc	Sujeito oculto Precisarão = eles = homens
Assim, nosso voto		é	pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº.5.828, de 2001.	

QUADRO RESUMO

Substantivo	Referente direto	Referente Indireto
-------------	------------------	--------------------

Comissão de legislação participativa		Acolhida
Comissão de constituição e justiça e de redação	Interessados	Oportuna e conveniente
Plenário da casa	Vislumbramos (nós)	
Partes= No processo= requerente/requerido=homens	Precisarão (eles=advogados)	Aprovação = quem aprova é a comissão
Advogados= homens		

De acordo com o que pode ser observado nas análises dos termos destacados, vê-se que:

- a) O homem se faz presente na sua individualidade pelo emprego de termos como “partes”, “advogados”, “interessados”. A referência também pode ser verificada, mesmo com o sujeito oculto, pelo emprego de dêiticos de pessoa, tal qual em “vislumbramos” e “precisarão”, o que mostra um afastamento do autor do texto que visa à impessoalidade. Apesar de o voto ser redigido por um deputado, ele é o responsável pela comissão que representa. É a ele que cabe dar a decisão final da análise a que foi submetido o projeto de lei.

O coletivo de homem vem expresso pelo termo “plenário”, que implica em homens reunidos para uma decisão. Alguns outros substantivos fazem referência a práticas que incluem julgamentos de valor, típicos do homem, e que somente ele pode emitir (“acolhida”, “oportuna”, “conveniente”, “aprovação”).

- b) Interessante notar a ausência de termos ou expressões que façam referência ao direito ou direitos do homem ou o acesso à justiça. Tal fato não afeta, entretanto, o conteúdo do voto. Convém ressaltar que os próprios termos Comissão de Legislação Participativa e Comissão de constituição e justiça e redação, por si só já contêm o necessário.
- c) A Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é aquela que recebe o projeto de lei da Comissão de Legislação Participativa - que por sua vez provém de um grupo social. Tem como anseio fazer aprovar uma lei e esta, por seu caráter intrínseco, interfere na ordem social. A existência de tal Comissão atesta uma preocupação com a forma e o conteúdo do projeto, pois ele tem que estar adequado à Constituição, além de proteger o cidadão e conforme ao princípio de justiça..

- d) As funções para as quais é designada a Comissão mostram que seu objetivo é cuidar para que a justiça seja feita, desde que respeitados os dispositivos constitucionais e os direitos de igualdade e liberdade atribuídos ao homem. Pode-se dizer que essa Comissão é a verdadeira guardiã do texto constitucional e de seus princípios.
- e) O enunciador aqui também é mostrado, pois consta o nome do Deputado como sendo o do relator do voto. Da mesma forma o *ethos* é reforçado pelo fato do Deputado ser presidente da Comissão. Nesse voto, no entanto, o enunciador cuida da proteção do homem, é um Deputado responsável pelo status de cidadania de outros homens.
- f) A polifonia se apresenta de forma implícita: o Deputado José Roberto Batochio é o presidente da Comissão, sendo assim a voz-síntese da voz de outros Deputados.

3.6.2. Justificação do Projeto de Lei 5828/2001 - Deputada Luiza Erundina⁹⁹

A partir do momento em que um projeto de lei é enviado à Câmara dos Deputados ele se submete a diversas análises, cujo objetivo é o de verificar se tal projeto está adequado à Constituição e se preenche os requisitos necessários aos fins que se destinam. Essa verificação visa, por exemplo, examinar se a lei, no momento em que passar a vigorar, tem condições de execução.

Conforme explica o glossário¹⁰⁰ do portal da Câmara dos Deputados uma comissão é um

Órgão integrado por [parlamentares](#), tendo composição partidária proporcional à da [Casa Legislativa](#), tanto quanto possível, e pode ter caráter permanente ou temporário. É [comissão permanente](#) quando integra a estrutura institucional e [comissão temporária](#) quando criada para apreciar determinado assunto, especial e de inquérito, ou para o cumprimento de missão temporária autorizada. A comissão temporária extingue-se ao término da legislatura, quando alcançado o fim a que se destina ou, ainda, quando expirado o seu prazo de duração.

⁹⁹ Documento anexo IV.c.

¹⁰⁰ <http://www2.camara.leg.br/glossario>. Acesso em 22.02.2012

Cada comissão após analisar os pareceres dos demais integrantes, emite sua opinião. A Comissão de Legislação Participativa que recebeu o anteprojeto da lei 11.419/2006 é composta por 18 membros titulares e igual número de suplentes. Sua primeira presidente, a deputada Luiza Erundina (PSB/SP), é quem emitiu ao final dos trabalhos de análise a justificativa do projeto de lei. Tal texto é o que será analisado aqui.

a) Primeiro parágrafo

DEPUTADA LUIZA ERUNDINA DE SOUZA

PRESIDENTE

JUSTIFICAÇÃO

Quando se trata da questão judiciária no Brasil, é consenso que os mais graves problemas se situam no terreno da velocidade com que o cidadão recebe a resposta final à sua demanda. A morosidade é, sem dúvida, o principal fato gerador de insatisfação com o serviço judiciário, como revelam todas as pesquisas realizadas sobre o assunto. Em 1993, em pesquisa de opinião coordenada pelo IBOPE, foi proposta a seguinte afirmação: "O problema do Brasil não está nas leis, mas na Justiça, que é muito lenta". Dos entrevistados, 87% consignaram suas concordâncias, 8% discordaram e 5% não souberam responder. Já em 1999, o jornal "O Estado de São Paulo"¹⁰¹ chegou a índices ainda mais elevados: 92% consideraram a Justiça muito lenta.

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Primeiro parágrafo				
		É	consenso	
(quando se)		se trata	da questão judiciária no Brasil	
que os mais graves problemas		Se situam	situam no terreno da velocidade	
Com que o cidadão.		Recebe	a resposta final à sua demanda	Sua= do cidadão

¹⁰¹ MARQUES, Hugo. 92% dos brasileiros consideram a Justiça lenta. O Estado de São Paulo, São Paulo, 24 mar. 1999.

A morosidade		É	sem dúvida, o principal fato gerador de insatisfação com o serviço judiciário,	
Como todas as pesquisas.		(foram)	realizadas sobre o assunto	
(pesquisas)		Revelam		
a seguinte afirmação		Foi proposta	Em 1993, em pesquisa de opinião coordenada pelo IBOPE	Quem tem opinião é o homem
:"O problema do Brasil que é muito lenta".		Está	não (está) nas leis, mas na <u>Justiça</u> ,	
Dos entrevistados, 87%.	entrevistados	consignaram	suas concordâncias,	
8%	entrevistados	discordaram		
e5%	entrevistados	souberam responder	Não (souberam responder)	
, o jornal "O Estado de São Paulo" ¹⁰²		Chegou	Já em 1999, a índices ainda mais elevados:	
92%	entrevistados	consideraram	a <u>Justiça</u> muito lenta.	

b) Parágrafo intermediário

Como se constata, a soma dos juízes que consideram a falta de INFORMATIZAÇÃO um fator "muito importante" ou "importante" alcança 92%. Evidentemente, a informatização aqui não se refere somente à aquisição de computadores para utilização como substitutos mais eficientes das velhas máquinas de datilografia. Aliás, este processo de substituição já se encontra concluído na imensa maioria das unidades jurisdicionais existentes no país. É necessário agora -simultaneamente ao término desta fase de aquisição de equipamentos nas unidades restantes -avançar em direção à integração de todos os atores que intervêm em um processo judicial (Varas, Ministério Público, Advocacia Pública, escritórios de Advocacia), de modo a que crescentemente os procedimentos judiciais utilizem ao máximo os avanços tecnológicos disponíveis.

O Congresso Nacional tem buscado trilhar este caminho.

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Parágrafo intermediário				
---	Sujeito indeterminado pela partícula se	Como se constata,	a soma dos juízes que consideram a falta de INFORMATIZAÇÃO um fator "muito importante" ou "importante" alcança 92%.	Juízes=homens 92% = dos juízes

¹⁰² MARQUES, Hugo. 92% dos brasileiros consideram a Justiça lenta. O Estado de São Paulo, São Paulo, 24 mar. 1999.

a informatização aqui	Aqui= lugar=>embreante	Se refere	Evidentemente, não (se refere) somente à aquisição de computadores para utilização como substitutos mais eficientes das velhas máquinas de datilografia.	Máquinas de datilografia => datilografia precisa de um homem
Aliás, este processo de substituição	Este= embreante de processo	Se encontra	já (se encontra) concluído na imensa maioria das unidades jurisdicionais existentes no país.	
		É	(necessário agora – simultaneamente ao término desta fase de aquisição de equipamentos nas unidades restantes) -avançar em direção à integração de todos os atores que intervêm em um processo judicial (Varas, Ministério Público, Advocacia Pública, escritórios de Advocacia),	Atores que intervêm= o que esta entre parênteses (MP, ADV, etc) mas são constituídos por homens
de modo a que crescentemente os procedimentos judiciais		utilizem	ao máximo os avanços tecnológicos disponíveis.	
O Congresso Nacional	Congresso nacional= deputados e senadores = homens	Tem buscado	Trilhar este caminho.	

Último parágrafo

Finalmente, merece ser destacado o grande benefício que, a médio prazo, o projeto trará ao Erário, seja com a diminuição de gastos, seja com a melhoria do funcionamento do sistema econômico em razão da maior eficiência do serviço jurisdicional.

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
Ultimo parágrafo				
o grande benefício		merece	Finalmente.(merece) ser destacado	
Que o projeto		Trará	a médio prazo, ao Erário, seja com a diminuição de gastos, seja com a melhoria do funcionamento do sistema econômico em razão da maior eficiência do serviço jurisdicional	

QUADRO RESUMO

Substantivo	Referente direto	Referente Indireto
Cidadão	Sua	Varas, Ministério Público, Advocacia Pública, escritórios de Advocacia, Congresso nacional
Entrevistados		Opinião
Juízes		Máquinas de datilografia
87% 8% 5% 92%		
Atores		

O levantamento das operações de reformulação revelou os seguintes casos:

- a) Sinonímia: “cidadão”, “entrevistados”, “juízes”, “atores”;
- b) Pronominal: não há
- c) Grupo nominal: não há
- d) Extensiva direta: não há
- e) Extensiva indireta: “Varas”, “Ministério Público”, “Advocacia Pública”, “escritórios de Advocacia”, “Congresso nacional”, “Máquinas de datilografia”, “insatisfação”, “serviço judiciário”, “pesquisa de opinião”, “concordância”, “eficiência”;
- f) Embreantes de pessoa: “sua” (demanda do cidadão)

Conforme se pode observar, em relação aos termos e expressões:

- a) O homem neste documento aparece sob duas perspectivas: em seu papel social individual, tal como em cidadão, entrevistados, juízes, atores. Mas aparece também na sua atuação junto aos órgãos ligados à execução da justiça como se pode ver pelo emprego dos termos Varas, Ministério Público, Advocacia Pública, escritórios de Advocacia, Congresso Nacional. Interessante notar a presença da expressão máquinas de datilografia, que como instrumento de execução liga o homem ao seu trabalho e ao mesmo tempo denota a lentidão dos serviços diante de um teclado de computador.
- b) Encontra-se nesse texto o uso do embreante sua, que se refere à demanda do cidadão, a fim de dar ênfase ao que mais importa: o uso de tecnologia acelera o acesso à justiça, visto que a demanda é grande e o sistema é lento.
- c) Há um apagamento total da expressão de vontade individual da deputada, que emprega a marca de indeterminação do sujeito (se) a fim de colocar em destaque o que mais importa: o projeto. No entanto esse distanciamento não ofusca que o maior interesse é que o projeto seja aprovado pelos deputados que devem votar a favor a fim de que ele se converta em lei;
- d) O enunciador nesse texto, diferente dos anteriores, pode ser identificado, mesmo que se apague pela indeterminação do sujeito: é a Deputada Luiza Erundina, como se pode ler no topo e no fecho do documento. Seu *ethos* é validado pela função que ocupa como Presidente da Comissão de Legislação Participativa e pela polifonia presente.
- e) O fato de existir uma Comissão de Legislação Participativa indica a polifonia existente nesse texto, pois traduz a possibilidade da sociedade

de participar do processo legislativo, propondo um projeto de lei. Também se constata pela figura da Deputada, integrante da Câmara dos Deputados, que analisa o anteprojeto de lei. Sua justificação representa a vontade de todos os outros deputados, pois ela é a presidente da Comissão.

- f) O texto da deputada revela a importância do projeto de lei, ao expor a necessidade de um Poder Judiciário mais eficaz. É interessante observar que a justificação favorável se faz por meio dos resultados de pesquisas elaboradas, cujo objetivo é saber o que pensam os entrevistados, homens que se servem da justiça e a julgam ineficaz: os quadros publicados mostram os homens que estão por trás dos resultados e suas respectivas opiniões.

3.6.3. Nota Oficial

A designação de Nota Oficial, segundo o manual de redação da Câmara dos Deputados,

pode ser empregada somente quando se referir a comunicado emitido por autoridade. No caso de empresa particular ou pessoa física, é emitida nota à imprensa ou comunicado, nunca nota oficial.¹⁰³

À época da edição do livreto da Associação dos Juízes Federais (AJUFE), onde esse documento está impresso, o nome de Nota Oficial foi dado ao documento que lá figura. Hoje o termo já foi substituído por Nota Pública.

Em relação a seus objetivos,

Desde sua fundação, a Ajufe tem atuado na elaboração e acompanhamento de projetos do interesse do Poder Judiciário, na realização de seminários e eventos e na disseminação de ideias, propostas e princípios da magistratura federal. A atuação em questões políticas e sociais também tem estado

¹⁰³ <http://www2.camara.leg.br/glossario> Acesso em 22.12.2012

presente ao longo dos 30 anos de existência. Congregar os juízes federais para realizar uma efetiva troca de experiência e ideias.¹⁰⁴

Hoje na página da Associação dos Juízes Federais (AJUFE) foram inseridas informações complementares, que mostram sua atuação junto à sociedade:

A Ajufe foi a primeira entidade do País a apresentar projeto de lei à então recém-criada Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados, com uma proposta para normatizar a informatização do processo judicial que, em 19 de dezembro de 2006, se transformou na Lei nº 11.419/2006.

A gestão de **Paulo Sérgio Domingues**, 10º presidente, que atuou no período de junho de 2002 a junho de 2004, enfrentou algumas turbulências. Em 2002, uma tentativa de aprovar a reforma do Judiciário no Senado com um texto prejudicial à Justiça Federal fez com que a Ajufe mobilizasse juízes de todo o País. A mobilização durou todo o período da gestão.¹⁰⁵

Mesmo como entidade civil a AJUFE não deixa de ser representante das vontades dos membros do Poder Judiciário. Diante da necessidade de se manifestar junto da opinião pública para se defender das críticas da Ordem dos Advogados do Brasil, o meio adequado encontrado para tanto foi a nota oficial, a fim de que o pensamento daqueles que pertencem ao Poder Judiciário e que defendem a melhoria do próprio órgão, tivesse a autoridade compatível com o que exigia o momento para que o projeto de lei fosse, enfim, aprovado.

Na Nota Oficial foram encontrados termos e expressões que fazem referência ao homem nas seguintes formas:

- a) Sinonímia: “presidente” (AJUFE), “juiz”, “Paulo Sérgio Domingues”, “presidente” (CI-OAB), “advogado(s)”, “Domingues”, “profissionais”, “Tribunais”, “responsáveis”, “autor”;
- b) Pronominal: não há;

¹⁰⁴ http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=70202 Acesso em 18.09.2012

¹⁰⁵ http://www.ajufe.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1403&Itemid=67 Acesso em 26.12.2012

- c) Grupo nominal: não há;
- d) Extensiva direta: “Associação dos Juízes Federais do Brasil”, “AJUFE”, “Comissão de Informática”, “OAB”, “Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados”, “impedidos”, “excluídos”, “responsáveis”, “categoria”;
- e) Extensiva indireta: “unanimidade”, “corporativismo”, “análise”, “resistência”, “medo”, “justiça”, “morosidade”, “Judiciário”, “crítica”, “violação”, “segurança jurídica”, “autonomia”, “credenciamento”, “profissão”, “cadastros”, “segurança”, “assinatura”, “petição”, “fraude”, “rastreamento”.
- f) Embreante de pessoa: “nos”, “nossa”; dêiticos de pessoas : “lamentou”, “destacou”, “-lo”, “ela” .

É no texto da Nota Oficial, que segue abaixo, que se pode observar tais reformulações do termo homem:

a) Primeiro parágrafo

NOTA OFICIAL DE 19.06.02

Brasília, 19 de junho de 2002

Informatização do Processo Judicial:

Reação da OAB é corporativa e medo do novo, rebate Ajufe o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), juiz Paulo Sérgio Domingues, rebateu enfaticamente a nota divulgada ontem pelo presidente da Comissão de Informática da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo, Marcos da Costa, apontando equívocos jurídicos e tecnológicos no Projeto de Informatização do Processo Judicial apresentado pela Ajufe ao Congresso. O projeto de lei, que regulamenta a transferência de informações judiciais por meio eletrônico, foi aprovado na íntegra e por unanimidade no último dia 11 pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ-R) da Câmara dos Deputados. "Infelizmente, o corporativismo está impedindo uma análise mais global e cuidadosa da nossa proposta", lamentou.

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
---------	-----------	-------	-------------	-----------

Primeiro parágrafo				
o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), juiz Paulo Sérgio Domingues,	Presidente= associação= juiz = Paulo= homem	rebateu	rebateu enfaticamente a nota divulgada ontem pelo presidente da Comissão de Informática da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo, Marcos da Costa,	Presidente=>comissão=> OAB=> Marcos=homem
(a nota)		apontando	equívocos jurídicos e tecnológicos no Projeto de Informatização do Processo Judicial apresentado pela Ajufe ao Congresso.	Ajufe=associação
O projeto de lei,		(que) regulamenta	a transferência de informações judiciais por meio eletrônico,	
(o projeto)		foi	aprovado na íntegra e por unanimidade no último dia 11 pela Comissão de Constituição, <u>Justiça</u> e Redação (CCJ-R) da Câmara dos Deputados.	Comissão Unanimidade
o corporativismo	Corporativismo=> corporações dirigidas por homens	está	"Infelizmente, impedindo uma análise mais global e cuidadosa da nossa proposta",	Nossa= dêitico de pessoa Análise
(o juiz)	dêitico de pessoa: lamentou	lamentou		

b) Segundo parágrafo

Para Domingues, a resistência ao projeto é injustificada. "É o medo do novo apresentando-se como desculpa para impedir a evolução da Justiça. Isso nos espanta, especialmente numa época de críticas à morosidade do Judiciário, quando imagina-se que os advogados apoiem a busca de soluções. Aliás, a crítica da OAB/SP é a única que se viu até o momento", destacou. Segundo o presidente da Ajufe, o projeto de Informatização do Processo Judicial não representa qualquer violação à autonomia do advogado nem riscos à segurança jurídica, como acusa a OAB. "O credenciamento dos profissionais junto aos tribunais não tem a função de autorizar o advogado a exercer a profissão, mas apenas de autorizá-lo a utilizar o meio eletrônico para receber intimações e enviar petições", esclarece. Este credenciamento, aponta Domingues, não favorece o exercício ilegal da profissão ou a atuação de profissionais excluídos dos quadros da entidade. "Ao contrário, ele permite aos tribunais -que são os responsáveis, na prática, pelo impedimento do exercício ilegal da profissão -atualizar com maior agilidade seus cadastros de advogados temporariamente impedidos de advogar ou excluídos da OAB. É um fator de proteção à categoria".

Segundo paragrafo				
SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
,a resistência ao projeto	Resistência	É	Para Domingues (é) injustificada	Domingues=juiz
	Sujeito inexistente	É	o medo do novo	Medo= do homem
	Índice de indeterminação do sujeito	apresentando-se.	como desculpa para impedir a evolução da <u>Justiça</u> .	<u>justiça</u>
Isso		Espanta	nos (espanta), especialmente numa época de críticas à morosidade do Judiciário,	Nos=dêitico de pessoa morosidade Judiciário
(quando)		Se imagina	Que	
os advogados	Advogados = homens	Apoiem	a busca de soluções	Soluções = do homem
Aliás, a crítica da OAB/SP	OAB Crítica= do homem	É	única que se viu até o momento"	
	Dêitico de pessoa: destacou	destacou.		
o projeto de Informatização do Processo Judicial		(não) representa	Segundo o presidente da Ajufe, não (representa) qualquer violação à autonomia do advogado nem riscos à segurança jurídica,	Presidente ,Ajufe, Advogado=homem Violação= da regra Segurança jurídica= quem sente é o homem Autonomia= do homem
Como a OAB		Acusa		
"O credenciamento dos profissionais junto aos tribunais	Credenciamento= do homem Profissionais= homens	(não) tem	Não (tem) a função de autorizar o advogado a exercer a profissão,	Advogado Profissão
mas (ele)		(tem)	(a função) apenas de autorizá-lo a utilizar o meio eletrônico para receber intimações e enviar	lo dêitico de pessoa = o advogado

			petições", esclarece	
Domingues	Domingues	aponta (Domingues)		
Este credenciamen- to,		(não) favorece	não (favorece) o exer- cício ilegal da profissão ou a atuação de pro- fissionais excluídos dos quadros da entidade.	Profissão Profissionais excluídos
"Ao contrário, ele		Permite	aos tribunais -atualizar com maior agilidade seus cadastros de advogados temporariamente impedidos de advogar ou excluídos da OAB.	Cadastros Advogados impedidos ou excluídos
Que (os tribunais)	Tribunais homens =	São	os responsáveis, na prática, pelo impedimen- to do exercício ilegal da profissão	Responsáveis = homens
(Isso)		É	um fator de proteção à categoria".	Categoria=>de profissionais=> homens

c) Último parágrafo

Quanto à segurança do meio eletrônico, Domingues lembra à OAB/SP que o sistema informático é muito mais seguro que o atual. "Ou será que ela imagina que um falso advogado tenha mais dificuldade em falsificar um papel timbrado e uma assinatura em petição convencional, do que em fraudar todo um sistema de segurança eletrônico, que permite inclusive o rastreamento do autor de eventuais tentativas de fraude?"

SUJEITO	REFERENTE	VERBO	COMPLEMENTO	REFERENTE
último parágrafo				
Quanto à segurança do meio eletrônico, Domingues	Domingues segurança	Lembra	à OAB/SP	OAB=advogados
que o sistema informático é		É	muito mais seguro que o atual.	Seguro=seguran- ça
"Ou será que ela	Ela = OAB dêitico de pessoa?	Imagina		
que um falso advogado		Tenha	mais dificuldade em falsificar um papel timbrado e uma assinatura em petição convencional,	Falsificar Assinatura

				Petição
Do que		(tenha)	(dificuldade) em fraudar todo um sistema de segurança eletrônico,	Fraudar=fraude segurança
Que (o sistema)		Permite	permite inclusive o rastreamento do autor de eventuais tentativas de fraude?"	Rastreamento Autor fraude

QUADRO RESUMO

Substantivo	Referente direto	Referente Indireto
Presidente (Ajufe)	Nos (pron COD)	unanimidade
Associação dos Juízes Federais do Brasil	Nossa	corporativismo
Ajufe	Desinência verbal= dêitico de pessoa=lamentou	análise
Juiz	Desinência verbal= dêitico de pessoa=destacou	Resistência
Paulo Sérgio Domingues	COD== dêitico de pessoa=lo	Medo
Presidente (OAB)	Impedidos	<u>justiça</u>
Comissão de Informática	Excluídos	morosidade
OAB	Responsáveis	Judiciário
Comissão de Constituição, <u>Justiça</u> e Redação da Câmara dos Deputados		Crítica
Advogado(s)		Violação
Domingues		Segurança jurídica
Profissionais		autonomia
Tribunais		credenciamento
Responsáveis		Profissão
Categoria		
Autor		cadastros
Ela		segurança
		Assinatura
		Petição
		Fraude
		Segurança
		rastreamento

A observação dos elementos referenciados revelou que:

- a) Há um apagamento do enunciador que emite a Nota Oficial no texto, o juiz Paulo Sérgio Domingues, que é presidente da AJUFE. Esse apagamento se faz pelo emprego de diferentes formas de tratamento na terceira pessoa do singular (ele). No entanto a Nota Oficial, se não for de sua autoria será feita sob sua autorização expressa, pois ele é o presidente da entidade.

Esse apagamento é bastante relevante, pois ao mesmo tempo em que o juiz se afasta de si para dar credibilidade ao que se expõe no texto, ele reafirma seu *ethos*. Além disso, o afastamento do “eu” reforça a figura do homem que está atrás do presidente da associação, devido ao emprego de seu sobrenome para se proceder à referência. Esse contexto reforça a figura do homem que é ao mesmo tempo cidadão, juiz e representante de seus pares.

- b) As outras referências que são realizadas se referem aos pares profissionais, seja sob a forma individual tal como em responsáveis ou autor, ou sob a forma de expressões que indicam coletivos, tal como associação, comissão, categoria.
- c) A maior parte dos referentes indiretos funciona como qualificadores positivos ou negativos das partes em questão (homens a favor e homens contra a aprovação do projeto de lei) como se pode ver em “autonomia”, “justiça”, “segurança jurídica”, “credenciamento” em oposição a “corporativismo”, “resistência”, “medo”, “morosidade”, “violação”, “fraude”. Esse mecanismo de qualificação/desqualificação das partes é típico de um texto que tem como objetivo argumentar e dirigir a opinião de seu auditório-enunciatário.
- d) A polifonia nesse texto se realiza de duas formas. Ela se apresenta pelo efeito de resposta que o texto tem: a Nota Oficial é uma resposta à crítica da OAB, como o próprio texto relata. Portanto além do dialogismo, se verifica a presença de uma segunda voz. A voz da OAB no texto é relatada, portanto, está presente. A polifonia também se realiza pela

fusão de vozes, na voz do Dr. Paulo Sérgio Domingues: a voz do homem que acredita no que defende; a voz do presidente da Associação dos Juízes Federais, representante de seus pares; a voz de um membro do Poder Judiciário que tem outros juízes ao seu lado, e portanto, representa esse Poder.

- e) A polifonia, em conjunto com o dialogismo, confere ao *ethos* do enunciador uma força extraordinária. Essa força, aliada às estratégias argumentativas de valorização própria e desvalorização do “adversário”, é a estratégia ideal para vencer o debate e convencer todo e qualquer enunciatário de que o enunciador tem razão.

Segundas Observações

Após as análises dos quatro textos que são textos jurídicos mas que não são textos de lei pode-se observar o seguinte:

- a) Em relação ao subgênero a que pertencem, conforme já se apresentou anteriormente, o voto e a justificção pertencem ao subgênero jurídico legislativo e a nota oficial ao subgênero jurídico jornalístico.
- b) Esses três textos têm em comum o fato de expressarem a opinião de um enunciador (Deputada Luiza Erundina, Deputado Roberto Batochio e juiz Paulo Sérgio Domingues) que foi eleito para o cargo que ocupa (deputado, relator e presidente das comissões e presidente da AJUFE respectivamente) no momento em que emite sua opinião.
- c) O fato de haver um apagamento mais ou menos pujante não isenta a condensação que se faz, na figura de cada um, da presença de diversos *ethos* integrados pelos papéis sociais que cada um representa individualmente.

- d) O indivíduo homem que é cidadão, e que exerce seus direitos sociais, de forma mais incidente, sobretudo pelo fato de se fazer eleger pelo povo como seu representante, se reveste de poder e se integra ao poder legislativo, no caso dos deputados.

Já em relação ao juiz, há uma fusão da entidade civil, representada pelo seu presidente, ao Poder Judiciário. A autoridade conferida pelo cargo de juiz se avulta pela representatividade que decorre do fato dele falar em nome do grupo de juízes federais, que são os responsáveis pela defesa do que reza a Constituição Federal.

- e) O homem representante se funde ao poder que representa, legislativo ou judiciário, e se reveste da autoridade necessária durante a emissão de sua opinião, apoiado em dados de pesquisa e pelo próprio status profissional, com o objetivo de fazer valer a sua opinião.

Após as observações dos dois conjuntos de documentos pode-se fazer uma redução de cada um dos documentos apresentados conforme o modelo abaixo:

DOCUMENTO
A- ENUNCIADOR
<i>Ethos</i>

Local do <i>ethos</i>		
B- ENUNCIADO		
Sujeito de direito	Sujeito gramatical	
Objeto de direito	Objeto gramatical	
C- ARGUMENTO		
Valor	Concreto	abstrato
hierarquia	Quantitativo	qualitativo

ANÁLISE DDHC 1789		
A- ENUNCIADOR		
Ethos O POVO FRANCES		
Local do ethos ASSEMBLEIA NACIONAL FRANCESA		
B- ENUNCIADO		
Sujeito de direito HOMENS FRANCESES, CIDADÃOS	Sujeito gramatical REPRESENTANTES DO POVO FRANCES	
Objeto de direito O HOMEM E O CIDADÃO	Objeto gramatical DIREITOS (DO HOMEM E DO CIDADÃO)	
C- ARGUMENTO		
Valor DIREITO À LIBERDADE E IGUALDADE	Concreto PELO DOCUMENTO ESCRITO INTEGRADO POSTERIORMENTE À CONSTITUIÇÃO	Abstrato PELO CONTEÚDO
Hierarquia INTEGRADO A CONSTITUIÇÃO DOCUMENTO INTERNO	Quantitativo ATINGE TODA A POPULAÇÃO FRANCESA	Qualitativo CONFERE A QUALIDADE AO HOMEM DE SER PROTEGIDO NO AMBITO NACIONAL

ANÁLISE DUCH 1948		
A- ENUNCIADOR		
Ethos AS NAÇÕES DA ONU		
Local do ethos ASSEMBLEIA GERAL DA ONU		
B- ENUNCIADO		
Sujeito de direito HOMENS DO MUNDO TODO	Sujeito gramatical REPRESENTANTES NA ASSEMBLEIA	
Objeto de direito TODO HOMEM NO MUNDO	Objeto gramatical DIREITOS UNIVERSAIS (DO HOMEM)	
C- ARGUMENTO		
Valor PROTEÇÃO AMPLA DOS DIREITOS À LIBERDADE E IGUALDADE	Concreto PELA ASSINATURA DO DOCUMENTO QUE É RATIFICADO	Abstrato PELO CONTEÚDO E OUTROS TRATADOS QUE DELE PODEM DECORRER
Hierarquia TEM STATUS DE TRATADO INTERNACIONAL	Quantitativo ASSINADO POR 48 PAISES HOJE É ASSINADO POR QUASE TODOS OS NTEGRANTES DA ONU	Qualitativo CONFERE A QUALIDADE AO HOMEM DE SER PROTEGIDO NO AMBITO INTERNACIONAL

ANÁLISE CF88		
A- ENUNCIADOR		
Ethos POVO BRASILEIRO		
Local do <i>ethos</i> CONGRESSO NACIONAL		
B- ENUNCIADO		
Sujeito de direito BRASILEIROS E ESTRANGEIROS	Sujeito gramatical NÓS REPRESENTANTES DO POVO BRASILEIRO	
Objeto de direito DIREITOS E DEVERES DOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS	Objeto gramatical O ESTADO E A SOCIEDADE	
C- ARGUMENTO		
Valor DIREITOS E DEVERES	Concreto PODERES QUE EXECUTAM A LEI	Abstrato IGUALDADE, LIBERDADE, JUSTIÇA
Hierarquia LEI INTERNA QUE INTEGRA LEIS INTERNACIONAIS	Quantitativo TODA A POPULAÇÃO QUE RESIDE NO PAÍS	Qualitativo REGULA A VIDA DO ESTADO E DOS HOMENS

ANÁLISE LEI 11.419/2006		
A- ENUNCIADOR		
Ethos PODER EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO		
Local do ethos BRASILIA, PRESIDÊNCIA, CASA CIVIL		
B- ENUNCIADO		
Sujeito de direito USUÁRIOS DA JUSTIÇA	Sujeito gramatical PODER JUDICIÁRIO	
Objeto de direito CIDADÃO	Objeto gramatical INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO	
C- ARGUMENTO		
Valor JUSTIÇA PARA TODOS	Concreto A INFORMATIZAÇÃO	Abstrato CELERIDADE
Hierarquia LEI INTERNA INFRACONSTITUCIONAL	Quantitativo TODOS OS QUE SE SERVEM DO PODER JUDICIÁRIO	Qualitativo REGULA O FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

ANÁLISE VOTO DO DEPUTADO ROBERTO BATOCCHIO		
A- ENUNCIADOR		
Ethos PODER LEGISLATIVO COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO		
Local do ethos PODER LEGISLATIVO CÂMARA DOS DEPUTADOS		
B- ENUNCIADO		
Sujeito de direito LEI 11.419/2006	Sujeito gramatical A COMISSÃO= NÓS	
Objeto de direito APROVAÇÃO DA PROPOSTA OU PROJETO DE LEI	Objeto gramatical A PROPOSTA OU PROJETO DE LEI	
C- ARGUMENTO		
Valor ADMISSIBILIDADE	Concreto CAMARA DOS DEPUTADOS	Abstrato COMPETENCIA DA COMISSÃO
Hierarquia VOTO DECISIVO	Quantitativo A CAMARA DOS DEPUTADOS	Qualitativo APROVAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO DE LEI 5828/2001 DEPUTADA LUIZA ERUNDINA		
A- ENUNCIADOR		
Ethos PODER LEGISLATIVO COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		
Local do ethos PODER LEGISLATIVO CAMARA DOS DEPUTADOS		
B- ENUNCIADO		
Sujeito de direito CIDADÃOS		Sujeito gramatical O BRASIL
Objeto de direito O ANDAMENTO DOS PROCESSOS		Objeto gramatical A INFORMATIZAÇÃO
C- ARGUMENTO		
Valor ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA	Concreto PODER JUDICIÁRIO	Abstrato AGILIDADE
Hierarquia VOTO DECISIVO	Quantitativo A CAMARA DOS DEPUTADOS	Qualitativo APROVAÇÃO

ANÁLISE DA NOTA OFICIAL		
A- ENUNCIADOR		
<i>Ethos</i> AJUFE (PARTE DO PODER JUDICIÁRIO)		
Local do <i>ethos</i> AJUFE BRASILIA		
B- ENUNCIADO		
Sujeito de direito LEI 11.419/2006	Sujeito gramatical	
Objeto de direito APROVAÇÃO DA PROPOSTA OU PROJETO DE LEI	Objeto gramatical A PROPOSTA OU PROJETO DE LEI	
C- ARGUMENTO		
Valor APROVAÇÃO E EFICÁCIA X REPROVAÇÃO	Concreto CONGRESSO NACIONAL E PODER JUDICIÁRIO X OAB	Abstrato EFICÁCIA E CREDIBILIDADE X MEDO E DIFICULDADE
Hierarquia ASSOCIAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS X OAB	Quantitativo PARTE DO PODER JUDICIÁRIO X ADVOGADOS	Qualitativo APROVAÇÃO X REPROVAÇÃO

3.7.Resultado das análises

O que se constatou com as análises dos documentos foi uma evolução do conceito de homem, igualdade, liberdade e justiça. A evolução revela os traços do dialogismo, da polifonia assim como a evolução dos conceitos de direito, liberdade, igualdade e justiça. As considerações que seguem são mostradas, respeitando-se a ordem cronológica de publicação de cada documento.

Na DUDH de 1789 a presença do termo homem se caracteriza como pertencente a um grupo, como representante do povo francês, parte da assembleia. Sua caracterização aborda a perspectiva do indivíduo, membro da sociedade, cidadão tomado na sua individualidade diante de outrem. Esse homem é o mesmo que foi concebido pelo Iluminismo e que foi definido na Encyclopédie como sendo¹⁰⁶:

« un être sentant, réfléchissant, pensant, qui se promène librement sur la surface de la terre, qui paroît être à la tête de tous les autres animaux sur lesquels il domine, qui vit en société, qui a inventé des sciences et des arts, qui a une bonté et une méchanceté qui lui est propre, qui s'est donné des maîtres, qui s'est fait des lois, etc. »

Esse homem de 1789 evolui com duas Grandes Guerras Mundiais, e percebe que governos e constituições muitas vezes não são suficientes para a sua proteção. Assim decidem fundar a Organização das Nações Unidas e em 1948 promulgam a DUDH. Nessa declaração a liberdade, a igualdade e o direito à vida são declarados primordiais e todos os signatários se comprometem a proteger o homem. Esse homem ganha dessa forma proteção e se torna sujeito de direitos universais.

O homem da Constituição Federal brasileira de 1988 é um homem que se vê diante da liberdade política que lhe tinha sido suprimida, bem como outros direitos, inclusive o da vida, pelo regime autoritário militar que vigorou no

¹⁰⁶ENCYCLOPÉDIE vol 8 em 02/12/2012 :
http://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/Volume_8#HOMME

país entre os anos 60 e 80. Por isso esse homem tem seus direitos bem detalhados pelo artigo 5º que possui setenta e oito incisos atualmente. A Constituição Federal de 1988 protege o homem auferindo-lhe diversos direitos individuais, políticos e sociais.

O homem que **não** aparece na lei 11.419/2006 da Informatização Judicial é o seu beneficiário direto, pois através do que estabelece a lei, todo o sistema do Poder Judiciário poderá ser informatizado, tornando a justiça ágil e permitindo um maior acesso dos cidadãos aos recursos que o Poder Judiciário lhe oferece para fazer valer seus direitos.

O voto do Deputado José Roberto Batochio e a justificção da Deputada Luiza Erundina são a expressão da democracia e do controle que o próprio cidadão faz do sistema legislativo do País. Ao aprovar o projeto da lei de informatização judicial os deputados representam não só a opinião técnica da comissão, mas a vontade de seus eleitores.

O homem representado na Nota Oficial é o que representa melhor a expressão da democracia brasileira e da modernidade do sistema de governo. Pois ao se verificar a fusão do juiz, que representa o Poder Judiciário e também seus colegas juizes como presidente da Associação que enviou o projeto de lei ao Poder Legislativo, percebe-se uma circularidade que beneficia aparentemente o próprio Poder Judiciário, cujos benefícios serão colhidos pelos usuários da justiça, isto é, os homens, sejam eles advogados, funcionários ou partes de um processo. Esse mecanismo, que permite uma maior igualdade entre os homens, visto que os processos poderão ser julgados mais rapidamente, não havendo hesitação em se recorrer a um Poder Judiciário lento, poderia ser assim representado:

Esse homem reformulado e distante historicamente da definição proposta por Diderot e D'Alembert, no entanto, é hoje bem mais próximo do homem ideal proposto pelos dois enciclopedistas do que o homem de 1751, quando foi publicado seu primeiro volume. Ao longo do tempo o consenso sobre alcançar justiça deixou de ser ideal para se tornar real, pois é um valor partilhado pela sociedade.

O texto constitucional brasileiro preserva a identidade individual, social, econômica, política e cultural do homem, ao mesmo tempo em que o coloca sob a proteção de tratados relativos ao direito do homem e também dos tratados internacionais assinados pelo Brasil.

O fato de o texto constitucional conter, no seu artigo 5º., na parte que trata das direitos e garantias fundamentais, a previsão para uma prestação célere dos serviços de administração pública e da justiça, num inciso acrescido em 2004 através da Emenda Constitucional nº 45, isto é, quinze anos após a

publicação do texto primeiro, indica a flexibilidade para a solução de novos problemas e o enfrentamento de desafios. Isso explica o perfil do Brasil diante da comunidade internacional e o destaque que o país recebe nas relações externas.¹⁰⁷

¹⁰⁷ De acordo com o que expõe Paulo Borba CASELLA (2008:298), em direito internacional, pós-moderno”como, ademais, se verifica em qualquer ramo do conhecimento humano, deve acontecer a inevitável combinação entre técnica, espírito e utopia” É exatamente isso o que a lei 11.419/2006 permite ao possibilitar a informatização do sistema do Poder Judiciário para acelerar a prestação jurisdicional ao cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se efetuar as análises dos textos, de acordo com o fenômeno da reformulação, o que se verificou é que havia conceitos em destaque dentro dos textos do corpus, conceitos esses que não são exatamente os mesmos nos diferentes textos.

A proposta desta tese era a de responder a alguns questionamentos referentes ao homem, considerada a questão da transversalidade do tema, a fim de se perceber se o homem que estava na primeira declaração de direitos é o mesmo homem do século XXI. Também se pretendeu saber se os conceitos formulados de direitos, justiça, igualdade, liberdade continuavam válidos, tal qual foram postos há mais de dois séculos e se deixavam rastros em outros documentos jurídicos. No caso de ter havido mudanças, a intenção era a de saber quais foram elas e por que ocorreram. Outra questão que se pretendeu tratar era a de saber se era possível a interferência de um sistema jurídico em outro e em caso afirmativo, como isso se processava, como se verificava e como se justificava. Por último havia a intenção de se proceder a uma classificação dos textos jurídicos, levando-se em consideração a questão do gênero.

Em função do quadro teórico apresentado e das noções estudadas, a que pareceu mais importante, além do princípio dialógico e polifônico que regem os textos, foi a noção de *ethos*, percebida por meio da análise dos textos. Tomado como expressão do EU do orador diante de um auditório a fim de formar uma impressão sobre este e defender seu argumento, é o *ethos* que mais se destaca nos excertos examinados.

Dentro da Nova Retórica perelmaniana o *ethos* se constrói, formando-se a partir de uma lógica apoiada pela razão, sempre considerando o que é justo, o que é razoável. Também se fortalece na medida em que é retomado e transformado de um documento para o outro. O homem, enquanto sujeito de direito, surge no primeiro texto, se reforça (“todo homem tem direito à justiça”) e se apaga na medida em que alcança uma parte do que almeja, desaparecendo materialmente do texto escrito, pois torna-se titular do direito de receber (ser

contemplado) por uma justiça célere. Mesmo que ainda longe do ideal o homem do século XXI é detentor de um *ethos* bem mais forte do que o homem de três séculos atrás.

O orador ou enunciador, ao entrar em contato com o enunciatário (auditório), expõe o seu argumento. Este processo se apresenta aqui pelos textos escritos que se dirigem, pelo seu conteúdo, a um auditório já determinado. Esses textos representam um resultado do seu processo de produção, pois antes de sua redação final houve uma reflexão e, em alguns casos, debate.

Isso implica dizer que o enunciador tem um projeto delineado de apresentação de seu(s) argumento(s). Esse projeto se revela no texto na medida em que o enunciador mostra sua intenção e modifica e transforma esse argumento a fim de adaptá-lo às suas necessidades. A intenção do enunciador é persuadir seu auditório e, ao fazer isso, também revela e constrói seu *ethos*.

O argumento que precede os outros é o de autoridade, que é inerente ao discurso jurídico, pois é consequente do gênero e subgêneros dos textos. Isto ocorre porque uma declaração com efeitos jurídicos e neste caso ambas, a DDHC1789 e a DUDH1948, além de declararem seu conteúdo também explicam e estabelecem parâmetros. A constituição, por sua vez, além de declarar e estabelecer, organiza a vida das pessoas e do sistema político, econômico e social, assim como a lei federal.

O voto do deputado José Roberto Batocchio e a justificção da Deputada Luiza Erundina, são de caráter decisório e justificativo e por isso também estabelecem, explicam, declaram que o projeto de lei deve ser aprovado. Por fim a nota oficial é uma declaração que rebate um argumento, defendendo a crítica da sua proposta de lei.

A persuasão se concretiza, no caso das declarações, constituição e lei, pelo seu caráter oficial e de aplicação: os textos-resultados são publicados e referendados pelo(s) país(es) a que se destinam. Isto resulta da autoridade que é conferida ao *ethos* do qual se revestiu cada enunciador.

Em relação aos votos isso ocorre em razão do caráter funcional dos deputados que devem dar um parecer, neste caso favorável, pois cabe ao deputado julgar o projeto de lei em seus diferentes aspectos. Isto também se aplica na Nota Oficial, cujo caráter é também funcional, cabendo ao presidente da Associação dos Juízes Federais responder à crítica feita pela OAB ao projeto de lei.

O caráter dos documentos é, portanto, de obrigatoriedade. Obrigatoriedade por parte do orador-enunciador que apresenta um documento que é consenso e que está autorizado a publicar.

Esses documentos apresentam ainda uma imagem do enunciador-orador. Essa imagem é diacrônica (ambivalente), pois de um lado apresenta o que é resultado da obrigação, e que, por conseguinte, não poderia deixar de ser feito. Por outro lado não há como dizer que não existe um direcionamento do *ethos* do enunciador.

Todos os documentos apresentados são de caráter político-social e, portanto, reproduzem um *ethos* que é direcionado por um vetor ideológico que se ajusta ao tempo histórico e à necessidade, mas de autoridade indubitável. É o *ethos* que conduz o enunciatário ao caminho escolhido para atingir o objetivo do enunciador, que é fazer com que se concretize o que está disposto nos documentos. Para tanto os enunciados precisam de clareza convincente em seu conteúdo.

Convém lembrar aqui que o *ethos*, no caso dos documentos desse corpus, é um *ethos* individual, de cada homem que foi responsável pela elaboração do documento, mas também um *ethos* coletivo, visto que representa um grupo social, um partido político, uma nação, uma associação conforme o caso. O *ethos* final do enunciador dos documentos é resultado da soma de vários outros *ethos* individuais e coletivos.

Seria improvável, senão impossível, que um enunciador que fosse contra o projeto argumentativo dos textos jurídicos apenas exercesse seu papel de representante e defendesse um ponto de vista em que não acreditasse.

Em relação aos contextos de produção e ao contexto cultural, todos os documentos apontam uma época de evolução social, com mudanças significativas de comportamento do homem: quebra dos regimes monárquicos absolutistas, fim das atrocidades cometidas com as evoluções das máquinas e dos artefatos de guerra, fim de um período de regime autoritário, término de decisões diferentes no que se refere à introdução de tecnologia de ponta para a celeridade do julgamento dos processos no Poder Judiciário.

Todos os documentos representam marcos históricos dentro ou fora de uma nação. Todos trouxeram consequências que modificarão para sempre os *habitus* do homem. Provocaram e provocarão consequências importantes na sociedade.

O auditório a que se dirigem os documentos é de caráter universal porque atinge todos os membros do grupo devido ao caráter dos documentos. As duas declarações dirigem-se aos franceses e a todos que estão protegidos pela ONU (países com seus habitantes). A constituição brasileira é endereçada aos brasileiros e estrangeiros residentes no País, assim como a lei federal 11.419/2006. Os votos dos deputados dirigem-se ao Congresso Nacional e a nota oficial é publicada para o conhecimento geral, sendo publicada no website da instituição.

O argumento do enunciador é desenvolvido com um objetivo, conforme já foi dito. Este objetivo leva o enunciador a traçar um percurso, escolhendo o que vai fazer figurar e o que irá privilegiar. Assim no argumento é possível, servindo-se de um percurso ideológico, destacar valorativamente o que interessa ao projeto. Todos os documentos, de forma explícita ou implícita, defendem, por exemplo, o direito do homem à liberdade, à igualdade e à justiça. O que difere é o grau em que se apresentam esses valores, que se especificam mais com o passar do tempo.

O exame dos diferentes textos levou à constatação de que o que era privilegiado pelo enunciador era sempre o homem. O homem aparece em praticamente todos os documentos analisados, seja pelo emprego do próprio termo homem ou reformulado. Os outros termos relevantes que surgem nos

textos são aqueles que se relacionam ao homem: é o homem quem tem direitos, que são especificados sob os princípios de liberdade, igualdade e justiça. As operações de reformulações permitiram assim perceber a evolução dos termos, expressões e conceitos que se referem ao homem.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **Eléments de linguistique textuel**. Liège: Pierre Mardaga, 1990.

_____. **A linguística textual : introdução à análise textual do discurso**. São Paulo: Cortez editora, 2008.

_____, HEIDMANN, Ute e MAINGUENEAU, Dominique. **Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações**. São Paulo: Cortez editora, 2010.

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**. São Paulo: Landy Ed., 2001

ALVES, Alaor Caffé. **Lógica: Pensamento formal e Argumentação**. São Paulo: Quartier Latin, 2003

AMOSSY, Ruth. **O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos**. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso : a construção do *ethos***. Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005, p. 119-143

ARRIVÉ M., GADET F., GALMICHE M. **La grammaire d'aujourd'hui**. Paris : Flammarion, 1986

AUBERT, Jean-Luc. **Introduction au Droit et thèmes fondamentaux du droit civil**. Paris : Ed Dalloz Armand Collin, 1998

AUBRY, Charles. **Cours de droit civil français**. Paris : Marchal, Billard et Cie, Libraire de la Cour de Cassation, 1878.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Hétérogénéité(s) énonciative(s)**. In : *Langages*, 19e année, n° 73. Les Plans d'Énonciation. Mars 1984., p.98-111

BACHMAN, Christian; LINDEFELD, Jacqueline et SIMONIN, Jacky. **Langage et Communications Sociales**. Collection LAL. Paris: Didier Hatier, 1991

BAKHTIN, Mikhail. « Les genres do discours : I – Problématique et définition » . **Esthétique de la création verbale**. Paris : Gallimard, 1984, p. 265-272.

_____. Os gêneros do discurso. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Pour une philosophie de l'acte**. Paris : L'Age d'Homme, 2003

_____. (Voloshinov-1929). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. (Voloshinov-1929). **Le marxisme et la philosophie du langage**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977

BEACCO, Jean-Claude. **Les genres textuels dans l'analyse du discours: écriture légitime et communautés translangagières**. *Langages*, 26^e. année, n° 105. Mars 92. *Ethnolinguistique de l'écrit*, p. 8-27

_____; DAROT, M. **Pour lire les sciences sociales: une analyse de discours**. n° 4752 am/m-fh/jcb. Paris: BELC, 1978

BERTHO F., BORDENAVE, ML. **Droit, Notions Essentielles**. Paris: Nathan, 1990.

BEVILAQUA, Clóvis. **Lições de Legislação Comparada**. Bahia: Livraria Magalhães, 1897

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. São Paulo: Ed Saraiva, 2003

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico**. Trad. Márcio Pugliesi. São Paulo: Ícone, 1995.

_____. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier , 2004.

BOISSINOT, Alain. **Les textes argumentatifs**. Toulouse : Bertrand Lacoste, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire**. Paris : Fayard, 1987

_____. **Le sens pratique**. Paris: Éditions de Minuit, 1980

BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Bakhtin: outros conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1997

CARRAS, Catherine; TOLAS, Jacqueline; KHOLER, Patricia; SZILAGYI, Élisabeth. **Le français sur objectifs spécifiques**. Paris : Clé International, 2007

CASELLA, Paulo Borba. **Fundamentos do Direito Internacional Pós-moderno**. São Paulo: Quartier Latin, 2006

_____; ACCIOLY, Hildebrando G.E.do Nascimento e Silva. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008

CERDA-GUZMAN Carolina. **Une recodification des droits fondamentaux pour un nouveau contrôle de constitutionnalité ? Constitution, droits et devoirs**. Actes du VIIe Congrès français de droit constitutionnel, Paris, 2008 (<http://www.droitconstitutionnel.org/congresParis/atelierP8.html>)

CHALLE, Odile. **Enseigner le français de spécialité**. Paris: Econômica, 2002

CHARAUDEAU, Patrick. **Langue, discours et identité culturelle**. ELA 3/2001(nº 123-124), p.341-348.

_____; **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, Collection Education, 1992

_____; **Discurso Político**. São Paulo : Contexto, 2008.

_____ ; **Linguagem e Discurso: Modos de organização.**São Paulo : Contexto, 2009.

_____ ; MAINGUENEAU, Dominique. **Dictionnaire d'Analyse du Discours.** Paris : Seuil, 2002

CORNU, Gérard. **Linguistique Juridique**, Paris: Montchrestien, 2005

_____ ; **Vocabulaire Juridique.** Paris : PUF Quadrige, 2003

CRETELLA Júnior, José. **Comentários à constituição brasileira de 1988, Vol. I e II.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

CUNHA, Celso. **Gramática do Português Contemporâneo**, Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1983

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Os estrangeirismos da língua portuguesa: vocabulário histórico-etimológico.** São Paulo: Humanitas, 2003.

DAMETTE, Éliane. **Didactique du français juridique.** Paris: L'Harmattan, 2007

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de português jurídico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DANTAS, Ivo. **Direito Comparado como Ciência.** Brasília: Revista de Informação Legislativa nº 134, 1997.

DAVID, René. **Major Legal Systems in the world today.** 3rd. ed. London: Stevens & Sons, 1985

DAVID, René et JAUFFRET-SPINOSI, Camille. **Les grands systèmes de droit contemporain.** Paris : Dalloz, 1992

DEL VECCHIO, Giorgio. **La déclaration des droits de l'homme et du citoyen dans la Révolution Française.** Trad. Antoinette Pellevant Gini. Fondation Européenne Dragan, Rome – Foro Traiano, 1. Paris: LGDJ, 1968

DOLINGER, Jacob. **The Influence of American Constitutional Law on the Brazilian Legal System.** nº. 4 vol. 38. The American Journal of Comparative Law: Fall. 1990,

_____. **Unconscionability around the world: seven perspectives on the contractual practice.** nº 3, vol. 14. Loyola of Los Angeles International and comparative Law: July 1992

DUARTE, Écio Oto Ramos. O R. **Teoria do Discurso e Correção Normativa do Direito.** São Paulo: Landy, 2004

DUCROT, Oswald. **Le dire et le di.**, Paris: Minuit, 1984.

ELA – **La reformulation : pratiques, problèmes et propositions.** Coord. Claudine Normand. N°.68. Paris : Didier Érudition, 1987

ÉLA - **Vocabulaires de spécialité et lexicographie d'apprentissage en langues-cultures étrangères et maternelles.** Coord. LINO, Maria Teresa. nº 135. Paris: Didier, 2004

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto. Org. Beth Brait [et al]. **Diálogos com Bakhtin.** Curitiba : UFPR, 2007.

FARACO, MOURA E MARUXO. **Gramática.** 20^a. ed. São Paulo: Atica, 2006.

FARIA, José Eduardo. **A cultura e as profissões jurídicas numa sociedade em transformação.** Formação jurídica. Org. José Renato Nalini. São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 1999.

FAVERO, L M. **Coesão e Coerência Textuais.** São Paulo:Ed Ática, 2002

FAVRE Pierre. **La constitution d'une science du politique le déplacement de ses objets et "l'irruption de l'histoire réelle.** Revue française de science politique. www.persee.fr, 1983

FIORIN, José Luiz. **Interdiscursividade e Intertextualidade.**Org. BRAIT, Beth. Bakhtin: outros conceitos chave. São Paulo: Contexto, 2006.

GILISSEN, J. **Introdução Histórica ao Direito.**Trad. Hespanha A.M. e Malheiros I.M.Macaíscas. cap 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

GODECHOT, Jean. **L'expansion de la Déclaration des droits de l'homme de 1789 dans le monde**. Annales historiques de la Révolution française, www.persee.fr, 1978

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **Esfera e campo**. Org. BRAIT, Beth. Bakhtin: outros conceitos chave. São Paulo: Contexto, 2006.

ISAAC , Jules. et MALET, Albert. **L' Histoire : La naissance du Monde moderne / 1848-1914**. Paris : Hachette, 1961.

ISHIHARA, Tokiko. **Discours rapportés: reformulation et sens**. Linx (Nanterre), França, v. 1, p. 43-52, 1998.

_____. **Leitura e enunciação: a pluralidade de vozes no discurso da imprensa**. In: X Congresso de Leitura do Brasil (COLE), 1995, Campinas. Anais do X COLE, 1995

JELLINEK, George. **La déclaration des droits de l'homme et du citoyen**, Trad. Georges FARDIS. Paris: Albert Fontemoing, 1902.

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. Trad. Cretella J Jr e Cretella, A. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003

KOCH, Ingedore G. Vilaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo : Editora Cortez, 2011.

LEHMANN D, MARIET F, MARIET J, MOIRAND S. **Lecture fonctionnelle de textes de spécialité**, Didier, Credif , 1980

LEGEAIS, Raymond. **Les grands systèmes de droit contemporains**. Paris : Litec, 2004.

LEVY, Maria Stella Ferreira (org.). **Linguagem e suas aplicações no direito**. São Paulo: Paulistana, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Ed Cortez, 2002.

_____. **L'énonciation en linguistique française**. Paris: Hachette, 1999.

_____. **Les termes clés de l'analyse du discours**. Paris : Seuil, 1996.

_____. **Aborder la linguistique**. Paris : Seuil, 1996.

_____. **L'ethos, de la rhétorique à l'analyse du discours**.
http://dominique.maigneueau.pagesperso-orange.fr/intro_company.html,
 2002. Acesso em 22.12.2012.

MANGIANTE, Jean-Marc; PARPETTE, Chantal. **Le Français sur Objectif Spécifique: de l'analyse des besoins à l'élaboration d'un cours**. Paris: Hachette, 2004

MARCHI, Eduardo C. Silveira. **Guia de Metodologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Leitura como processo inferencial num universo cultural cognitivo**. In Barzotto, Estado de Leitura, Campinas: Mercado das Letras, 1999

MARIE, Jean-Bernard. **La Commission des Droits de l'Homme de l' ONU**. Paris: Éditions A. Pedone, 1975

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **A cultura do jurista**. In Formação jurídica.Org. José Renato Nalini. São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 1999.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Ed Forense, 1998

MOIRAND, Sophie. **Décrire des discours de spécialité in Linguas para fines específicos (III)**, actes du colloque organisé par l'université Alcala de Henares , les 15-17 novembre 1993, Université Alcala de Henares, 1994, p. 79-91

MONTEIRO. Washington de Barros. **Curso de Direito Civil – Parte geral**, Vol. 1 São Paulo: Saraiva, 1971

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **Esprit des lois**. Livres I-V. Paris: Libraire Ch. Delagrave, 1887, in Bibliothèque nationale de France in <http://gallica2.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k55507712>. Acesso em 22.12.2012

_____. **Do Espírito das Leis**, Trad. CARDOSO, F.H. e RODRIGUES, L.M. cap. V. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 8ª. Ed. Atualizada até a EC no. 67/10 – São Paulo: Atlas, 2011.

MORTUREUX, Marie-Françoise. **Paradigmes désignationnels**. *Semen* [En ligne], 8 | 1993, mis en ligne le 06 juillet 2007. Acesso em : 20.09.2012 <http://semen.revues.org/4132>

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. **Retóricas de Ontem e de hoje**. Org. MOSCA, Lineide do Lago Salvador , 3ª ed, São Paulo : Humanitas, 2004

MOURLHON-DALLIES, F. **Enseigner une langue à des fins professionnelles**. Collection Langues et Didactiques. Paris: Didier, 2008

NALINI, José Renato. **Formação jurídica**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

NUNES, Pedro dos Reis. **Dicionário de tecnologia jurídica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1982.

OLÉRON, Pierre. **L'argumentation**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

PASQUARELLI, Maria Luiza Rigo. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Osasco: Edifício, 2009.

PEIXOTO, Paulo Matos. **Vocabulário Jurídico**. São Paulo: Paumape, 1993

PELISSE, Jérôme. **A-t-on conscience du droit ?** Autour des Legal Consciousness Studies", Genèses, n° 59, <http://www.cairn.info/revue-geneses-2005-2-p-114.htm>.: 2005. Acesso em : 22.12.2012.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1991, vol 1, pp. 3-20

PENFORNIS J L. **Le Français du Droit**. Clé International, 1998

PERELMAN, Chaim. **Lógica jurídica: nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação : a nova retórica**. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles, 1976 Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo : Martins Fontes, 1996 [1958]

_____; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Traité de l'argumentation**. 3^e. ed. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles, 1976.

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. São Paulo : Editora Saraiva, 2011.

PEYTARD, Jean. **Langue française**. N°64, 1984. Français technique et scientifique : reformulation, enseignement. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/lfr_0023-8368_1984_num_64_1. Acesso em 20.09.2012

PLANTIN, Christian. **Essais sur l'argumentation**. Paris : Éd. Kimé, 1990

_____. **L'argumentation**. Paris: Ed. du Seuil, 1996 (Mémo)

ROBERT, Paul. **Le petit Robert**. Paris: Robert, 1986.

ROBLES, Gregório. **O direito como texto: quatro textos de teoria comunicacional do direito**. Barueri: Manole, 2005.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil – Parte Geral**, Vol. 1. São Paulo: Saraiva: 1993

SÁ, Elisabeth Schneider de. **Manual de normalização de trabalhos científicos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 9. ed. rev. e ampl. de acordo com a nova Constituição. São Paulo: Malheiros, 1992.

SOARES, A.; SANTOS, M.J. **Dicionário do Tradutor Francês-Português**.: Faro : Editor Noémio Ramos, 2003.

SOIGNET, M. **Le Français Juridique**. Paris: Ed Hachette e CCIP, 2003

THOMASSET, C. **Lire le droit : langue, texte, cognition**. Bourcier D, Mackay P., Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1992

TODOROV, Tzvetan. **Mikhail Bakhtin : le principe dialogique**. Paris : Seuil, 1981.

VANNIER, Guillaume. **Argumentation et droit**. Paris : Presses Universitaires de France, 2001.

VERDOODT, Albert. **Naissance et signification de la Déclaration Universelle des Droits de l'Homme**. Luvain-Paris: Éditions Nauwelaerts, 1963

WISE, Edward M. **The Transplant of Legal Patterns**. In The American Journal of Comparative Law, vol. 38, Supplement. U. S. Law in an Era of Democratization:1990, pp. 1-22

WOJTYCZEK, K. **Les fonctions de la constitution écrite dans le contexte de la mondialisation**. In L'évolution des concepts de la doctrine classique de droit constitutionnel, dir. Genoveva Vrabie, Iasi, Institut Européen, 2008

ANEXOS

DOCUMENTO I: Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de	
1789.....	205

DOCUMENTO II: Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.....	209
DOCUMENTO III: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	218
DOCUMENTO IV: Lei 11.419/2006.....	230
DOCUMENTO IV.a: APRESENTAÇÃO.....	242
DOCUMENTO IV.b: Voto do Deputado José Roberto Batochio.....	244
DOCUMENTO IV.c: Justificação do Projeto de Lei 5828/2001 - Deputada Luiza Erundina	247
DOCUMENTO IV.d : Nota oficial de 19.6.2002.....	252
DOCUMENTO IV.e: Notícia de 6.8.2002.....	254
DOCUMENTO IV.f: Carta Aberta IJURIS	255
DOCUMENTO V: Página do Tribunal Regional Federal 3ª. Região.....	257

DOCUMENTO I

DÉCLARATION DES DROITS DE L'HOMME ET DU CITOYEN DE 1789

Les Représentants du Peuple Français, constitués en Assemblée nationale, considérant que l'ignorance, l'oubli ou le mépris des droits de l'homme sont les seules causes des malheurs publics et de la corruption des Gouvernements, ont résolu d'exposer, dans une Déclaration solennelle, les droits naturels, inaliénables et sacrés de l'homme, afin que cette Déclaration, constamment présente à tous les membres du corps social, leur rappelle sans cesse leurs droits et leurs devoirs ; afin que les actes du pouvoir législatif, et ceux du pouvoir exécutif pouvant être à chaque instant comparés avec le but de toute institution politique, en soient plus respectés ; afin que les réclamations des citoyens, fondées désormais sur des principes simples et incontestables, tournent toujours au maintien de la Constitution, et au bonheur de tous. En conséquence, l'Assemblée nationale reconnaît et déclare, en présence et sous les auspices de l'Être Suprême, les droits suivants de l'homme et du citoyen.

Article premier

Les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droits. Les distinctions sociales ne peuvent être fondées que sur l'utilité commune.

Article II

Le but de toute association politique est la conservation des droits naturels et imprescriptibles de l'homme. Ces droits sont la liberté, la propriété, la sûreté et la résistance à l'oppression.

Article III

Le principe de toute Souveraineté réside essentiellement dans la Nation. Nul corps, nul individu ne peut exercer d'autorité qui n'en émane expressément.

Article IV

La liberté consiste à pouvoir faire tout ce qui ne nuit pas à autrui : ainsi l'exercice des droits naturels de chaque homme n'a de bornes que celles qui assurent aux autres Membres de la Société, la jouissance de ces mêmes droits. Ces bornes ne peuvent être déterminées que par la Loi.

Article V

La Loi n'a le droit de défendre que les actions nuisibles à la Société. Tout ce qui n'est pas défendu par la Loi ne peut être empêché, et nul ne peut être contraint à faire ce qu'elle n'ordonne pas.

Article VI

La Loi est l'expression de la volonté générale. Tous les Citoyens ont droit de concourir personnellement, ou par leurs Représentants, à sa formation. Elle doit être la même pour tous, soit qu'elle protège, soit qu'elle punisse. Tous les Citoyens étant égaux à ses yeux, sont également admissibles à toutes dignités, places et emplois publics, selon leur capacité, et sans autre distinction que celle de leurs vertus et de leurs talents.

Article VII

Nul homme ne peut être accusé, arrêté, ni détenu que dans les cas déterminés par la Loi, et selon les formes qu'elle a prescrites. Ceux qui sollicitent, expédient, exécutent ou font exécuter des ordres arbitraires, doivent être punis ; mais tout Citoyen appelé ou saisi en vertu de la Loi doit obéir à l'instant : il se rend coupable par la résistance.

Article VIII

La Loi ne doit établir que des peines strictement et évidemment nécessaires, et nul ne peut être puni qu'en vertu d'une Loi établie et promulguée antérieurement au délit, et légalement appliquée.

Article IX

Tout homme étant présumé innocent jusqu'à ce qu'il ait été déclaré coupable, s'il est jugé indispensable de l'arrêter, toute rigueur qui ne serait pas nécessaire pour s'assurer de sa personne, doit être sévèrement réprimée par la Loi.

Article X

Nul ne doit être inquiété pour ses opinions, même religieuses, pourvu que leur manifestation ne trouble pas l'ordre public établi par la Loi.

Article XI

La libre communication des pensées et des opinions est un des droits les plus précieux de l'Homme : tout Citoyen peut donc parler, écrire, imprimer librement, sauf à répondre de l'abus de cette liberté, dans les cas déterminés par la Loi.

Article XII

La garantie des droits de l'Homme et du Citoyen nécessite une force publique : cette force est donc instituée pour l'avantage de tous, et non pour l'utilité particulière de ceux auxquels elle est confiée.

Article XIII

Pour l'entretien de la force publique, et pour les dépenses d'administration, une contribution commune est indispensable. Elle doit être également répartie entre tous les Citoyens, en raison de leurs facultés.

Article XIV

Tous les Citoyens ont le droit de constater, par eux-mêmes ou par leurs Représentants, la nécessité de la contribution publique, de la consentir librement, d'en suivre l'emploi et d'en déterminer la quotité, l'assiette, le recouvrement et la durée.

Article XV

La Société a le droit de demander compte à tout Agent public de son administration.

Article XVI

Toute Société dans laquelle la garantie des Droits n'est pas assurée, ni la séparation des Pouvoirs déterminée, n'a point de Constitution.

Article XVII

La propriété étant un droit inviolable et sacré, nul ne peut en être privé, si ce n'est lorsque la nécessité publique, légalement constatée, l'exige évidemment, et sous la condition d'une juste et préalable indemnité.

<http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/dudh/1789.asp>

DOCUMENTO II**LA DECLARATION UNIVERSELLE DES DROITS DE L'HOMME: 1948 - 2008**

Préambule

Considérant que la reconnaissance de la dignité inhérente à tous les membres de la famille humaine et de leurs droits égaux et inaliénables constitue le fondement de la liberté, de la justice et de la paix dans le monde.

Considérant que la méconnaissance et le mépris des droits de l'homme ont conduit à des actes de barbarie qui révoltent la conscience de l'humanité et que l'avènement d'un monde où les êtres humains seront libres de parler et de croire, libérés de la terreur et de la misère, a été proclamé comme la plus haute aspiration de l'homme.

Considérant qu'il est essentiel que les droits de l'homme soient protégés par un régime de droit pour que l'homme ne soit pas contraint, en suprême recours, à la révolte contre la tyrannie et l'oppression.

Considérant qu'il est essentiel d'encourager le développement de relations amicales entre nations.

Considérant que dans la Charte les peuples des Nations Unies ont proclamé à nouveau leur foi dans les droits fondamentaux de l'homme, dans la dignité et la valeur de la personne humaine, dans l'égalité des droits des hommes et des femmes, et qu'ils se sont déclarés résolus à favoriser le progrès social et à instaurer de meilleures conditions de vie dans une liberté plus grande.

Considérant que les Etats Membres se sont engagés à assurer, en coopération avec l'Organisation des Nations Unies, le respect universel et effectif des droits de l'homme et des libertés fondamentales.

Considérant qu'une conception commune de ces droits et libertés est de la plus haute importance pour remplir pleinement cet engagement.

L'Assemblée Générale proclame la présente Déclaration universelle des droits de l'homme comme l'idéal commun à atteindre par tous les peuples et toutes les nations afin que tous les individus et tous les organes de la société, ayant cette Déclaration constamment à l'esprit, s'efforcent, par l'enseignement et l'éducation, de développer le respect de ces droits et libertés et d'en assurer,

par des mesures progressives d'ordre national et international, la reconnaissance et l'application universelles et effectives, tant parmi les populations des Etats Membres eux-mêmes que parmi celles des territoires placés sous leur juridiction.

Article premier

Tous les êtres humains naissent libres et égaux en dignité et en droits. Ils sont doués de raison et de conscience et doivent agir les uns envers les autres dans un esprit de fraternité.

Article 2

1.Chacun peut se prévaloir de tous les droits et de toutes les libertés proclamés dans la présente Déclaration, sans distinction aucune, notamment de race, de couleur, de sexe, de langue, de religion, d'opinion politique ou de toute autre opinion, d'origine nationale ou sociale, de fortune, de naissance ou de toute autre situation.

2.De plus, il ne sera fait aucune distinction fondée sur le statut politique, juridique ou international du pays ou du territoire dont une personne est ressortissante, que ce pays ou territoire soit indépendant, sous tutelle, non autonome ou soumis à une limitation quelconque de souveraineté.

Article 3

Tout individu a droit à la vie, à la liberté et à la sûreté de sa personne.

Article 4

Nul ne sera tenu en esclavage ni en servitude; l'esclavage et la traite des esclaves sont interdits sous toutes leurs formes.

Article 5

Nul ne sera soumis à la torture, ni à des peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants.

Article 6

Chacun a le droit à la reconnaissance en tous lieux de sa personnalité juridique.

Article 7

Tous sont égaux devant la loi et ont droit sans distinction à une égale protection de la loi. Tous ont droit à une protection égale contre toute discrimination qui violerait la présente Déclaration et contre toute provocation à une telle discrimination.

Article 8

Toute personne a droit à un recours effectif devant les juridictions nationales compétentes contre les actes violant les droits fondamentaux qui lui sont reconnus par la constitution ou par la loi.

Article 9

Nul ne peut être arbitrairement arrêté, détenu ou exilé.

Article 10

Toute personne a droit, en pleine égalité, à ce que sa cause soit entendue équitablement et publiquement par un tribunal indépendant et impartial, qui décidera, soit de ses droits et obligations, soit du bien-fondé de toute accusation en matière pénale dirigée contre elle.

Article 11

1. Toute personne accusée d'un acte délictueux est présumée innocente jusqu'à ce que sa culpabilité ait été légalement établie au cours d'un procès public où toutes les garanties nécessaires à sa défense lui auront été assurées.
2. Nul ne sera condamné pour des actions ou omissions qui, au moment où elles ont été commises, ne constituaient pas un acte délictueux d'après le droit national ou international. De même, il ne sera infligé aucune peine plus forte que celle qui était applicable au moment où l'acte délictueux a été commis.

Article 12

Nul ne sera l'objet d'immixtions arbitraires dans sa vie privée, sa famille, son domicile ou sa correspondance, ni d'atteintes à son honneur et à sa réputation. Toute personne a droit à la protection de la loi contre de telles immixtions ou de telles atteintes.

Article 13

1. Toute personne a le droit de circuler librement et de choisir sa résidence à l'intérieur d'un Etat.
2. Toute personne a le droit de quitter tout pays, y compris le sien, et de revenir dans son pays.

Article 14

1. Devant la persécution, toute personne a le droit de chercher asile et de bénéficier de l'asile en d'autres pays.
2. Ce droit ne peut être invoqué dans le cas de poursuites réellement fondées sur un crime de droit commun ou sur des agissements contraires aux buts et aux principes des Nations Unies.

Article 15

1. Tout individu a droit à une nationalité.

2. Nul ne peut être arbitrairement privé de sa nationalité, ni du droit de changer de nationalité.

Article 16

1. A partir de l'âge nubile, l'homme et la femme, sans aucune restriction quant à la race, la nationalité ou la religion, ont le droit de se marier et de fonder une famille. Ils ont des droits égaux au regard du mariage, durant le mariage et lors de sa dissolution.
2. Le mariage ne peut être conclu qu'avec le libre et plein consentement des futurs époux.
3. La famille est l'élément naturel et fondamental de la société et a droit à la protection de la société et de l'Etat.

Article 17

1. Toute personne, aussi bien seule qu'en collectivité, a droit à la propriété.
2. Nul ne peut être arbitrairement privé de sa propriété.

Article 18

Toute personne a droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion ; ce droit implique la liberté de changer de religion ou de conviction ainsi que la liberté de manifester sa religion ou sa conviction seule ou en commun, tant en public qu'en privé, par l'enseignement, les pratiques, le culte et l'accomplissement des rites.

Article 19

Tout individu a droit à la liberté d'opinion et d'expression, ce qui implique le droit de ne pas être inquiété pour ses opinions et celui de chercher, de recevoir et de répandre, sans considérations de frontières, les informations et les idées par quelque moyen d'expression que ce soit.

Article 20

1. Toute personne a droit à la liberté de réunion et d'association pacifiques.
2. Nul ne peut être obligé de faire partie d'une association.

Article 21

1. Toute personne a le droit de prendre part à la direction des affaires publiques de son pays, soit directement, soit par l'intermédiaire de représentants librement choisis.
2. Toute personne a droit à accéder, dans des conditions d'égalité, aux fonctions publiques de son pays.
3. La volonté du peuple est le fondement de l'autorité des pouvoirs publics ; cette volonté doit s'exprimer par des élections honnêtes qui doivent avoir lieu périodiquement, au suffrage universel égal et au vote secret ou suivant une procédure équivalente assurant la liberté du vote.

Article 22

Toute personne, en tant que membre de la société, a droit à la sécurité sociale ; elle est fondée à obtenir la satisfaction des droits économiques, sociaux et culturels indispensables à sa dignité et au libre développement de sa personnalité, grâce à l'effort national et à la coopération internationale, compte tenu de l'organisation et des ressources de chaque pays.

Article 23

1. Toute personne a droit au travail, au libre choix de son travail, à des conditions équitables et satisfaisantes de travail et à la protection contre le chômage.
2. Tous ont droit, sans aucune discrimination, à un salaire égal pour un travail égal.
3. Quiconque travaille a droit à une rémunération équitable et satisfaisante lui assurant ainsi qu'à sa famille une existence conforme à la dignité humaine et

complétée, s'il y a lieu, par tous autres moyens de protection sociale.

4. Toute personne a le droit de fonder avec d'autres des syndicats et de s'affilier à des syndicats pour la défense de ses intérêts.

Article 24

Toute personne a droit au repos et aux loisirs et notamment à une limitation raisonnable de la durée du travail et à des congés payés périodiques.

Article 25

1. Toute personne a droit à un niveau de vie suffisant pour assurer sa santé, son bien-être et ceux de sa famille, notamment pour l'alimentation, l'habillement, le logement, les soins médicaux ainsi que pour les services sociaux nécessaires ; elle a droit à la sécurité en cas de chômage, de maladie, d'invalidité, de veuvage, de vieillesse ou dans les autres cas de perte de ses moyens de subsistance par suite de circonstances indépendantes de sa volonté.
2. La maternité et l'enfance ont droit à une aide et à une assistance spéciales. Tous les enfants, qu'ils soient nés dans le mariage ou hors mariage, jouissent de la même protection sociale.

Article 26

1. Toute personne a droit à l'éducation. L'éducation doit être gratuite, au moins en ce qui concerne l'enseignement élémentaire et fondamental. L'enseignement élémentaire est obligatoire. L'enseignement technique et professionnel doit être généralisé ; l'accès aux études supérieures doit être ouvert en pleine égalité à tous en fonction de leur mérite.

2. L'éducation doit viser au plein épanouissement de la personnalité humaine et au renforcement du respect des droits de l'homme et des libertés fondamentales. Elle doit favoriser la compréhension, la tolérance et l'amitié entre toutes les nations et tous les groupes raciaux ou religieux, ainsi que le développement des activités des Nations Unies pour le maintien de la paix.
3. Les parents ont, par priorité, le droit de choisir le genre d'éducation à donner à leurs enfants.

Article 27

1. Toute personne a le droit de prendre part librement à la vie culturelle de la communauté, de jouir des arts et de participer au progrès scientifique et aux bienfaits qui en résultent.
2. Chacun a droit à la protection des intérêts moraux et matériels découlant de toute production scientifique, littéraire ou artistique dont il est l'auteur.

Article 28

Toute personne a droit à ce que règne, sur le plan social et sur le plan international, un ordre tel que les droits et libertés énoncés dans la présente Déclaration puissent y trouver plein effet.

Article 29

1. L'individu a des devoirs envers la communauté dans laquelle seule le libre et plein développement de sa personnalité est possible.
2. Dans l'exercice de ses droits et dans la jouissance de ses libertés, chacun n'est soumis qu'aux limitations établies par la loi exclusivement en vue d'assurer la reconnaissance et le respect des droits et libertés d'autrui et afin de satisfaire aux justes exigences de la morale, de l'ordre public et du bien-être général dans une société démocratique.
3. Ces droits et libertés ne pourront, en aucun cas, s'exercer contrairement aux buts et aux principes des Nations Unies.

Article 30

Aucune disposition de la présente Déclaration ne peut être interprétée comme impliquant pour un Etat, un groupement ou un individu un droit quelconque de se livrer à une activité ou d'accomplir un acte visant à la destruction des droits et libertés qui y sont énoncés.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

<P

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; [\(Vide Lei nº 9.296, de 1996\)](#)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; [\(Regulamento\)](#)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XL I - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XL II - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XL III - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XL IV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XL V - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XL VI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XL VII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei; [\(Regulamento\)](#).

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)
[\(Atos aprovados na forma deste parágrafo\)](#)

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

DOCUMENTO IV

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL

Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

b) mediante cadastro de usuário no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

Art. 2º O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

§ 1º O credenciamento no Poder Judiciário será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado.

§ 2º Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

§ 3º Os órgãos do Poder Judiciário poderão criar um cadastro único para o credenciamento previsto neste artigo.

Art. 3º Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

Parágrafo único. Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

CAPÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 4º Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

§ 1º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica.

§ 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

§ 3º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

§ 4º Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

§ 5º A criação do Diário da Justiça eletrônico deverá ser acompanhada de ampla divulgação, e o ato administrativo correspondente será publicado durante 30 (trinta) dias no diário oficial em uso.

Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 3º deste artigo, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

§ 5º Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo juiz.

§ 6º As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

Art. 6º Observadas as formas e as cautelas do art. 5º desta Lei, as citações, inclusive da Fazenda Pública, excetuadas as dos Direitos Processuais Criminal e Infracional, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando.

Art. 7º As cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, serão feitas preferentemente por meio eletrônico.

DO PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 8º Os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.

Parágrafo único. Todos os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 9º No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

§ 1º As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

§ 2º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.

Art. 10. A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

§ 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

§ 3º Os órgãos do Poder Judiciário deverão manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição de peças processuais.

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas autoridades policiais, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos e privados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º A arguição de falsidade do documento original será processada eletronicamente na forma da lei processual em vigor.

§ 3º Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 2º deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.

§ 4º [\(VETADO\)](#)

§ 5º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

§ 6º Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais e para o Ministério Público, respeitado o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de justiça.

Art. 12. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

§ 1º Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

§ 2º Os autos de processos eletrônicos que tiverem de ser remetidos a outro juízo ou instância superior que não disponham de sistema compatível deverão ser impressos em papel, autuados na forma dos [arts. 166 a 168 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil](#), ainda que de natureza criminal ou trabalhista, ou pertinentes a juizado especial.

§ 3º No caso do § 2º deste artigo, o escrivão ou o chefe de secretaria certificará os autores ou a origem dos documentos produzidos nos autos, acrescentando, ressalvada a hipótese de existir segredo de justiça, a forma pela qual o banco de dados poderá ser acessado para aferir a autenticidade das peças e das respectivas assinaturas digitais.

§ 4º Feita a autuação na forma estabelecida no § 2º deste artigo, o processo seguirá a tramitação legalmente estabelecida para os processos físicos.

§ 5º A digitalização de autos em mídia não digital, em tramitação ou já arquivados, será precedida de publicação de editais de intimações ou da intimação pessoal das partes e de seus procuradores, para que, no prazo preclusivo de 30 (trinta) dias, se manifestem sobre o desejo de manterem pessoalmente a guarda de algum dos documentos originais.

Art. 13. O magistrado poderá determinar que sejam realizados por meio eletrônico a exibição e o envio de dados e de documentos necessários à instrução do processo.

§ 1º Consideram-se cadastros públicos, para os efeitos deste artigo, dentre outros existentes ou que venham a ser criados, ainda que mantidos por concessionárias de serviço público ou empresas privadas, os que contenham informações indispensáveis ao exercício da função judicante.

§ 2º O acesso de que trata este artigo dar-se-á por qualquer meio tecnológico disponível, preferentemente o de menor custo, considerada sua eficiência.

§ 3º [\(VETADO\)](#)

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 14. Os sistemas a serem desenvolvidos pelos órgãos do Poder Judiciário deverão usar, preferencialmente, programas com código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores, priorizando-se a sua padronização.

Parágrafo único. Os sistemas devem buscar identificar os casos de ocorrência de prevenção, litispendência e coisa julgada.

Art. 15. Salvo impossibilidade que comprometa o acesso à justiça, a parte deverá informar, ao distribuir a petição inicial de qualquer ação judicial, o número no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, perante a Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo único. Da mesma forma, as peças de acusação criminais deverão ser instruídas pelos membros do Ministério Público ou pelas autoridades policiais com os números de registros dos acusados no Instituto Nacional de Identificação do Ministério da Justiça, se houver.

Art. 16. Os livros cartorários e demais repositórios dos órgãos do Poder Judiciário poderão ser gerados e armazenados em meio totalmente eletrônico.

Art. 17. [\(VETADO\)](#)

Art. 18. Os órgãos do Poder Judiciário regulamentarão esta Lei, no que couber, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 19. Ficam convalidados os atos processuais praticados por meio eletrônico até a data de publicação desta Lei, desde que tenham atingido sua finalidade e não tenha havido prejuízo para as partes.

Art. 20. A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 38.

[Parágrafo único.](#) A procuração pode ser assinada digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da lei específica." (NR)

"Art. 154.

Parágrafo único. (Vetado). [\(VETADO\)](#)

[§ 2º](#) Todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei." (NR)

"Art. 164.

[Parágrafo único.](#) A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei." (NR)

"Art. 169.

[§ 1º](#) É vedado usar abreviaturas.

§ 2º Quando se tratar de processo total ou parcialmente eletrônico, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo que será assinado digitalmente pelo juiz e pelo escrivão ou chefe de secretaria, bem como pelos advogados das partes.

§ 3º No caso do § 2º deste artigo, eventuais contradições na transcrição deverão ser suscitadas oralmente no momento da realização do ato, sob pena de preclusão, devendo o juiz decidir de plano, registrando-se a alegação e a decisão no termo." (NR)

"Art. 202.

.....

[§ 3º](#) A carta de ordem, carta precatória ou carta rogatória pode ser expedida por meio eletrônico, situação em que a assinatura do juiz deverá ser eletrônica, na forma da lei." (NR)

"Art. 221.

.....

[IV -](#) por meio eletrônico, conforme regulado em lei própria." (NR)

"Art. 237.

[Parágrafo único.](#) As intimações podem ser feitas de forma eletrônica, conforme regulado em lei própria." (NR)

"Art. 365.

.....

V - os extratos digitais de bancos de dados, públicos e privados, desde que atestado pelo seu emitente, sob as penas da lei, que as informações conferem com o que consta na origem;

VI - as reproduções digitalizadas de qualquer documento, público ou particular, quando juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos ou privados, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 1º Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no inciso VI do **caput** deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o final do prazo para interposição de ação rescisória.

§ 2º Tratando-se de cópia digital de título executivo extrajudicial ou outro documento relevante à instrução do processo, o juiz poderá determinar o seu depósito em cartório ou secretaria." (NR)

"Art. 399.

§ 1º Recebidos os autos, o juiz mandará extrair, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, certidões ou reproduções fotográficas das peças indicadas pelas partes ou de ofício; findo o prazo, devolverá os autos à repartição de origem.

§ 2º As repartições públicas poderão fornecer todos os documentos em meio eletrônico conforme disposto em lei, certificando, pelo mesmo meio, que se trata de extrato fiel do que consta em seu banco de dados ou do documento digitalizado." (NR)

"Art. 417.

§ 1º O depoimento será passado para a versão datilográfica quando houver recurso da sentença ou noutros casos, quando o juiz o determinar, de ofício ou a requerimento da parte.

§ 2º Tratando-se de processo eletrônico, observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 169 desta Lei." (NR)

"Art. 457.

.....

§ 4º Tratando-se de processo eletrônico, observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 169 desta Lei." (NR)

"Art. 556.

Parágrafo único. Os votos, acórdãos e demais atos processuais podem ser registrados em arquivo eletrônico inviolável e assinados eletronicamente, na forma da lei, devendo ser impressos para juntada aos autos do processo quando este não for eletrônico." (NR)

Art. 21. (VETADO)

Art. 22. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias depois de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.12.2006

DOCUMENTO IV. a.

APRESENTAÇÃO

Apresentamos neste livreto um breve histórico sobre as iniciativas tomadas pela AJUFE - Associação dos Juizes Federais do Brasil no âmbito da informatização do processo judicial.

A AJUFE foi a primeira entidade a apresentar, em meados de 2001, uma sugestão de projeto de lei à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, recém-criada pelo Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, e presidida pela Deputada Luiza Erundina.

A proposta foi amplamente discutida na Comissão, incluindo a realização de audiência pública na qual foram apresentadas valiosas sugestões, incorporadas ao projeto original. Transformado o texto no Projeto de Lei nº.5828/2001, foi ele relatado pelo Deputado José Roberto Batochio na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, e finalmente, foi aprovado pelo plenário em junho do Corrente ano.

Atualmente, o projeto encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. A iniciativa da AJUFE insere-se em seu ideal de trabalho em prol da maior eficácia e celeridade da prestação jurisdicional. Procuramos apresentar um projeto aberto, que permita sua imediata implementação, aproveitando-se as várias ferramentas de informática já em uso por iniciativa dos diversos Tribunais.

Entendemos que não é viável que uma lei que disponha sobre a informática no processo judicial venha a impor uma determinada tecnologia, pois essa solução colocaria todas as iniciativas hoje aplicadas nos Tribunais à margem da lei. Além disso, engessaria o projeto, uma vez que impediria a incorporação das evoluções tecnológicas futuras por parte dos Tribunais, sem a edição de uma nova lei.

O projeto apresentado é plenamente compatível também com as tecnologias e ferramentas de certificação em vias de implementação, como a ICP-Brasil e a autenticação de mensagens eletrônicas.

Desburocratiza o processo e democratiza o uso da informática por parte de todos os envolvidos no processo judicial, inclusive advogados e partes.

Incluimos neste livreto alguns textos que retratam o histórico do projeto de lei até sua aprovação na Câmara dos Deputados, bem como algumas notas da imprensa e a Carta Abertado IJURIS-Instituto Jurídico de Inteligência e Sistemas, entidade independente dedicada ao estudo da informática e sua aplicação no direito e no governo, em apoio ao projeto.

Esperamos, com isso, contribuir para o aprimoramento do processo judicial, com evidentes ganhos para a sociedade brasileira.

Paulo Sérgio Domingues

Presidente da AJUFE

**PARECER E VOTO DO DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO
(22.5.2002)**

PARECER E VOTO DO DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

RELATOR DO PROJETO DE LEI NA CCJR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI NQ5.828, DE 2001

Dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências.

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Relator: Deputado José Roberto Batochio

I-RELATÓRIO

A presente proposta, de autoria da Comissão de Legislação Participativa, pretende permitir o uso de meio eletrônico na comunicação de atos e na transmissão de peças processuais, tais como petições, recursos, cartas precatórias, etc. desde que os interessados se credenciem junto aos órgãos do Poder Judiciário.

Determina que pessoas de direito público, órgãos da administração Direta e indireta e suas representações judiciais disponibilizem, em cento e vinte dias da publicação desta lei, serviço de recebimento e envio de comunicações de atos judiciais por meio eletrônico, excetuado os Municípios que não possuam condições técnicas de implementação de sistemas eletrônicos. .

Assegura a requisição, por parte de juízes e tribunais, de dados constantes de cadastros públicos, essenciais ao desempenho de suas atividades.

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação compete analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, sendo a apreciação final do Plenário da Casa.

É o Relatório.

11-VOTO DO RELATOR

Não vislumbramos na Proposição vícios de natureza constitucional, de juridicidade ou de técnica legislativa.

Não se ignora que a competência para iniciar leis que digam respeito a estas entidades públicas, a teor do art. 61 de nossa Carta Magna, é privativa do Presidente da República, não cabendo, nem mesmo à iniciativa popular, ferir a Constituição da República. Dispõe este artigo:

Arf. 61 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§1º –São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I -fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

1/-disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no arf. 84, VI;

No entanto, o projeto não pressupõe a criação de quaisquer órgãos da administração pública, bastando que as pessoas de direito público abram canal de recepção no sistema informatizado de que já dispõem, não há cogitar, por conseguinte, de qualquer moça ao Texto Magno.

No mérito, merece acolhida a Proposição.

Eis que é oportuna e conveniente, moderniza a tramitação processual, imprime celeridade, dessacraliza o processo, sem ferir os direitos e garantias das partes.

A adoção de meios eletrônicos trará, indubitavelmente, até mesmo maior conforto para os advogados e para as partes, uma vez que não mais precisarão deslocar-se até o tribunal para aforar petições, recursos etc.

Assim, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei no.5.828, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado José Roberto Batochio

Relator

DOCUMENTO IV.c.

**JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº.5828/2001 – DEPUTADA LUIZA
ERUNDINA**

PROJETO DE LEI No.5828, DE 2001,

Aprovado na Câmara dos Deputados, e Justificação.

(DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)

(SUGESTÃO No.01/2001 -da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE)

Deputada Luiza Erundina de Souza

Presidente

JUSTIFICAÇÃO

Quando se trata da questão judiciária no Brasil, é consenso que os mais graves problemas se situam no terreno da velocidade com que o cidadão recebe a resposta final à sua demanda. A morosidade é, sem dúvida, o principal fato gerador de insatisfação com o serviço judiciário, como revelam todas as pesquisas realizadas sobre o assunto. Em 1993, em pesquisa de opinião coordenada pelo IBOPE, foi proposta a seguinte afirmação: "O problema do Brasil não está nas leis, mas na Justiça, que é muito lenta". Dos entrevistados, 87% consignaram suas concordâncias, 8% discordaram e 5% não souberam responder. Já em 1999, o jornal "O Estado de São Paulo"¹⁰⁸ chegou a índices ainda mais elevados: 92% consideraram a Justiça muito lenta.

Avaliações setoriais confirmam este diagnóstico, a exemplo da procedida pelo IDESP junto a empresas estabelecidas no Brasil. Convidando-se estas a se

¹⁰⁸ MARQUES, Hugo. 92% dos brasileiros consideram a Justiça lenta. O Estado de São Paulo, São Paulo, 24 mar. 1999.

pronunciarem acerca de três atributos do Judiciário nacional (agilidade, imparcialidade, custos), os seguintes resultados foram alcançados¹⁰⁹:

	AGILIDADE		IMPARCIALIDADE		CUSTOS	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Ótimo	7	1,2	9	1,5	7	1,2
Bom	0	0,00	148	24,6	83	13,8
Regular	48	8,1	267	44,4	232	38,5
Ruim	540	90,8	132	21,9	158	26,2
Péssimo	0	0,00	22	3,7	92	15,3
Sem Opinião	0	0,00	24	4,0	30	5,0
Total	595	100,0	602	100,0	602	100,0

Fonte: IDESP

Como se constata, no que tange à imparcialidade e custos a soma dos conceitos "ótimo", "bom" e "regular" equivale, respectivamente, a 70,5% e 53,8%. Já no tocante à agilidade, representa somente 10,3%.

A morosidade transformou-se em consenso absoluto inclusive entre os juízes. Pesquisa feita em 1995 pelo Conselho da Justiça Federal concluiu que 99,12% dos magistrados federais viam o referido atributo como o principal problema desse ramo do Judiciário¹¹⁰.

Instados pelo IDESP, no ano de 2000, a se pronunciarem sobre a "relevância de fatores responsáveis pela morosidade da Justiça", os juízes responderam¹¹¹:

¹⁰⁹ PINHEIRO, Armando Castelar (org.). *Judiciário e Economia no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 2000. p. 77.

¹¹⁰ NUNES, Eunice. Pesquisa feita entre juizes revela ineficiência da Justiça. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 fev. 1996. Caderno cotidiano, p.02.

¹¹¹ PINHEIRO, Armando Castelar. *o Judiciário e a Economia na Visão dos Magistrados*. São Paulo: IDESP, 2001, p. 4-5.

	Muito importante		Importante		Pouco importante		Sem nenhuma importância		Não sabe/sem opinião		Não respondeu	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Número insuficiente de juízes	595	80,3	101	13,6	23	3,1	3	0,4	1	0,1	18	2,4
Falta de informatização	446	60,2	235	31,7	33	4,5	6	0,8	1	0,1	20	2,7
Precariedade das instalações	382	51,6	243	32,8	87	11,7	8	1,1	0	0,0	21	2,8

Fonte: IDESP

Como se constata, a soma dos juízes que consideram a falta de INFORMATIZAÇÃO um fator "muito importante" ou "importante" alcança 92%. Evidentemente, a informatização aqui não se refere somente à aquisição de computadores para utilização como substitutos mais eficientes das velhas máquinas de datilografia. Aliás, este processo de substituição já se encontra concluído na imensa maioria das unidades jurisdicionais existentes no país. É necessário agora -simultaneamente ao término desta fase de aquisição de equipamentos nas unidades restantes -avançar em direção à integração de todos os atores que interagem em um processo judicial (Varas, Ministério Público, Advocacia Pública, escritórios de Advocacia), de modo a que crescentemente os procedimentos judiciais utilizem ao máximo os avanços tecnológicos disponíveis.

O Congresso Nacional tem buscado trilhar este caminho. Considere-se, por exemplo, o que dispõe a Lei nº 9800/99:

Art. 1º. É permitida às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita.

Art. 2º. A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término.

Parágrafo único. Nos atos não sujeitos a prazo, os originais deverão ser entregues, necessariamente, até cinco dias da data da recepção do material.

Constata-se, com a leitura destes dispositivos, que –não obstante a sua importância -tal diploma legal ainda exige a ratificação dos atos processuais praticados por fax com a utilização de "métodos tradicionais", o que certamente diminui o seu impacto positivo no tocante à agilização dos processos judiciais.

Recentemente, a Lei nº 10.259/2001, que versa sobre os Juizados Especiais Federais, albergou relevante regra, assim escrita:

Art. 8º. As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (aviso de recebimento em mão própria).

§ 1Q. As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2Q. OS tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

O projeto ora apresentado visa evoluir na vereda inaugurada pelas leis mencionadas, regulando plenamente a informatização dos procedimentos judiciais, afastando dúvidas acerca da validade de atos processuais assim praticados. A este propósito, pertinente mencionar que muitos juízes e Tribunais - mesmo sem a existência de lei expressa -já vêm adotando alguns dos caminhos insertos no projeto, sempre com excelentes resultados.

Destaque-se que a presente proposição não se confunde com o PL nº 3655/00, recentemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o qual indubitavelmente representa significativo aperfeiçoamento da citada Lei nº 9800/99 - não alterando contudo a sistemática de ratificação nela contida.

Frise-se que os benefícios do projeto poderão ser extraídos amplamente, na medida em que se cuida integralmente da comunicação entre o Poder Judiciário e os demais agentes que participam da atuação jurisdicional.

O projeto não elimina a possibilidade de as partes se manifestarem pelos métodos convencionais, a fim de levar em conta as necessidades de

profissionais, regiões e/ou segmentos que -por diferentes motivos não disponham dos equipamentos necessários.

Finalmente, merece ser destacado o grande benefício que, a médio prazo, o projeto trará ao Erário, seja com a diminuição de gastos, seja com a melhoria do funcionamento do sistema econômico em razão da maior eficiência do serviço jurisdicional.

DOCUMENTO IV.d**NOTA OFICIAL DE 19.6.02**

Brasília, 19 de junho de 2002

Informatização do Processo Judicial:

Reação da OAB é corporativa e medo do novo, rebate Ajufe o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), juiz Paulo Sérgio Domingues, rebateu enfaticamente a nota divulgada ontem pelo presidente da Comissão de Informática da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo, Marcos da Costa, apontando equívocos jurídicos e tecnológicos no Projeto de Informatização do Processo Judicial apresentado pela Ajufe ao Congresso. O projeto de lei, que regulamenta a transferência de informações judiciais por meio eletrônico, foi aprovado na íntegra e por unanimidade no último dia 11 pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ-R) da Câmara dos Deputados. "Infelizmente, o corporativismo está impedindo uma análise mais global e cuidadosa da nossa proposta", lamentou.

Para Domingues, a resistência ao projeto é injustificada. "É o medo do novo apresentando-se como desculpa para impedir a evolução da Justiça. Isso nos espanta, especialmente num~ época de críticas à morosidade do Judiciário, quando imagina-se que os advogados apoiem a busca de soluções. Aliás, a crítica da OAB/SP é a única que se viu até o momento", destacou. Segundo o presidente da Ajufe, o projeto de Informatização do Processo Judicial não representa qualquer violação à autonomia do advogado nem riscos à segurança jurídica, como acusa a OAB. "O credenciamento dos profissionais junto aos tribunais não tem a função de autorizar o advogado a exercer a profissão, mas apenas de autorizá-lo a utilizar o meio eletrônico para receber intimações e enviar petições", esclarece. Este credenciamento, aponta Domingues, não favorece o exercício ilegal da profissão ou a atuação de profissionais excluídos dos quadros da entidade. "Ao contrário, ele permite aos tribunais -que são os responsáveis, na prática, pelo impedimento do exercício

ilegal da profissão -atualizar com maior agilidade seus cadastros de advogados temporariamente impedidos de advogar ou excluídos da OAB. É um fator de proteção à categoria".

A crítica ao uso de senhas para acessar as informações jurídicas por meio eletrônico é outro equívoco da OAB, entende o presidente da Ajufe. "São críticas de quem não leu ou não entendeu o projeto, pois sua grande virtude é que ele é aberto, ou seja, não adota expressamente esta ou aquela tecnologia, mas permite que os tribunais, conforme for evoluindo a informática, adotem as novas técnicas", explica.

De acordo com Domingues, a proposta da Ajufe não elege expressamente o sistema de senhas ou assinatura eletrônica para a comprovação de envio e recebimento eletrônico de documentos. Porém, ainda que fosse adotada essa metodologia, não haveria impedimentos, pois é a exigência básica atualmente para acessar qualquer serviço eletrônico, de bancos a livrarias virtuais. "O sistema de assinatura eletrônica' é tecnologia de ponta e pode vir a ser adotado, mas o projeto de lei da Ajufe teve o cuidado de não especificar esses detalhes operacionais no texto, deixando a discussão para a fase de implementação da lei", enfatiza. "Prevíamos, justamente, que tecnologias mais avançadas irão surgir. A ideia foi redigir uma legislação que permitisse acompanhar essa evolução, sem a necessidade de se criar novas leis a cada mudança de metodologia".

Quanto à segurança do meio eletrônico, Domingues lembra à OAB/SP que o sistema informático é muito mais seguro que o atual. "Ou será que ela imagina que um falso advogado tenha mais dificuldade em falsificar um papel timbrado e uma assinatura em petição convencional, do que em fraudar todo um sistema de segurança eletrônico, que permite inclusive o rastreamento do autor de eventuais tentativas de fraude?"

DOCUMENTO IV.e.**NOTÍCIA DE 6.8.2002****INFORMATIZAÇÃO: AJUFE VAI LUTAR PELO PROJETO ORIGINAL**

A Ajufe louva a rapidez com que o projeto de Informatização do Processo Judicial, de sua autoria, vem tramitando no Senado -aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados no último dia 19 de junho, o projeto foi remetido já no dia 26 ao Senado e já tem parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Osmar Dias. O senador emitiu parecer favorável ao projeto, só que com substitutivo, o que significa mudança em vários pontos da proposta original da AJUFE.

O presidente da Ajufe, juiz Paulo Sérgio Domingues, anunciou que pretende lutar pela retomada do texto original do projeto, já que o trâmite no Senado está apenas começando.

Segundo Domingues, as modificações propostas pelo senador geram o risco de inviabilizar a implantação da lei no curto prazo, porque a imposição de se adotar um sistema nacional de chaves públicas e privadas, formado por uma rede de empresas certificadoras, significa que a informatização do processo judicial só virá a ser promovida quando implantado esse sistema de chaves no Brasil. "É um processo complexo, oneroso e muito demorado, que não tem data para ser implantando", lembra o presidente da Ajufe.

Domingues também argumenta que essa imposição pela tecnologia de Chaves públicas e privadas "engessa" o sistema de informatização. "Se o substitutivo passar como está, será necessária uma nova lei a cada nova tecnologia que for surgindo na área, e é justamente isso que a Ajufe procurou evitar em seu texto", detalha o juiz.

Revista Consultor Jurídico, 6 de agosto de 2002.

DOCUMENTO IV.f

CARTA ABERTA IJURIS

TECNOLOGIA DA INFORMACAO JURÍDICA, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E GOVERNO ELETRÔNICO.

www.iiuris.org

Assunto: "Regulamentação de procedimentos digitais"

O domínio de tecnologias inovadoras é um poderoso instrumento da soberania de uma nação. Com base nesta preocupação, o Ijuris Instituto Jurídico de Inteligência e Sistemas -vem estudando o fluxo de criação de padrões tecnológicos para as atividades públicas brasileiras, e lança a público esta carta aberta.

O cenário mundial apresenta atualmente diversas iniciativas de fixação de padrões e parâmetros para a construção de modelos tecnológicos, os quais, diante da sua crescente relevância, terão longevidade prolongada na futura historia da humanidade. Diversos países, blocos de interesse, conglomerados produtivos e associações internacionais têm dedicado significativa parcela de suas preocupações traçando estratégias para delimitar referências de padronização, as quais vão traçar o rumo de muitas atividades produtivas, orgânicas e governamentais.

A sociedade brasileira está próxima de receber uma grande inovação tecnológica geradora de procedimentos que vão incrementar a cidadania. Trata-se da construção eletrônica dos processos judiciais e procedimentos administrativos. Este tema vem despertando a atenção de importantes setores governamentais e produtivos do Brasil. Exatamente neste momento, alguns pontos diretamente ligados a este assunto estão em discussão no Congresso Nacional, com adiantados encaminhamentos, focados exatamente na fixação de padrões e parâmetros tecnológicos.

Diante deste contexto, é importante destacar as seguintes diretrizes:

- 1) Os parâmetros a serem estabelecidos devem contemplar a diversidade tecnológica;
- 2) A nova legislação deve atender aos propósitos da descentralização e da autonomia;
- 3) No plano legal, a especificidade sobre requisitos técnicos deve ser mínima e genérica;

- 4) O modelo de custeio da implementação das medidas deve permitir o alinhamento de interesses entre instituições públicas, empresas privadas, instituições de pesquisa e entidades educacionais, comprometidas com a evolução científica e tecnológica, e interessadas no desenvolvimento de sistemas que gerem o fortalecimento da soberania e da cidadania;
- 5) Todos os mecanismos devem ensejar agilidade e facilidade no acesso à informação;
- 6) Os mecanismos regulatórios e fiscalizatórios devem adquirir uma modelagem voltada à pluralidade dos segmentos da sociedade civil envolvidos no cenário jurídico e tecnológico;
- 7) O detalhismo não pode se transformar em uma forma de geração de dificuldades procedimentais, ou propiciar um panorama estático que dificulte a incorporação de futuras inovações.

Para isto, é fundamental que a lei processual apenas autorize a utilização de meios eletrônicos na prática de atos processuais e procedimentais, e disponha sobre os requisitos mínimos de segurança no trânsito de documentos e informações.

É importante lembrar que existem fortes atenções internacionais voltadas para a fixação de padrões tecnológicos nos países emergentes, e a criptografia e os padrões eletrônicos de fluxo de documentos são assuntos de interesse direto das superpotências mundiais.

Adotando tais diretrizes, estaremos incrementando nossa caminhada rumo ao fortalecimento da cidadania digital.

Florianópolis, 22/08/2002.

Hugo Cesar Hoeschl, Dr

Pesquisador do Ijuris

metaiur@eps.ufsc.br

www.digesto.net/curriculo

Tânia Cristina D'Agostini Bueno, Msc

Pesquisadora do Ijuris

tania@ijuris.org

DOCUMENTO V

Informações Processuais

Existem atalhos para consultas processuais na página do **TRF3ª R.**

Obs: Somente para navegadores Internet Explorer

Digite a tecla:

Para consulta processual da Primeira Instância - Justiça Federal SP/MS

Para consulta processual aqui na Segunda Instância - TRF3ª R

Para consulta processual do Juizado Especial Federal - Revisão de Aposentadoria

O que você deseja ?

- [Consultar Processo na 1ª Instância São Paulo e Mato Grosso do Sul](#)
- [Consultar Processo no TRF 3ª Região](#)
- [Consultar Processo no Juizado Especial Federal - São Paulo](#)
- [Consultar Processo no Juizado Especial Federal - Campo Grande](#)
- [Sistema Push do TRF3ª Região](#)
- [Sistema Push da Justiça Federal de São Paulo](#)
- [Consultar Acórdãos](#)

Petições Eletrônicas

CPF

Senha

Avançar

Caso você ainda não tenha se cadastrado, [clique aqui](#)

Caso você tenha esquecido sua senha, [clique aqui](#)

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

PABX:(11) 3254-1499 FAX: (11) 3254-1495

<http://www.trf3.jus.br/> Acesso em: 20.11.2007